

CENTRO UNIVERSITÁRIO UNIHORIZONTES

Programa de Pós-Graduação em Administração

Mestrado

Patrícia Metzker Pifano de Melo

**VIOLÊNCIA FINANCEIRA: estudo com idosos que participam de um
Centro de Apoio e Convivência**

Belo Horizonte
2019

Patrícia Metzker Pifano de Melo

VIOLÊNCIA FINANCEIRA: estudo com idosos que participam de um Centro de Apoio e Convivência

Dissertação apresentada ao curso de Mestrado Acadêmico em Administração do Centro Universitário Unihorizontes, como requisito parcial para obtenção do título de Mestre em Administração.

Orientador: Prof. Dr. Wendel Alex Castro Silva

Área de concentração: Organização e Estratégia.

Linha de Pesquisa: Estratégia, Inovação e Competitividade

Belo Horizonte
2019

DECLARAÇÃO DA BANCA



Centro Universitário Unihorizontes
Mestrado Acadêmico em Administração

MESTRADO ACADÊMICO EM ADMINISTRAÇÃO DO CENTRO UNIVERSITÁRIO UNIHORIZONTES

ÁREA DE CONCENTRAÇÃO: Organização e Estratégia

MESTRANDO(A): **PATRICIA METZKER PIFANO DE MELO**

Matrícula: 0770882

LINHA DE PESQUISA: ESTRATÉGIA, INOVAÇÃO E COMPETITIVIDADE

ORIENTADOR(A): Prof. Dr. Wendel Alex Castro Silva

TÍTULO: **VIOLÊNCIA FINANCEIRA: estudo com idosos que participam de um Centro de Apoio e Convivência**

DATA: 12/09/2019

BANCA EXAMINADORA:

Prof. Dr. Wendel Alex Castro Silva
ORIENTADOR
Centro Universitário Unihorizontes

Prof.ª Dr.ª Georgiana Luna Batinga
Centro Universitário Unihorizontes

Prof. Dr. Alexandre Teixeira Dias
FUMEC

DECLARAÇÃO DE REVISÃO DE PORTUGUÊS DISSERTAÇÃO DE MESTRADO

Declaro ter procedido à revisão da dissertação de mestrado intitulada
"VIOLÊNCIA FINANCEIRA: um estudo com idosos que participam de um
Centro de Apoio e Convivência",
apresentada ao curso de Mestrado Acadêmico em Administração do Centro
Universitário Unihorizontes, de autoria de
Patrícia MetzkerPifano de Melo,
contendo 151 páginas, assim distribuídas:

Capa

Elementos pré-textuais: p. 2-12

Elementos textuais

- Introdução: p. 13-23
- Ambientação: p. 24-30
- Referencial teórico: p. 31-68
- Metodologia: p. 69-75
- Apresentação e análise dos resultados: p. 76-128
- Considerações finais: p. 129-135

Elementos pós-textuais: p. 136-151

ITENS DA REVISÃO

- Correção gramatical
- Inteligibilidade do texto
- Adequação do vocabulário

Belo Horizonte, 26de agosto de 2019.



Afonso Celso Gomes

Registro LP9602853/DEMEC/MG

Ao meu esposo José Humberto pelo apoio, paciência e pelo amor incondicional. A
minha filha Marina pelos sorrisos e ternuras que me motivam a continuar nessa
jornada do mestrado. Amo vocês!

AGRADECIMENTOS

A Deus, por me fortalecer a cada dia, dando-me a certeza de que a educação é necessária, sendo ela meu bem maior, que me será eterna e muito mais preciosa que qualquer outro bem material.

Ao meu pai, Paulo, e a minha mãe, Marina, por sempre me estimularem a estudar. Com muito esforço, conseguiram educar e formar a mim e meus irmãos como cidadãos de bem, pois, além da educação formal, conseguiram nos ensinar valores morais e espirituais.

Ao José Humberto, meu marido, e à Marina, minha filha, por nos últimos dois anos, me apoiarem, incentivarem, entenderem minha ausência e me ouvirem nos momentos de cansaço e desespero.

Ao meu irmão Ricardo, e à minha mãe, Marina, por, nos momentos de sufoco, estarem aqui presentes, suprimindo atividades que naqueles momentos eu não podia executar.

Aos amigos, por me monitorarem a distância e por não desistirem de mim, pois neste processo de aulas, projetos, dissertação, trabalho e casa o tempo é pouco e passa rápido.

Aos colegas de turma (colaboradores), e à equipe da Unihorizontes: Viviane, Vilma, Raquel, Pedro, Christian e Aparecido – pelo apoio que deram.

Ao corpo docente, professores que sempre serão lembrados, pelos ensinamentos e questionamentos. Tudo é aprendido. Em especial aos professores: Georgiana Luna Batinga e José Edson Lara, pelas dicas valiosas.

Ao Prof. Dr. Wendel, meu orientador, por indicar a ideia do estudo sobre violência financeira. O tema foi desafiador, interessante e construtivo.

À minha amiga Arabela, por me apresentar à diretoria do Centro de Apoio e Convivência - CAC, facilitando o acesso para iniciar a pesquisa.

À equipe administrativa do CAC, por me apresentar aos idosos, sendo este um elemento facilitador para a pesquisa.

Aos idosos que participaram da pesquisa por me cederem seu tempo, fornecendo o conteúdo necessário à conclusão da pesquisa, passando informações íntimas relativas à suas histórias de vida, com enfoque no tão relevante tema de violência no contexto financeiro.

Só é verdadeiramente digno da liberdade, bem como da vida, aquele que se empenha em conquistá-la.

Johann Goethe

RESUMO

A violência financeira está relacionada ao ato de abusar, explorar ou subtrair objetos, bens, valores, documentos e direitos, entre outros itens. Tal violação pode ser ocasionada por indivíduos, empresas ou instituições, sejam públicas ou privadas. O ambiente permeado por situações de violência financeira torna-se contaminado por medo, angústia, tristeza e dor. Apesar de ocasionar graves consequências psicológicas, físicas e, até mesmo, a morte do indivíduo, a violência financeira é pouco difundida e investigada e difícil de ser identificada, sendo desconhecida por muitos. Os indivíduos idosos são mais vulneráveis a situações de violência financeira, por apresentarem mais fragilidades em comparação a grupos mais jovens. Idosos são homens e mulheres que possuem 60 anos ou mais (Lei 10.741). Evidencia-se na sociedade contemporânea que os indivíduos, idosos ou não, precisam dominar informações de cunho financeiro, para se tornarem aptos a tomar decisões sobre financiamentos e investimentos, devido à globalização dos mercados, permeados por agilidade e volatilidade. Por meio de uma pesquisa de natureza descritiva com abordagem qualitativa, baseada em um estudo de caso, e de um questionário com questões fechadas, idosos participantes do Centro de Apoio e Convivência foram analisados, para apurar como a violência se manifesta neles, idosos, tendo como referência o Modelo Ecológico de Dahlberg e Krug. Os dados foram considerados à luz da técnica de análise de conteúdo proposta por Bardin (2004). Apurou-se que as manifestações de violência financeira ocorrem em todas as esferas do modelo (sociedade, comunidade, relações e indivíduo), com prevalência de 63,5% nos casos ocorridos na esfera da sociedade, em especial devido a medidas e falhas de ordem econômica e social estabelecidas pelo Governo nacional ou estadual. Constatou-se, também, que idosos mais escolarizados apresentam menor predisposição a casos de violência financeira, por serem mais respeitados pela sociedade. Por isso, são menos vulneráveis a casos de violência financeira praticados por instituições financeiras, públicas ou privadas. Todavia, não estão livres da violência financeira por parte das relações pessoais e da comunidade, pois nas relações pessoais os indivíduos apresentaram 45% de incidência para caso de empréstimos a amigos e familiares que não pagam e na comunidade o assalto na rua obteve a incidência de 33% das manifestações de violência financeira.

Palavras-chave: Violência financeira. Idosos. Manifestações. Esferas do modelo.

ABSTRACT

Financial violence is related to the act of abusing, exploiting or subtracting objects, goods, values, documents and rights, among other items. Such violation may be caused by individuals, companies or institutions, whether they are public or private. The environment, in which situations of financial violence occur, becomes contaminated by fear, anguish, sadness and pain. Although it has serious consequences such as psychological and physical impacts, even leading to the death of the individual, the term financial violence has not been widespread and investigated and it is difficult to identify, being yet unknown to many. Elder individuals are more vulnerable to situations of financial violence when compared to younger groups. Seniors are men and women who are at least 60 years old (Law 10,741). It is evident in the contemporary society that individuals, whether they are elderly or not, need to master financial information to be able to make decisions about finance and investment, due to the globalization of markets, permeated by agility and volatility. The present research was a descriptive one carried out by means of a qualitative approach based on a case study and a questionnaire with closed questions. Elderly participants of the Support and Living Center were analyzed, to ascertain how violence manifests in them, based upon the Dahlberg and Krug Ecological Model. Data was considered in the light of the content analysis technique proposed by Bardin (2004). It was found out that the manifestations of financial violence occur in all spheres of the model (society, community, relationships and individual), with a prevalence of 63.5% of the cases occurring in the sphere of society, especially due to measures and failures of economical order established by the national or state government. It was also found out that more educated elderly people are less prone to cases of financial violence, as they are more respected by society. They are therefore less vulnerable to financial violence by public or private financial institutions. However, they are not free from financial violence on the part of their personal and community relationships, since in the sphere personal relationships, individuals presented a 45% incidence of cases of loans to friends and family who did not pay back, in addition to the community sphere in which street robbery had the incidence of 33% of manifestations of financial violence.

Keywords: Financial violence. Seniors. Manifestations. Model Spheres.

RESUMEN

La violencia financiera se relaciona al acto de abusar, explotar o sustraer objetos, bienes, valores, documentos y derechos, entre otros ítems. Dicha violación puede ocasionarse por individuos, empresas o instituciones, sean públicas o particulares. El ambiente tomado por situaciones de violencia financiera se torna contaminado por miedo, angustia, tristeza y dolor. A pesar de resultar en graves consecuencias psicológicas, físicas y mismo la muerte del individuo, la violencia financiera es muy poco propagada e investigada y difícil de ser identificarse, siendo desconocida por muchos. Los ancianos son los más vulnerables a situaciones de violencia financiera, por presentaren más debilidades comparados a grupos más jóvenes. Ancianos son hombres y mujeres con más de 60 años (Ley 10.741). Es evidente en la sociedad contemporánea que los individuos, ancianos o no, necesitan dominar informaciones de carácter financiera para que se tornen habilitados a tomar decisiones sobre financiaciones e inversiones, debido a la globalización de los mercados, permeados por agilidad y volatilidad. A través de una investigación de naturaleza descriptiva con abordaje cualitativa basada en un estudio de caso y de cuestionario con preguntas cerradas, ancianos participantes del Centro de Apoyo y Convivencia han sido analizados para verificarse como la violencia se manifiesta en ellos, considerando como referencial el "Modelo Ecológico de Dahlberg y Krug". Los datos fueron analizados bajo la técnica de análisis de contenido propuesta por Bardin (2004). Se verificó que las manifestaciones de violencia financiera ocurren en todas las esferas del modelo (sociedad, comunidad, relaciones e individuo), con prevalencia del 63,5% en los casos ocurridos en la esfera de la sociedad, especialmente debido a medidas y fallos de orden económica y social establecidos por el Gobierno nacional o estadual. Se constató, además, que ancianos más escolarizados presentan menor predisposición a casos de violencia financiera, por ser más respetados por la sociedad. Por ello, son menos vulnerables a casos de violencia financiera practicados por instituciones financieras públicas o particulares. Sin embargo, no están libres de violencia financiera de parte de las relaciones personales y de la comunidad, pues en las relaciones personales los individuos presentan el 45% de incidencia en casos de préstamos a amigos y familiares que no pagan y en la comunidad el robo en las calles tuvo incidencia del 33% de las manifestaciones de violencia financiera.

Palabras clave: Violencia financiera. Ancianos. Manifestaciones. Esferas del modelo.

LISTAS DE ILUSTRAÇÕES

Quadro 1 – Dados demográficos dos idosos.....	74
Figura 1 - Modelo Ecológico para compreender a violência.....	35
Figura 2 - Modelo Sistêmico para caracterizar a violência financeira.....	126
Gráfico1 - Origem dos idosos.....	75
Gráfico 2 - Classes sociais por faixas de salário mínimo (IBGE)	77
Gráfico 3 - Grau de instrução dos idosos	78
Gráfico 4 - Frequência das manifestações de violência por tipo	80
Gráfico 5 - Percepção dos idosos do grau de violência da comunidade onde vivem..	84
Gráfico 6 - Como o idoso (a) organiza suas finanças.....	105
Gráfico 7 – A finanças de seus pais	112

LISTA DE TABELAS

Tabela 1 - Idade média dos idosos (as) entrevistados (as)	75
Tabela 2 - Manifestações dos idosos sobre violência financeira	79
Tabela 3 - Incidência de violência financeira nas relações pessoais.....	91
Tabela 4 - Manifestações de violência financeira na esfera do indivíduo	116
Tabela 5 - Manifestações de violência financeira na esfera das relações.....	118
Tabela 6 - Manifestações de violência financeira na esfera da comunidade.....	120
Tabela 7 - Manifestações de violência financeira na esfera da sociedade	120

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

AIVD	Atividades Instrumentais de Vida Diária
BNH	Banco Nacional de Habitação
BO	Boletim de Ocorrência
CAC	Centro de Apoio e Convivência
CAPES	Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior
CF	Constituição Federal
CRAM	Centro de Referência de Atendimento à Mulher
CREAS	Centro de Referência Especializado de Assistência Social
CREAS	Centro de Referência Especializado de Assistência Social
DSPI	Delegacia de Segurança e Proteção ao Idoso
ESF	Estratégia de Saúde da Família
IBGE	Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
IBICT	Instituto Brasileiro de Informações em Ciência e Tecnologia
INSS	Instituto Nacional de Seguridade Social
INSS	Instituto Nacional de Seguridade Social
IPSEMG	Instituto de Previdência dos Servidores de Minas Gerais
MPRN	Ministério Público do Estado do Rio Grande do Norte
OMS	Organização Mundial de Saúde
ONU	Organização das Nações Unidas
OPAS	Organização Pan-Americana da Saúde
PNADC	Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua
PNI	Política Nacional do Idoso
PNS	Pesquisa Nacional de Saúde
SCIELO	Scientific Eletronic Library Online
SINAN NET	Sistema de Informação de Agravos de Notificação versão net
SINAN	Sistema de Informação de Agravos de Notificação
SPELL	Scientific Periodicals Eletronic Library
SUS	Sistema Único de Saúde
VIVA	Sistema de Vigilância de Violências e Acidentes
WHO	<i>World Health Organization</i>

SUMÁRIO

1	INTRODUÇÃO	16
1.1	Objetivos	21
1.1.1	Objetivo geral	21
1.1.2	Objetivos específicos	22
1.2	Justificativa	22
2	AMBIÊNCIA DO ESTUDO	25
3	REFERENCIAL TEÓRICO	30
3.1	Discussão sobre violência	30
3.1.1	A violência e a pessoa idosa	34
3.1.2	Modelo Ecológico para a compreensão da violência	35
3.1.3	Teoria dos sistemas	38
3.2	Violência financeira/patrimonial contra a pessoa idosa	44
3.3	A importância da educação financeira	53
3.4	Modelo Sistêmico para caracterizar a violência financeira	58
3.4.1	Violência financeira e o indivíduo	58
3.4.2	Violência financeira e as relações	60
3.4.3	Violência financeira e a comunidade	62
3.4.4	Violência financeira e a sociedade	63
4	METODOLOGIA	67
4.1	Unidade de análise e sujeitos de pesquisa	67
4.2	Tipo, abordagem e método de pesquisa	68
4.3	Coleta de dados	69
4.4	Análise de dados	71
5	APRESENTAÇÃO, ANÁLISE e DISCUSSÃO DOS DADOS	73
5.1	Dados sociodemográficos dos idosos	74
5.2	Manifestações de violência financeira, com base no Modelo Ecológico de Dahlberg e Krug	79
5.2.1	Filhos adultos residindo com os pais	81
5.2.2	Queda no benefício previdenciário após a aposentadoria	82
5.2.3	Débito de produtos bancários sem autorização	83
5.2.4	Assalto na rua	84
5.2.5	Sente-se obrigado (a) a ajudar um familiar	85
5.2.6	Amigos pedem dinheiro emprestado e não pagam	86
5.2.7	Alteração da política de aposentadoria em curso	87
5.2.8	Empréstimos e avais a familiares que não pagam	88
5.2.9	Netos residem com os idosos	89
5.3	Como a violência financeira se configura nas relações sociais do idosos	90
5.4	Como as práticas dos agentes financeiros configuram uma violência ao idoso	92
5.5	Percepção dos idosos sobre a violência financeira, governo e sociedade	95
5.6	A influência da educação financeira na dinâmica do Modelo Ecológico	97

5.6.1 Idosos com baixa escolaridade	98
5.6.2 Idosos com pós-graduação	101
5.6.3 Comportamento financeiro dos idosos	104
5.6.4 Experiências com administração de recursos.....	106
5.7 Suposições em torno do modelo.....	116
5.7.1 Violência financeira na esfera do indivíduo	116
5.7.2 Violência financeira na esfera das relações.....	118
5.7.3 Violência financeira na esfera da comunidade	119
5.7.4 Violência financeira na esfera da sociedade.....	120
6 CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	127
REFERÊNCIAS.....	132
APÊNDICES	143

1 INTRODUÇÃO

A violência está presente em todas as sociedades. Compreendê-la é uma antiga preocupação do ser humano, contemplando sua essência, natureza, origens e meios apropriados para preveni-la, atenuá-la e eliminá-la do convívio social. Criada e desenvolvida na vida em sociedade, contrapõe-se ao diálogo, à tolerância, à civilização e ao reconhecimento. Relaciona-se com os aspectos biológicos, psicológicos e sociais (MINAYO, 1994; MINAYO, 2005).

A violência resulta-se da “complexa interação de fatores individuais, relacionais, sociais, culturais e ambientais”. Estes fatores são explorados por um Modelo ecológico, desenvolvido no final da década de 1970 que investiga como os fatores individuais estão relacionados com o contexto de vida do indivíduo e conceitua a violência como “produto dos múltiplos níveis de influência sobre o comportamento” (DAHLBERG; KRUG, 2006, p. 11272).

O tema “Violência” só encontrou espaço na agenda de saúde pública no final da década de 1980, associado a um problema de saúde decorrente do aumento de traumas e mortes ocorridas em função de “causas violentas”, principalmente na região das Américas, fato que demandou respostas do sistema de saúde pública em razão das vidas que foram perdidas (MINAYO, 1994, p. 9).

Já na década de 1990, a preocupação com esse tema tornou-se prioridade nas agendas das organizações internacionais. Em junho de 1993, a Organização Pan-Americana da Saúde (OPAS) recomendou a seus países membros que estabelecessem políticas e planos nacionais de prevenção e controle da violência, em colaboração com todos os setores envolvidos. Mas a complexidade das manifestações da violência dificulta sua identificação. Por exemplo, no caso de morte de um indivíduo em decorrência de uma queda, torna-se difícil relacionar a causa a um ato de violência, pois pode ter sido ocorrido de forma involuntária ou intencional, podendo também configurar suicídio ou homicídio (MINAYO, 1994). No Brasil, em 2001, a violência integra oficialmente a “pauta do setor da saúde” (MINAYO *et al.*, 2018, p. 2008).

O crescimento da violência ocorre por múltiplos e variados fatores, mas é certo que também está relacionado a fatores socioeconômicos, como, desemprego, perda do poder de consumo, altos preços e inflação. Citam-se ainda a própria “falência do sistema judiciário, a privatização da Justiça, os abusos da polícia, a fortificação das cidades e a destruição dos espaços públicos” (CALDEIRA, 2003, p. 56). Além disso, as constantes e severas transformações vivenciadas pela sociedade contemporânea no mundo do trabalho causam impactos nas condições de vida da sociedade, gerando instabilidades e promovendo manifestações de violência (SOARES, 2015). A ausência do Estado pode ser considerada um fator que impossibilita a efetivação dos direitos civis dos cidadãos, permitindo a propagação de variados tipos de violência (TELLES, 2010, p. 108). Soares (2015, p. 104) retrata que “o indivíduo é violentado em seus direitos sociais, negligenciado em sua condição de vida por não lhe ser acessível seus direitos sociais e civis que se pode determinar como moradia, educação, saúde, emprego e lazer”.

A violência vitimiza a todos, em graus, áreas e desdobramentos distintos, mas ela é observada principalmente em indivíduos vulneráveis, considerados mais propícios a sofrerem abusos e violência: os idosos. Estes configuram um grupo que tem sido vitimizado historicamente em vários contextos sociais e culturais, sendo “um fenômeno cultural de raízes seculares” (MINAYO, 2003, p. 784). Com o crescimento desta população nas sociedades, torna-se obrigatório que este esteja na pauta de questões sociais por ser um “problema universal” (MINAYO, 2004, p.11).

O indivíduo é considerado idoso quando atinge a idade de sessenta anos (CAMARANO, 2013). A “vitimização” por violência costuma resultar em “mortes, incapacitações e enfermidades associadas” (MINAYO; SOUZA; PAULA, 2010, p. 2720). Os casos de violência e os acidentes são a terceira causa de morte na população geral, exercendo grande impacto social e econômico, principalmente no Sistema Único de Saúde (SUS) (BRASIL; 2016).

As sociedades possuem práticas e formas diferentes de representar a “velhice”, distinguindo a posição social dos idosos, seja na comunidade, na família e na forma como os mais novos os tratam (MINAYO; COIMBRA JUNIOR, 2002, p. 14). Vislumbra-se ao longo da história um desinvestimento político e social em relação

aos idosos. A maior parte das culturas tende a “segregá-los, real ou simbolicamente”, desejando até sua morte, aspecto que se expressa pelos conflitos entre gerações, maus-tratos e negligências (MINAYO, 2003, p. 784).

Minayo (2015, p. 164) constata que essa segregação dos idosos é antiga. Simmons (1945) *apud* Minayo (2015, p. 164) estudou 71 sociedades indígenas, tendo constatado que os idosos desejavam “viver o máximo possível, terminar a vida de forma digna e sem sofrimento, encontrar ajuda e proteção para sua progressiva diminuição de capacidades” [...], desejos ainda presentes na atualidade.

É de conhecimento público que o envelhecimento da população mundial é crescente. O Brasil não escapa dessa tendência de elevação do potencial de sua população atingir faixas etárias mais elevadas (SANCHES; LEBRÃO; DUARTE, 2008). A Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua (PNADC) apontou que em 2017 a população com 60 anos ou mais superou 30,2 milhões. Comparando-se com a população de 2012 (25,4 milhões), tem-se um crescimento de 4,8 milhões de idosos (18,90% de crescimento) no período. As mulheres idosas estão em número superior ao dos homens: 56% contra 44% (IBGE, 2017).

Além do crescimento dessa população, observa-se que a pessoa idosa é clinicamente mais frágil, caracterizando-se por redução da força e da resistência, declínio fisiológico, declínio físico e declínio cognitivo e social (JESUS; *et al.*, 2017). Neste sentido, é relevante considerar que a baixa, ou nenhuma, escolaridade pode influenciar a condição de saúde da pessoa idosa. No Brasil, boa parcela dos idosos não teve acesso à escola, alguns analfabetos e outros têm pouca escolaridade e há casos de idosos vivendo sozinhos. Conforme o IBGE (2010, p. 62), “a participação das pessoas sem instrução e com ensino fundamental incompleto” atingiu o nível de 80,1% para os indivíduos com 70 anos ou mais.

Tudo isso torna os idosos ainda mais vulneráveis e merecedores de maior atenção multidisciplinar, sendo a fragilidade mais evidente em regiões com maior vulnerabilidade social (JESUS *et al.*, 2017).

O envelhecimento envolve uma série de fatores, “tanto biológicos quanto psicológicos, sociais e culturais” (BRITO; OLIVEIRA; EULÁLIO, 2015). Há de se ressaltar que a população idosa é mais vulnerável a vários tipos de violência, aspecto relacionado a fatores estruturais da sociedade, por exemplo: morar em contextos de maior vulnerabilidade, possuir baixo nível de escolaridade e ter limitado acesso aos serviços públicos, além do status socioeconômico (GUTIERREZ-ROBLEDO; AVILA-FUNES, 2012).

Os idosos sofrem vários tipos de violação, produzidos, na maior parte dos casos, por filhos, netos e outros familiares (MINAYO, 2002; DINIZ, 2017). As denúncias acerca dessas violações têm crescido, fator que pode estar associado a um processo de conscientização sobre a importância da denúncia e o maior conhecimento da sociedade das políticas públicas protetoras e dos canais de denúncia, como o Disque 100 (DINIZ, 2017).

O Disque 100 é um canal da Ouvidoria de Direitos Humanos no Brasil, responsável por receber, analisar e encaminhar as denúncias de violações de direitos humanos, todos os dias, incluindo sábados, domingos e feriados, durante as 24 horas, tanto de terminal fixo quanto móvel, contemplando aquelas em curso ou que já tenham ocorrido, acionando os órgãos competentes, de forma a possibilitar o flagrante, quando for o caso (BRASIL, 2016).

Em 2017, o número de denúncias de violência aos idosos recebidas pelo Disque 100 foi de 33.350 casos, representando 68.870 violações, assim distribuídos: negligência, 76,84%; violência psicológica, 56,47%; e violência financeira, 42,82%. Destes casos, 76,3% foram vitimados em suas próprias casas, pela família ou cuidadores (DINIZ, 2018). A especialista¹ independente da Organização das Nações Unidas (ONU), Rosa Knorfeld-Matte alerta que os responsáveis pela violência financeira contra a pessoa idosa são na maior parte dos casos, os próprios parentes das vítimas, o que dificulta sua identificação, não sendo possível saber se o idoso

¹ **Dia Mundial da Conscientização sobre o Abuso dos Anciões em 15 de junho de 2018.** Título Original: World Elder Abuse Awareness Day 15 June 2018. Disponível em: <https://www.ohchr.org/EN/NewsEvents/Pages/DisplayNews.aspx?NewsID=23199&LangID=E>. Acesso em: 30 set. 2018.

realizou uma operação imprudente, embora legítima, ou exploratória. Se tiver ocorrido dentro de casa, geralmente, não será denunciada (DINIZ, 2018).

A ausência da denúncia se torna um elemento dificultador para o enfrentamento do problema, ao lado da subnotificação de ocorrências que, em parte, ocorre pelo sentimento de “lealdade”, vergonha e constrangimento das vítimas. Já idosas, elas temem por represálias. Cita-se ainda a falta de afeto e cuidado, tornando o abuso financeiro um padrão de comportamento. Com o evidente envelhecimento das sociedades, é de se esperar um crescimento considerável dos casos de violência financeira (DINIZ, 2018).

Há idosos que reconhecem que estão sendo explorados, mas não delatam. Outros acreditam que o agressor possui algum direito a seus recursos. Por fim, há idosos que querem compensar àqueles que lhes oferecem cuidado, afeto e atenção (DINIZ, 2018). Em termos de legislação e de políticas públicas para os idosos, o Brasil pode ser considerado uma referência, com iniciativas de peso, como a Política Nacional dos Direitos do Idoso e o Estatuto do Idoso. No entanto, o efetivo cumprimento desses direitos e recomendações não ocorre de maneira satisfatória (LEGÑANI, 2016).

Os idosos têm grandes dificuldades para se manterem financeiramente bem, pois, fora da vida ativa (aposentado ou pensionista), deixam de contar com benefícios extras (cesta básica, planos de saúde e outros), além de serem atingidos pelo fator previdenciário, que reduz seus proventos financeiros. O conjunto desses, dentre outros, coloca a pessoa idosa em condição financeira vulnerável, possibilitando casos de abuso financeiro e econômico. Isso pode se agravar ainda mais por conta da dificuldade que eles têm de gerenciar seu patrimônio, precisando recorrer a terceiros (parente ou pessoa próxima), podem querer abusar dessa confiança (LEGÑANI, 2016). Essa ação configura uma forma de violência financeira, que consiste na “exploração imprópria ou ilegal ou no uso não consentido de seus recursos financeiros e patrimoniais” (MINAYO; SOUZA, 2005, p. 146). Além disso, a exploração financeira ocorre mais com idosos que apresentam vulnerabilidade econômica, médica e sociodemográfica (PETERSON *et al.*, 2014).

Na sociedade contemporânea, conhecer sobre finanças é mais necessário do que foi no passado. O mercado financeiro oferta diversas e complexas opções de crédito e investimento, além de ser necessário poupar para a velhice. Vê-se a necessidade da educação financeira por sua relação com as escolhas feitas pelos indivíduos, pois indivíduos com baixa educação financeira tomam decisões que lhes são mais caras e os idosos acham que conhecem mais do que realmente conhecem (tradução nossa) (LUSARDI; TUFANO, 2015).

A violência financeira é tratada por alguns autores como exploração financeira (CAMARANO, 2013; JACKSON; HAFEMEISTER, 2011; MINAYO, 2013; REIS *et al.*, 2014), denominação de violência patrimonial (ADORNO, 2007; PEREIRA *et al.*, 2013; SAMPAIO, 2017) e violência financeira (KLONTZ; KLONTZ, 2011; JACKSON; HAFEMEINTER, 2011; LOURENÇO, 2012; PEREIRA *et al.*, 2013; SHIRBEK; JAMES, 2014; IRIGARAY *et al.*, 2016; SAMPAIO, 2017; SILVA, 2018). Este estudo adota o termo violência financeira, pois pretende abordar questões relativas à vida financeira do indivíduo idoso e sua relação com a violência de ordem financeira e patrimonial.

Esta dissertação aborda o tema “Violência financeira” com foco em pessoas idosas. Orienta-se com fulcro na seguinte questão norteadora: como a violência financeira se manifesta nos idosos que participam do Centro de Apoio e Convivência, tendo como base o Modelo Ecológico de Dahlberg e Krug?

1.1 Objetivos

Descrevem-se aqui os objetivos geral e específicos, que foram trabalhados nesta dissertação.

1.1.1 Objetivo geral

Analisar como a violência financeira se manifesta nos idosos que participam do Centro de Apoio e Convivência, tendo como base o Modelo Ecológico de Dahlberg e Krug.

1.1.2 Objetivos específicos

- a) Identificar as manifestações de violências financeiras vivenciadas pelos idosos;
- b) Analisar como a violência financeira se configura em suas relações sociais;
- c) Analisar como as práticas dos agentes financeiros podem configurar uma relação de violência contra o idoso;
- d) Analisar como os idosos percebem a participação do governo e da sociedade em relação à violência financeira;
- e) Analisar como a educação financeira influencia a dinâmica do Modelo Ecológico de Dahlberg e Krug.

Com apoio no Modelo Ecológico para a compreensão da violência elaborado por Dahlberg e Krug (2006), este estudo elaborou um modelo para caracterizar a violência financeira, denominado: “Modelo Sistêmico para caracterizar a violência financeira”. A partir deste modelo, objetivou-se compreender como a violência financeira contra idosos se manifesta nas esferas individual, das relações, da comunidade e da sociedade, para dessa forma, descrever suas manifestações e explorar a violência financeira na esfera do modelo, tendo em vista que são poucos os estudos na área da Administração a esse respeito no Brasil.

1.2 Justificativa

A partir de estudos sobre o envelhecimento da humanidade, questões relativas à violência contra idosos foram identificadas desde tempos mais remotos (MINAYO, 1994; SANCHES; LEBRÃO; DUARTE, 2008). O ser humano preocupa-se em entender o que fundamenta a violência, suas origens e sua natureza, de forma a encontrar formas adequadas para preveni-la, atenuá-la e eliminá-la do convívio social. Este tema, tão antigo, cresce continuamente, devido às transformações que ocorrem na sociedade, nos objetivos individuais e nas condições e estruturas de trabalho (MINAYO, 1994). A violência impõe, assim, “uma carga pesada” no bem-estar da população, o que reforça a necessidade e importância de estudos neste campo (DAHLBERG; KRUG, 2006, p. 1176).

Os diversos casos de violência produzem impactos sociais alarmantes, pois promovem a redução na qualidade de vida e de saúde da vítima, aumentando os custos sociais com cuidados em saúde, previdência social e absenteísmo na escola e no trabalho, entre outros. Além disto, a violência traz significativas causas para a desestruturação da família e do indivíduo, deixando marcas que, em muitos casos, são perpetuadas para futuras gerações (BRASIL, 2015).

Com o objetivo de fazer um levantamento dos trabalhos científicos publicados sobre o tema, promoveu-se uma consulta aos principais bancos de dados, tais como: Instituto Brasileiro de Informações em Ciência e Tecnologia (IBICT), Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES), *Scientific Eletronic Library Online* (SCIELO) e *Scientific Periodicais Eletronic Library* (SPELL).

No banco de dados do IBICT, utilizando-se as palavras-chave: violência, financeira, contra e idosos, foram apuradas 16 dissertações, sendo que apenas 8 tratavam de temas aderentes a esta pesquisa. Os oito trabalhos foram utilizados para a elaboração deste estudo, tratando-se de 6 dissertações e 2 artigos.

A pesquisa ao banco de dados da CAPES contemplou as palavras-chave violência financeira e contra idosos. Apuraram-se 42 artigos, que foram lidos e analisados. Destes, apenas um tratava diretamente do tema, o qual foi usado neste estudo. Observa-se o que filtro da base de dados da CAPES é diferente do IBICT, reduzindo o campo de busca. Gerou-se então, a necessidade de alterar a forma de pesquisa, trabalhando com dois campos de busca, e não com quatro.

No banco de dados da *SCIELO*, as palavras-chave foram violência, financeira, contra. Não foi possível acrescentar a palavra idosos, pois a busca se limitava a três palavras-chave. Foram listados 11 artigos. Destes, apenas 4 foram considerados neste estudo, pelo fato de abordarem, de fato, o tema. Quando alterado de contra para idosos, a seleção caiu para 4, justamente aqueles que já haviam sido apresentados na seleção anterior.

No banco de dados do *SPELL*, utilizando as palavras-chave violência, financeira e contra, ou violência, financeira e idosos nada se encontrou sobre o tema. A seleção

não permitiu utilizar as quatro palavras-chave conjuntamente, tornando-se necessário pesquisar nas duas etapas relacionadas acima.

Apesar dos estudos realizados, o tema “Violência financeira contra idosos”, não obstante de sua relevância, ainda é pouco explorado no meio acadêmico. Assim, esta dissertação torna-se relevante para a academia, na medida em que apresenta uma contribuição para os estudos sobre o tema no âmbito da Administração.

O tema “Violência financeira” é também de interesse social, pelos impactos na saúde e pelos custos que gera para a sociedade e para o Estado. É relevante para os agentes públicos, pois objetiva trazer conteúdo que permita a adoção de medidas mitigadoras à violência financeira, que, como consequência, poderá gerar melhorias nas condições de vida das pessoas idosas.

Faz-se necessário, realizar estudos que tragam evidências sobre as motivações da violência financeira e que entreguem informações que auxiliem na busca de estratégias que possam conter ou reduzir sua incidência. Por que não há mais ações para prevenir a violência? O principal obstáculo é a ausência de informações (DAHLBERG; KRUG, 2006).

Em termos estruturais, esta dissertação está dividida em seis seções, incluindo esta Introdução, em que se apresentam os objetivos de pesquisa e as justificativas do estudo. Na segunda seção descreve-se a ambiência. Na terceira, aborda-se o referencial teórico, que apresenta e sustenta a teoria utilizada na pesquisa. Na quarta, focalizam-se os aspectos metodológicos. Na quinta, procede-se à apresentação, análise e discussão dos resultados. Na sexta, formulam-se as considerações finais. Seguem-se as referências e o apêndice.

2 AMBIÊNCIA DO ESTUDO

Até a década de 1980, o Brasil era considerado um país com uma população “eminentemente jovem” (VENTURI; BOKANY, 2009, p. 21). Pode-se dizer que este quadro mudou, considerando que em 2017 a população idosa representava 30,2 milhões de indivíduos (IBGE, 2018) e que em 2043, 25,0% da população deverá ter mais de 60 anos, contra 16,3% de jovens até 14 anos. Segundo a demógrafa, Izabel Marri, do IBGE, a partir de 2047 a população brasileira “deverá parar de crescer” (o número de óbitos superará o de nascimentos), sendo este um fator contribuinte para o processo de envelhecimento populacional, momento em que o grupo dos mais velhos superará o grupo dos mais novos (PERISSE; MARLY, 2019, p. 22).

Ainda conforme a demógrafa do IBGE, desde 1940 a expectativa de vida subiu em 30,5 anos. Assim, o brasileiro que nasceu em 2017 tem expectativa de viver, em média, até os 76 anos e quem nascer em 2060 poderá atingir os 81 anos de idade (PERISSE; MARLY, 2019).

A qualidade de vida dos idosos de hoje e do futuro está calçada em questões como: saúde, trabalho, assistência social, educação, cultura, esporte, habitação e meios de transporte. Estes direitos dos idosos estão regulamentados no Brasil pela Política Nacional do Idoso (PNI) e pelo Estatuto do Idoso, sancionados, respectivamente em 1994 e 2003 (PERISSE; MARLY, 2019).

A PNI foi aprovada pela Lei 8.842/1994 e regulamentada pelo Decreto 1.948/96, tendo por objetivo “assegurar direitos sociais que garantam a promoção da autonomia, integração e participação efetiva do idoso na sociedade”, para que o idoso possa exercer seus direitos e deveres de cidadão (RODRIGUES *et al.*, 2007, p. 537).

Já o Estatuto do idoso estabelece a pessoa idosa como aquela que tem 60 anos ou mais. Embora esteja estabelecida esta idade, há algumas políticas que se adotam 65 anos como sendo a idade mínima. Como referência, cita-se a Constituição

Federal (CF/1988), que garante transporte gratuito para os indivíduos com 65 anos ou mais (CAMARANO, 2013).

Do ponto de vista da população, pesquisa realizada em 2006 com uma amostra de 2.136 idosos e 1.608 de não idosos residentes em áreas urbanas de 204 municípios pequenos, médios e grandes das cinco macrorregiões do País (Sudeste, Nordeste, Sul, Norte e Centro-Oeste) apurou: a população idosa aponta situa-se em média, nos 70 anos e 7 meses como o momento da chegada à velhice; os adultos (25 a 59 anos) veem, a chegada da velhice com a idade de 68 anos e 11 meses; e os jovens (16 a 24 anos) associam a chegada da velhice à idade de 66 anos e 3 meses (VENTURI; BOKANY, 2009, p. 26).

O idoso não conhece todos os seus direitos. Isso porque o Estado falha em não divulgar as informações referentes a seu conteúdo, impedindo que “ampla parcela” da população idosa conheça os direitos estabelecidos. Tal parcela é constituída pelas pessoas mais pobres e menos escolarizadas, configurando-se como as mais excluídas dos direitos sociais e civis garantidos pelo Estatuto do Idoso (SIQUEIRA, 2009, p. 213).

De acordo com a Pesquisa Nacional de Saúde (PNS), 17,3% dos idosos apresentam limitações de suas Atividades Instrumentais de Vida Diária (AIVD), que correspondem à execução de tarefas como: administrar finanças, fazer compras, tomar medicamentos, utilizar os meios de transporte, utilizar o telefone e realizar atividades domésticas. Entre os idosos com 75 anos ou mais, essas limitações atingem 39,2% do grupo (IBGE, 2016).

Como já ocorre em outras fases da vida, “na velhice estão presentes aspectos biológicos, psicológicos, econômicos, sociais e culturais”. Encontram-se aí fatores relacionados com “perdas e ganhos”. Todavia as perdas são mais valorizadas pela sociedade do que os ganhos. Essa associação negativa tem como consequência a ligação da velhice a incapacidade, pobreza, desprezo, discriminação, desigualdade e abandono, sendo negado ao idoso o direito de “elaborar e concretizar projetos de vida” (RODRIGUES *et al.*, 2007, p. 539).

Do ponto de vista quantitativo, os idosos correspondem a uma representativa fatia da população e se tornam visíveis. Assiste-se “a uma socialização progressiva da velhice”, que por bastante tempo foi tida como do âmbito familiar na esfera privada e que se transformou em “questão pública” com o advento da previdência privada e também da constituição das associações filantrópicas (DEBERT, 2012, p. 13).

Os idosos brasileiros valorizam mais a velhice do que os não idosos. Estão conscientes de que há um forte preconceito social e discriminatório contra eles e denunciam tais situações. Os idosos dizem que “já melhorou”, pois na época em que eram jovens a vida dos idosos era mais difícil, mas que ainda há muito a se fazer (VENTURY; BOKANY, 2009, p. 28).

As melhorias apontadas pelos idosos são: na saúde por possibilitar bem-estar e qualidade de vida; e na acessibilidade a espaços públicos; lazer e outros. Apesar das conquistas e melhorias para os idosos, a sociedade brasileira avançou timidamente, sendo as conquistas insuficientes para eliminar as discriminações sofridas pelos idosos. Essa situação pode se agravar em razão do crescimento, em curso, do envelhecimento populacional (VENTURI; BOKANY, 2009).

Ainda conforme Venturi e Bokany (2009, p. 28), é evidente que na educação está o maior contraste entre a população idosa e a não idosa. Quase a metade dos brasileiros idosos demanda a “possibilidade de voltar a estudar”, buscando formação técnica e, até, curso de 3º grau, com o objetivo de dar continuidade ao ensino formal, que foi precocemente interrompido ou não foi iniciado.

Tal necessidade pode estar relacionada ao fato de que os trabalhadores idosos são de uma época em que estudar era “privilégio de uma elite”. Como consequência, têm baixos níveis de escolaridade. Além disso, há mais chance de um indivíduo idoso com “escolaridade” trabalhar do que um idoso com baixa escolaridade, pois no primeiro caso não haverá dependência de habilidades físicas, e sim intelectual (PERISSE; MARLY, 2019, p. 24).

Com relação à renda, cerca de um quarto afirma já ter tido dificuldades para enfrentar essa nova fase da vida e apenas um em cada vinte disse “ter recebido

algum preparo para essa transição“. Este fato denota a necessidade de políticas públicas específicas para a aposentadoria, pois praticamente não há políticas públicas direcionadas para o período da aposentadoria (VENTURI; BOKANY, 2009, p. 28).

A renda da pessoa idosa está “alicerçada” na aposentadoria, sendo ela representativa para a realização de seus compromissos, que aumentam com o avançar da idade. A renda do idoso participa significativamente da “renda familiar”, o que sugere que, ao reduzir ou aumentar os benefícios previdenciários, o Estado estará atingindo um número ainda maior de pessoas, e não só de pessoas que possuem o benefício previdenciário, com impacto nos rendimentos de “famílias inteiras” (CAMARANO, 2002, p. 23).

A forma como está constituído o sistema previdenciário gera impacto negativo na distribuição da renda e nas condições de vida das famílias (CAMARANO, 2002, p.23).

Medeiros *et al.* (2015, p. 6) esclarecem que os idosos brasileiros participam ativamente da “vida econômica e financeira” das famílias, devido ao crescimento de sua expectativa de vida e ao fato de os filhos deixarem tardiamente a casa dos pais. Cita-se, ainda, o aumento de idosos com netos ou bisnetos residindo na mesma casa, fato decorrente de situações financeiras difíceis, falecimento de um dos pais ou “dissolução familiar”.

Nessas novas estruturas familiares, a aposentadoria dos idosos torna-se a fonte de renda principal, pois há dependência deles como fonte de manutenção das condições básicas de sobrevivência, fato que se expressa principalmente em famílias cujas “condições socioeconômicas” são menores (MEDEIROS *et al.*, 2015, p. 6).

Medeiros *et al.* (2015, p. 6) reforçam que no Brasil a situação financeira dos idosos é preocupante, pois eles apresentam “necessidades familiares e pessoais”, o que requer a efetivação de empréstimos financeiros, podendo ocasionar “má qualidade de vida e desequilíbrio”, pois na medida em que não conseguem liquidar os

empréstimos, isso gera inadimplência. Tais situações resultam em “falência financeira do idoso” em um estágio da vida em que ele não possui a mesma capacidade para se recuperar. São muitos os idosos que são vulneráveis ao mercado financeiro, sendo explorados pelos familiares e pela própria sociedade.

Conforme Siqueira (2009, p. 214), “a violência contra idosos no Brasil segue padrões internacionais”. Mulheres idosas enfatizam a violência familiar e os homens idosos, e a violência no espaço público. Existe por parte dos idosos o “fenômeno de negação e de silêncio sobre a violência”. As ocorrências podem ser “banalizadas e naturalizadas” devido à complexidade dos fatores envolvidos nestas situações de violência contra o idoso, à omissão do Estado e da sociedade e – ineficácia das políticas públicas.

A violência manifesta-se, segundo os idosos, como: ofensas, ironias, humilhações e menosprezo, tanto no ambiente doméstico como no público. Verificam-se negligência e baixa qualidade dos serviços públicos, ocorrendo agressões físicas, negação ao acesso ao trabalho e ao crédito e falta de garantia para a convivência familiar, além de outros tipos de constrangimento (SIQUEIRA, 2009).

Estudo realizado por Sampaio *et al.* (2017, p. 370) no município de Vitória da Conquista, aponta que a violência financeira representou 41,8% da amostra. De modo semelhante, estudo de Gil *et al.* (2015, p. 1237) encontrou 47,5%. Este tipo de abuso é “muito frequente” contra os idosos. Isso pode ocorrer em razão da dependência das famílias com relação aos proventos do idoso (aposentadoria/pensão) ou da incapacidade do idoso de administrar suas finanças (IRIGARAY *et al.*, 2016).

Qualquer cidadão pode denunciar as violações a idosos. Elas serão, acatadas pelo Ministério dos Direitos Humanos, que as classificam em: violência, negligência, abandono, maus-tratos, abuso financeiro e econômico. Para realizar a denúncia, o indivíduo não precisa se identificar. Ele recebe um número de protocolo, para propiciar o acompanhamento. Após seu registro, a denúncia, será analisada e direcionada aos órgãos responsáveis pela proteção, defesa e responsabilização em direitos humanos (BRASIL, 2016).

3 REFERENCIAL TEÓRICO

Nesta seção, abordam-se tópicos contextualizam o termo *violência*, a relação entre a violência e a pessoa idosa, o Modelo Ecológico para compreensão da violência, a Teoria dos Sistemas, a violência financeira/patrimonial contra a pessoa idosa, a importância da educação financeira e, por fim, o Modelo Sistêmico para caracterizar a violência financeira.

3.1 Discussão sobre violência

A palavra violência deriva do latim, *violentia* (FERREIRA, 2009, p. 2065) e é definida como:

1) Caráter do que se manifesta com força intensa, extrema e brutal, produzindo não raro, consequências desgraçadas ou desastrosas; 2) Ação que se realiza com força e agressividade excessivas, causando danos morais ou materiais; 3) Atitude daquele que abusa da força com esta finalidade: causou grande revolta do assassino; 4) Exercício injusto, abusivo ou discricionário da força ou do poder: a restrição do ir e vir é uma violência aos direitos humanos; a violência de uma execução; 5) Opressão; tirania: o regime deste país é de violência; 6) Grande intensidade ou severidade de um fenômeno natural; força indomável; 7) fig. grande intensidade; severidade: a violência de uma dor, de uma paixão; 8) fig. irascibilidade; irritabilidade; mau humor extremo; agressividade: ele costuma receber com violência as más notícias; 9) fig. situação difícil ou comprometedor: para ela, era uma violência ter de repartir sua cama com aquele homem; 10) fig. qualquer atitude desrespeitosa: cometi uma violência, ao usar seu sabonete? 11) Direito: constrangimento físico ou moral exercido sobre alguém, para obrigá-lo a submeter-se à vontade de outrem; coação; 12) Atos violentos; brutalidades; crueldades: cometer violências (SACCONI, 2010, p. 2.062 – 2 063).

Para Arendt (2004, p. 22), a violência é “a mais flagrante manifestação de poder”. O poder é um instrumento usado para dominação e a violência é “instrumental por natureza”, sendo racional até o momento em que atinge seu objetivo, que deve justificá-la.

Minayo, Souza e Paula (2010, p. 2720) consideram a violência como um “fenômeno humano que se traduz em atos”, que podem ser realizados por indivíduos, instituições, grupos, classes ou nações, tendo por objetivo ferir, mutilar, prejudicar, matar o outro e agredir fisicamente. Ressaltam, também, que o ato de omitir também

é uma indicação de maus-tratos ao outro, podendo ser coletivo ou individual e ocasionar enfermidades associadas, incapacitações e mortes.

A Organização Mundial de Saúde (OMS) define a violência como “o uso da força física ou poder, em ameaça ou na prática, contra si próprio, outra pessoa ou contra um grupo ou comunidade que resulte ou possa resultar em sofrimento, morte, dano psicológico, desenvolvimento prejudicado ou privação” (DAHLBERG; KRUG, 2006, p. 1165).

Ampliando o conceito sobre violência, tanto internacionalmente quanto no Brasil, em 2002, *World Health Organization* (WHO) classificou a violência como: abuso físico; abuso emocional/psicológico; abuso material/ financeiro; abuso sexual e negligência. Estas classificações são caracterizadas por WHO (2002, p. 3), da seguinte maneira:

O abuso físico consiste no ato de fazer alguém sentir dor ou de machucar uma pessoa, reprimir fisicamente e restringir física, ou quimicamente. O abuso psicológico, ou emocional, correspondente ao ato de explorar de forma ilegal, de fazer uma pessoa sentir sofrimento mental. O abuso material/financeiro é a exploração imprópria ou ilegal e/ou o uso de fundos ou recursos de terceiros. O abuso sexual é o contato não consensual, de qualquer tipo, com uma pessoa mais velha. A negligência é a recusa de forma intencional ou não intencional, ou falha para cumprir com a obrigação de cuidar (tradução nossa).

Minayo (2006, p 14) acrescenta o conceito de violência moral, ou simbólica, que se manifesta pela “dominação cultural”, ofendendo a dignidade e desrespeitando os direitos do outro. A violência simbólica ocorre com a cumplicidade velada dos que a sofrem e, também, constantemente, daqueles que a realizam, pois estes a realizam inconscientemente. Isso se explica pelas “formas de coerção que se baseiam em acordos não conscientes entre as estruturas objetivas e as estruturas mentais” (SANTOS, 2015, p. 164).

A violência é entendida por Minayo (2006) como qualquer situação em que o indivíduo não se reconhece mais como sujeito, pois se vê na condição de objeto, mediante o uso do poder, da força física ou de qualquer outra forma de coerção. Para a autora, a violência é um “problema do cotidiano”, difícil de ser interpretado. Alguns historiadores entendem que as diversas formas de violência “acompanham as mudanças históricas no espaço e no tempo e são termômetros da dinâmica

social” Suas expressões podem ser consideradas como um “fato social total” (MINAYO, 2013, p. 250).

O poder tem caráter coletivo. Não pertence a um indivíduo, mas a um grupo que está unido. Pode ser investido em um indivíduo, quando este está atuando em nome deste grupo. Mas o poder só permanece se o grupo permanecer unido (ARENDRT, 2004). A palavra *poder* inclui atos resultantes de alguma “relação de poder” e traz outras formas de violência: “omissão; negligência; abuso do tipo físico, sexual ou psicológico; suicídio e outros atos auto infligidos”. Ou seja, a violência representa uma “carga pesada” na vida dos indivíduos, famílias, comunidades e instituições de saúde, mas nem sempre representa sofrimento ou morte (DAHLBERG; KRUG, 2006, p. 1165).

Pode-se exemplificar aqui o poder econômico oriundo dos proprietários dos meios de produção, que podem influenciar, de forma a “determinar o comportamento dos indivíduos”, existindo também uma relação muito próxima entre violência e impotência econômica. Há na sociedade atual uma “crise de autoridade social” e é possível que esta crise possa estar na base do precário vínculo social, em que o homem está mais individualista, com mudança em sua forma de conduzir sua vida amorosa, financeira, profissional, educacional etc. (SALOMÃO FILHO; NUSDEO; FERRAZ JUNIOR, 2009, p. 112).

Minayo (1994) caracteriza a violência como: estrutural, de resistência e da delinquência. A violência estrutural é entendida como “aquela que oferece um marco à violência do comportamento e se aplica tanto às estruturas organizadas e institucionalizadas da família como aos sistemas econômicos, culturais e políticos”. Para a autora estes sistemas oprimem indivíduos, grupos, classes e nações, cujas conquistas da sociedade lhes são negadas, e esta opressão torna-os mais vulneráveis que outros a situações como o sofrimento e a morte.

A violência de resistência surge como forma de resposta dos “indivíduos, dos grupos das classes e das nações” contra a opressão trazida pela violência estrutural, e esta resistência é “contestada e reprimida” por parte daqueles que detêm o poder econômico, político e/ou cultural (MINAYO, 1994, p. 8).

A violência da delinquência é reconhecida pela sociedade, revelando-se por meio de atos que contrapõem a lei, sendo analisada pelo entendimento acerca da violência estrutural, que confronta os indivíduos “uns com os outros” e que também “os corrompe e impulsiona ao delito”. São fatores que contribuem para o crescimento da delinquência: “a desigualdade; o menosprezo de valores e normas em função do lucro; a alienação do trabalho e nas relações; o consumismo; o culto à força; e o machismo” (MINAYO, 1994, p. 8).

A violência no Brasil se expressa de várias maneiras e mostra como está a sociedade. Onde há violência há também desigualdade e injustiça social, “um processo exagerado das relações sociais, do baixo apreço aos valores públicos e da lentidão ou ineficiência do sistema de coerção e dissuasão da criminalidade”. Algumas formas de “violência e delinquência” encontram-se sob a proteção de atividades legalizadas por operações do mercado econômico-financeiro, havendo também operações “claramente ilegais” (tráfego de armas e de drogas) (MINAYO, 2013, p. 256)

As várias formas de corrupção que envolvem as classes que estão no poder e que são mais ricas mostram o fim de um período de desenvolvimento, tendo como consequência a decomposição do sistema social, político e estatal (MINAYO, 2013). São expressivos os contingentes da população brasileira que estão sujeitos a violência social e estrutural. Isso pode estar relacionado às altas taxas de desemprego, às condições precárias de trabalho e ao “quadro de pobreza e exclusão social” (PASINATO; CAMARANO; MACHADO, 2006. p. 27).

A exclusão social propicia ao indivíduo que não possui condições financeiras para adquirir um bem (livros, CDs, etc.) partir para o ilegal, fazendo cópias. Assim, pode-se dizer que a legislação que protege direitos também os inibe. Nesse caso, privilegia aquele que detém o poder econômico, pois lhe foram conferidas todas as condições para a subsistência e o acesso a bens e serviços. Pode-se dizer também que “o monopólio no sentido de poder econômico” é elemento limitador da escolha e gerador de exclusão e que a “pobreza priva a pessoa de todo o poder econômico” (SALOMÃO FILHO; NUSDEO; FERRAZ JUNIOR, 2009, p. 83-84).

A violência se manifesta de formas diferentes. Sendo um ato contrário à vontade e à liberdade, depende dos “padrões culturais” de cada época, diferenciando-se também entre grupos (PAVIANI, 2016, p. 8). Quando o indivíduo se sente ameaçado, pode utilizar a violência para se defender como forma de mantê-lo vivo (MUCHEMBLED, 2012).

3.1.1 A violência e a pessoa idosa

A OMS define a violência contra a pessoa idosa “como um ato de acometimento ou omissão, que pode ser tanto intencional como involuntário”. Quanto a sua natureza o abuso pode ser psicológico, físico, material ou múltiplo. Indiferente do tipo, o abuso ocasionará: lesão, dor, sofrimento, perda ou violação dos direitos humanos e diminuição da qualidade de vida da pessoa idosa (SANCHES; LEBRÃO; DUARTE, 2008, p. 93).

Silva e Dias (2016, p. 643) estudaram sobre a violência contra idosos na família. O estudo apontou as motivações que impulsionaram a prática de violência: abuso no uso de álcool; falta de espaço físico, que gera proximidade e dificulta a privacidade; residir na mesma casa ou área (quintal); o agressor ser dependente do idoso; e “relacionamento permeado de violência por ocorrência ou não de agressão sofrida na família, especialmente por parte” da pessoa idosa. Dos 13 agressores entrevistados, apenas dois alegaram não ter sofrido violência física, psicológica ou sexual na família (SILVA; DIAS, 2016, p. 644).

Conforme Pasinato, Camarano e Machado (2006, p. 10), a predominância de maus-tratos em idosas reforça resultados de pesquisas internacionais em que a vítima é identificada como: “mulher, com 75 anos ou mais, viúva, física ou emocionalmente dependente, na maioria das vezes residindo com familiares, um dos quais é o agressor”. O perfil dos agressores é, geralmente, de filho de meia idade e financeiramente dependente da vítima, sendo que este pode apresentar problemas com álcool ou drogas ou problemas mentais (PASINATO; CAMARANO; MACHADO, 2006, p. 10).

Os maus-tratos e a violência contra os idosos ocorrem independentemente de gênero, raça e classe social. De modo geral, é difícil identificar os maus-tratos financeiros, devido ao fato de os idosos, geralmente, residirem com seus agressores (PASINATO; CAMARANO; MACHADO, 2006, p. 11). Os “cuidadores”, de modo geral, são os familiares. Eles apresentam comportamento de impaciência com as exigências feitas pelo idoso e, até, com os casos de possíveis “doenças mentais que não são entendidas pelos familiares das pessoas idosas”. Esses fatores contribuem para a ocorrência de violência, pois os “familiares agressores” não estão preparados para o envelhecimento de seus parentes (SILVA; DIAS, 2016, p. 648).

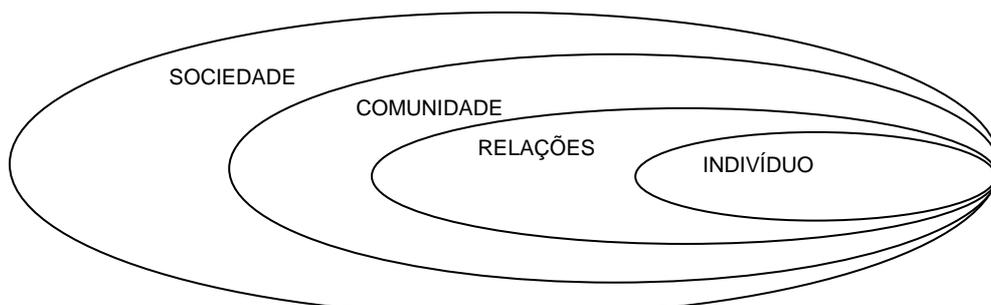
O Estatuto do Idoso, indiscutivelmente, é um documento protetor, que garante “minimamente” os direitos dos idosos, sendo utilizado por eles para se defenderem (SILVA; DIAS, 2016, p. 649).

Considerando a sua amplitude, o tema “Violência” é explorado com base em um Modelo Ecológico, que será abordado a seguir.

3.1.2 Modelo Ecológico para a compreensão da violência

O comportamento violento dos indivíduos com outros e o porquê de a violência ser mais usual em certos grupos do que com outros não podem ser explicados com base em um único fator. A violência é resultante de uma “complexa interação dos fatores individuais, relacionais, sociais, culturais e ambientais”, denominada “Modelo Ecológico”, aqui demonstrado na FIG. 1 (DAHLBERG; KRUG, 2006, p. 1.172):

Figura 1 – Modelo Ecológico para compreender a violência



Fonte: Elaborada pela autora, adaptado de (DAHLBERG; KRUG, 2006, p. 1.172).

Dahlberg e Krug (2006, p. 1.172) exploram o Modelo Ecológico, anteriormente desenvolvido pelo psicólogo americano Bronfenbrenner (1977), no qual se detalha “a relação entre os fatores individuais e contextuais”. Eles consideram a violência como sendo um “produto de múltiplos níveis de influência sobre o comportamento” e explicam cada um desses fatores nos contextos individual, das relações, da comunidade e da sociedade.

No contexto individual, identificam os “fatores biológicos” e aqueles associados à “história pessoal que o indivíduo traz para seu comportamento”. Observam, além dos fatores biológicos e demográficos: impulsividade, abuso de substância química, baixo nível educacional e histórico passado de agressão e abuso. Ou seja, tem como foco as características do indivíduo que levam a uma maior chance de que ele seja agressor ou vítima (DAHLBERG; KRUG, 2006, p.1.173).

No contexto das relações o Modelo Ecológico explora como a proximidade das relações eleva o risco de “vitimização ou agressão violenta”, tendo em vista que a relação “quase cotidiana no domicílio comum com um agressor” pode propiciar o aumento da oportunidade para ataques violentos. Esta situação pode ser demonstrada pela relação cotidiana com parceiros íntimos e familiares e pela convivência cotidiana, que “tem o potencial de moldar o comportamento do indivíduo e o âmbito de sua experiência”. Nos casos de violência interpessoal entre jovens, o encorajamento e a aprovação dos amigos são fatores que “provavelmente” os incentivam a atividades negativas (DAHLBERG; KRUG, 2006, p. 1.173).

Dahlberg e Krug (2006, p. 1.173) explicam que no contexto da comunidade o Modelo Ecológico examina as relações sociais, tais como, escolas, locais de trabalho e bairros, procurando “identificar as características dos cenários associados ao fato de serem vítimas ou agressores”. Para tal, são atribuídos alguns fatores associados à violência: mudança frequente de domicílio, população diversificada e com reduzida capacidade de união, alta densidade populacional, envolvimento da comunidade com tráfico de drogas, elevado nível de desemprego, elevado nível de isolamento social.

No último nível do Modelo Ecológico, relativo à sociedade, Dahlberg e Krug (2006, p. 1.173) analisam os fatores mais significativos da sociedade que influenciam as taxas de violência, os quais geram “um clima aceitável para a violência” por diminuírem as “inibições contra ela, e aqueles que criam e sustentam divisões entre diferentes segmentos da sociedade ou tensões entre grupos ou países diferentes”.

Os fatores citados como significativos da sociedade são enumerados por Dahlberg e Krug (2006, p. 1.173) com base nas normas que facilitam a ocorrência de violências:

A violência se sustenta como forma aceitável na resolução de conflitos (normas culturais); Normas sustentam a violência auto infligida (suicídio), considerando-a uma escolha individual, não considerando que o ato poderia ser evitado; Normas priorizando o direito dos pais acima do bem-estar da criança; Normatização do domínio masculino sobre mulheres e crianças; Normas de conduta que dão apoio ao “uso excessivo da força” policial contra os civis; Normas que sustentam o conflito político.

Ainda explorando os fatores relevantes no contexto da sociedade, é necessário, avaliar as “políticas econômicas e sociais, de saúde e de educação, que mantêm altos níveis de desigualdade econômica ou social entre grupos” (DAHLBERG; KRUG, 2006, p. 1.173).

Esses elementos facilitam a ocorrências de violências. Ou seja, há mais chance de que a violência ocorra nestes contextos do que em outros (DAHLBERG; KRUG, 2006, p. 1.173).

A proposição proposta deste Modelo Ecológico permite vislumbrar a multiplicidade de causas da violência “e a interação dos fatores de risco que operam no interior da família e dos contextos mais amplos da comunidade, como o contexto social, cultural e econômico”. Já analisando num contexto de desenvolvimento, o Modelo Ecológico mostra como, diversos fatores podem causar a violência em distintos momentos da vida (DAHLBERG; KRUG, 2006, p. 1.173).

Alguns fatores de risco são mais específicos a certos tipos de violência, mas, em geral, os vários tipos de violência têm fatores de risco comuns. Há normas culturais que predominam com fatores de risco para mais de um tipo de violência, como, o

isolamento social, pobreza, abuso de álcool, uso de drogas e acesso a armas de fogo. Como consequência, é comum que alguns indivíduos em situação de risco experimentem mais de um tipo de violência (DAHLBERG; KRUG, 2006, p. 1.173).

O Modelo Ecológico explorado por Dahlberg e Krug (2006) utiliza a inter-relação dos sistemas individual, das relações, da comunidade e da sociedade, fatores que poderão ser compreendidos melhor, com base na teoria dos sistemas.

3.1.3 Teoria dos sistemas

No século XVII, ocorreu rápido avanço da Matemática, da Física e da Mecânica, fazendo com que o homem interpretasse a si, seu espírito e a sociedade utilizando a mesma metodologia, conceitos e suposições. Neste caso rejeitando parcialmente a teleologia, o vitalismo, o misticismo e o antropomorfismo. Surgiu assim, a Física Social, para a qual o homem era visto como um “objeto físico” e poderia a partir através dos princípios da mecânica, ser analisado (BUCKLEY, 1967, p. 24).

A “mecânica social” enxergava a sociedade um “sistema astronômico” em que os seres humanos eram considerados elementos e suas relações seriam determinadas pelas forças de atração ou repulsão. Já a organização social, o poder e a autoridade resultavam das “pressões” de átomos e moléculas sociais. Isso trouxe a chamada “estatística social” ou, “teoria do equilíbrio social”, na qual a mudança (movimento) está em “função do tempo e do espaço”, podendo ser expressas por “várias curvas matemáticas” (BUCKLEY, 1967, p. 25).

Na segunda metade do século XIX, ressurgiram conceitos que, na maioria das vezes, eram comparações superficiais, “Pareto”, com base na mecânica racional, formulou o conceito de sistema com “elementos em mútuas inter-relações”, que podiam encontrar-se numa condição de “equilíbrio”. Assim, quaisquer alterações, mesmo que moderadas, que possam retirar os elementos ou suas “inter-relações” da posição de equilíbrio conduzirão ao contrabalanceamento, de forma que o equilíbrio se restaure (BUCKLEY, 1967, p. 25).

Outro pensamento surge com “Herbert Spencer” e seus seguidores Lilien-feld, Worms e Schaffle, em decorrência da era de progressos da Biologia, de que a sociedade se assemelhava a um organismo, pela “mútua dependência das partes”. Spencer optou pelo entendimento da sociedade como um organismo, em que as partes colaboram umas com as outras, não competindo pela sobrevivência, pois, se for como um agregado ecológico deverá haver luta competitiva (modelo darwiniano) (BUCKLEY, 1967, p. 30). Explica Spencer:

Todas as espécies de criaturas são iguais na medida em que cada qual exibe cooperação entre os seus componentes em benefício do todo; e esse traço, comum a elas, é um traço comum também às sociedades. Além disto, entre os organismos individuais, o grau de cooperação mede o grau de evolução; e essa verdade geral também se aplica aos organismos sociais (BUCKLEY, 1967, p. 31).

Mas a organização dessas partes para conservar o organismo e outras funções era menosprezada ou somente explicada por elementos da alma. Bertalanffy e “outros cientistas” concluíram que “os organismos são coisas organizadas” e que os biólogos deveriam descobrir em que eles consistem. Partiram então para a generalização, nomeada como “Teoria Geral dos Sistemas”, apresentada primeira vez em 1937 (BERTALANFFY, 1973, p. 127).

Para teóricos dos sistemas, seu conceito não está limitado às “entidades materiais”, podendo aplicar-se “a qualquer totalidade constituída por componentes interatuantes” (BERTALANFFY, p. 149). O organismo, entendido então como um sistema aberto tem a característica de se adaptar ao ambiente, podendo alterar, em alguma medida, tanto sua própria estrutura como sua relação com seu meio (BUCKLEY, 1967).

Mas os modelos, mecânico e organísmico, apresentaram falhas. No início do século XX, sociólogos americanos Small, Mead, Park e Burgess, estimulados pelos alemães Simmel e Wiese, definem um modelo de processo que vê “a sociedade como uma interação complexa, multifacetada e fluida de graus e intensidades amplamente variáveis de associação e dissociação”. Assim, a sociedade e os grupos estão em constante mudança para “adaptação a condições internas e externas” (BUCKLEY, 1967, p. 37).

Churchman (1968, p. 18) formulou um pensamento importante, que contribuiu para o entendimento da violência. Segundo ele, a princípio, mediante a tecnologia existente, que traz avanços, as sociedades poderiam implantar planos, a fim de liquidar com problemas relativos “a pobreza, saúde, educação, guerra, liberdade humana e desenvolvimento de novos recursos”. Mas questiona: “Há capacidade para realizar tais avanços? O que impede que realizem?”

A explicação para tal impedimento pode ser trabalhada pela constatação de que os problemas elencados estão de certa forma, interligados, com sobreposição parcial, e que a resolução de um problema relaciona-se com a resolução de outro problema. Essa ligação dificulta a clareza sobre por qual destes problemas, deve-se iniciar os trabalhos (CHURCHMAN, 1972).

Churchman (1972, p. 19) exemplifica trazendo uma suposição sobre a possibilidade de que um país como os Estados Unidos lidere, por meio da realização de uma conferência, em “local tranquilo”, e trabalhe com o propósito de resolver conjuntamente questões tão importantes como alimentação, abrigo e vestuário para habitantes do mundo. Mas por que não o faz?

Por não existir confiança suficiente, falta confiança entre as nações, o que impera e impede sua realização. Além disso, grande proporção da população global não tem acesso à educação. Por isso, não tem consciência “dos problemas fundamentais do mundo e de sua relação com estes problemas”. Em ambientes onde prevalece a ignorância permeia a desconfiança (CHURCHMAN, 1972, p. 19).

Ou seja, para conquistar confiança é necessário que se inicie com a educação. Mas como realizar este feito? Como educar? Como educar alguém que está com fome? Para se educar, tem-se que alimentar, pois sem nutrição não será possível educar. Será necessário, também, abrigar, vestir e cuidar da saúde física e psicológica (CHURCHMAN, 1968). Então, volta-se ao começo. Pensar na parte, não resolve. É preciso pensar em todo o sistema, pois as partes estão integradas, formando um único sistema, uma vez que os sistemas são “um conjunto de partes coordenadas para realizar um conjunto de finalidades”, de forma a atingir o objetivo geral. Assim,

deve-se pensar sobre um sistema amplo, e não afirmar que o problema é a saúde, ou é a educação, etc. (CHURCHMAN, 1972, p. 50).

Churchman (1972, p. 51) pondera que é ser básico considerar que, para entender o significado do sistema, deve-se entender o objetivo geral do sistema, o “ambiente” em que ele está inserido, quais os recursos possuem, do que é composto, o que ele faz e sua administração. Todo sistema tem um objetivo real, apesar de poder declarar como sendo outro objetivo. Assim, é possível que um indivíduo declare que possui certo objetivo, mas suas atitudes sacrificam o processo para a realização deste objetivo, levando a outro caminho, que, neste caso, seria seu objetivo real (CHURCHMAN, 1972).

O autor exemplifica assim: “quando um laboratório realiza exames em um material enviado por médicos, seu objetivo é realizar “um exame tão exato quanto possível.” Mas na verdade, o real objetivo é melhorar o diagnóstico do médico (CHURCHMAN, 1972, P. 52-53). Observa-se que não é tarefa fácil definir os objetivos reais de um sistema e tampouco, os reais objetivos do indivíduo.

Como explicar que “as óbvias medidas de rendimento não são as medidas reais”? Basta visualizar o que acontece no campo real acerca da saúde, quando observamos que há doenças fáceis de eliminar, por meio de vacinas e que estas são baratas, viabilizando o processo. Mas, se aplicadas em toda a população de um país subdesenvolvido, reduzirá a mortalidade infantil, aumentará a população e, como consequência, aumentará a fome (CHURCHMAN, 1972, p. 56). Observa-se que quando se busca resolver questões das partes há consequências na tomada de decisão.

Para a análise das partes do sistema, é importante considerar o ambiente em que o sistema está inserido, pois ele está fora do controle dos sistemas, mas é determinante para seu funcionamento. Exemplifica-se analisando um sistema que opere em ambientes frios. Se há elevação da temperatura deste ambiente, o sistema ficará comprometido e não terá capacidade de resolver tal situação. Considera-se o “ambiente” de um sistema como aquele formado por condições que estão fora do

controle do seu autor das decisões e os “componentes” e “recursos” encontram-se de forma parcial ao seu controle (CHURCHMAN, 1972, p. 76).

Pode-se, para compreender um sistema, trazer conceitos voltados para “a matemática, a administração, sistemas da computação, processamento da informação, planejamento, valores humanos, entre outros”. Para avaliá-lo, é necessário conhecer quais são seus reais objetivos e de que maneira o cientista o determina. Sem este grau de conhecimento, não é possível avaliá-lo, de forma a entender se este oferece perdas ou ganhos. Isso ocorre porque os indivíduos são naturalmente “enganadores”, pois nem eles conhecem seus reais objetivos (CHURCHMAN, 1972, p. 232).

O que acontece com as pessoas? Desejam impressionar outras pessoas? Desejam que outros indivíduos apoiem seus projetos? Assim o que dizem pode ter fins diferentes daquilo que pronunciam (CHURCHMAN, 1972, p. 232). Por intermédio do cientista do comportamento, há uma inversão da análise. O cientista da administração “vê o sistema total como determinante do comportamento individual”. Já o cientista do comportamento tem o comportamento individual de todas as pessoas como composição do sistema total, pois seu foco está em observar como os indivíduos se comportam (CHURCHMAN, 1972, p. 256).

Com fulcro no entendimento sobre o que é um sistema, pretende-se apresentar um modelo capaz de ampliar o conceito de violência, com base em elementos relacionados à violência financeira. Do ponto de vista científico, um modelo é “uma maneira em que os processos do pensamento humano podem ser ampliados” (CHURCHMAN, 1972, p. 89). Todavia não é possível encerrar este assunto sem antes trazer a contribuição de Luhmann sobre os sistemas, cuja ênfase centra-se nos “sistemas *autopoitéticos*”, que são constituídos pelos “sistemas vivos, psíquicos e sociais” (KUNZKER, 2004, p. 127).

Luhmann valeu-se do conceito de *autopoiese* que considera que um organismo vivo, mesmo precisando de elementos externos, é capaz de produzir suas “próprias células”. Assim, esta produção é realizada dentro do próprio organismo, pelo próprio organismo (KUNZKER, 2004, p. 127). Kunzker (2004, p. 127) define que um sistema

é autopoietico quando ele produz sua própria estrutura e todos os elementos que o compõem, incluindo, no caso dos sistemas sociais, a comunicação e no caso dos sistemas psíquicos, o pensamento.

Ou seja, o que é produzido internamente é considerado “sistemas”, cuja estrutura é “capaz de determinar o que existe e o que é possível”. O sistema avalia o ambiente, escolhe, com base em critérios próprios, quais são as possibilidades de seu entorno. Assim, sistemas podem selecionar uma mesma possibilidade e utilizá-la de formas diferentes (KUNZKER, 2004, p. 129).

O sistema precisa se “adaptar” ao ambiente e a si mesmo. Precisa também saber selecionar, pois são inúmeras as possibilidades. E, “se selecionasse tudo”, se igualaria ao ambiente. O sistema se reconhece, então, como único, diante de um “ambiente complexo”, em que um não opera o outro, mas coexistem (KUNZKER, 2004, p. 130). Assim pode-se aqui inferir que os indivíduos são sistemas diferentes que exploram um mesmo ambiente de formas diferentes.

O sistema social global, formado por todos os sistemas sociais, é fechado. Não recebe, portanto, informações do ambiente, mas pode observar o ambiente sem se expor. O ambiente não transmite informação, e sim o sistema busca a informação e a interpreta. “O que vale de informação para um sistema pode não valer para outro de acordo com o sentido de cada um deles” (KUNZKER, 2004, p. 131).

Para Luhmann (1997) as pessoas não são parte da sociedade. Elas situam-se no entorno. E o sistema social global se autodiferencia em subsistemas, tais como, o direito, a ciência, a religião e a política, de acordo com suas respectivas funções. O sistema social tem como função reduzir a “complexidade do ambiente” (KUNZKER, 2004, p. 133).

Kunzker (2004, p. 134) exemplifica: “O sistema político vai selecionar no ambiente somente as informações que sirvam para manter o governo no poder, ou seja, que sirvam para que o ambiente continue obedecendo às decisões políticas”. Buscará no ambiente o que interessa para manter-se dominante.

Considerando a exposição do tema “Violência e suas múltiplas facetas”, pretende-se, no próximo item, explorar a violência financeira/patrimonial.

3.2 Violência financeira/patrimonial contra a pessoa idosa

A violência patrimonial está definida pelo inciso IV do art. 7º da Lei 11.340/2006 como “[...] qualquer ato que implique retenção, subtração, destruição parcial ou total de bens, valores, documentos, direitos e recursos econômicos sobre os quais a vítima possua titularidade” (PEREIRA *et al.*, 2013, p. 212). Estão entre os delitos contra o patrimônio: furto, dano e apropriação indébita. A Lei 11.340/2006 define também como patrimônio bens que tenham importância pessoal, como: objetos de valor afetivo ou de uso pessoal, e de importância profissional, considerados aqueles necessários ao exercício “da vida civil” e que sejam indispensáveis à digna satisfação das necessidades vitais” (PEREIRA *et al.*, 2013, p. 212)

Conforme Pereira *et al.* (2013, p. 214-215), o idoso em situação de violência patrimonial estará sendo explorado financeira ou materialmente. Eles definem que este tipo de violação é:

[...] exploração imprópria, ilegal ou não, de bens financeiros e patrimoniais do idoso, onde pessoas que possuam laços afetivos com ele, muitas vezes o obrigam a contrair empréstimos contra a sua vontade, tomam posse dos seus bens ou utiliza a renda dele de forma não autorizada para fins diversos, ou ainda não permite que o idoso decida sobre a destinação de sua renda ou patrimônio.

A violência financeira está relacionada ao comportamento do agressor e do agredido, em que o medo controla os comportamentos financeiros, pois os seres humanos são como “animais sociais”, que, por “milhares de anos, necessitaram fazer parte da tribo”, como condição de sobrevivência, pois se expulsos da tribo, a sós, não sobreviveriam. Foram “projetados para se conectarem uns aos outros” (KLONTZ e KLONTZ, 2011, p. 67). Comparam o comportamento humano ao de um cavalo, que segue a tropa em debandada, pelo instinto de segurança, tendo em vista que precisa ser ágil para fugir do predador. O mais lento, provavelmente, não sobreviverá. Seguindo esta ótica de “mentalidade de tropa” aos padrões dos comportamentos financeiros, visualiza-se o desejo inato de “ficar com a tropa”. Afirmam que em sociedades modernas e industrializadas está o dinheiro à frente,

pois por meio dele são supridas as necessidades humanas (KLONTZ; KLONTZ, 2011, p. 67).

O ambiente vivido com casos de violência financeira é aquele onde predominam “medo, angústia, tristeza e dor, com danos financeiros/físicos/psicológicos e perdas afetivas” (PEREIRA *et al.*, 2013, p. 232).

Estudo realizado pela Universidade da Virgínia com 71 idosos com idade superior a 76 anos observou que casos de exploração financeira são híbridos com negligência e que os casos ocorreram com idosos dependentes em que o agressor também é dependente e mora junto com a pessoa idosa, que, com medo de ser enviado a um lar de idosos acaba por concordar com o abuso financeiro. A violência financeira é subnotificada, pouco investigada e subprecisa (tradução nossa) (JACKSON; HAFEMEISTER, 2011).

Conforme Sampaio *et al.* (2017, p. 372), “a violência financeira é uma das diversas formas de abuso” que são praticadas contra as pessoas idosas. As vítimas sentem medo de sofrer retaliações por parte dos agressores e se calam. Trata-se de um tipo de violência que, muitas vezes, é invisível, favorecendo assim, a não identificação da violência.

SILVA (2018, p. 104) argumenta que mudanças ocorridas no “mundo do trabalho”, com novas exigências, afetam de modo direto a relação familiar, pois o indivíduo, ao responder às demandas do trabalho, não terá tempo para “investir nas relações familiares [...] A violência financeira contra a pessoa idosa é fruto de uma cultura capitalista presente nas relações sociais contemporâneas”. Além disso, o idoso vítima de violência sofre pela demora no atendimento das “equipes técnicas de referência” (SILVA, 2018, p. 105).

Estudo baseado em análise documental apurou, com base em 424 denúncias de violências acolhidas por uma instituição de referência na cidade de Fortaleza-CE, que: em relação aos agressores, estes eram filhos (49%), parentes (21%) e órgãos públicos (20%); a maior parte das denúncias era de abusos financeiros e

econômicos (59%) e negligência (22%), seguidas de agressão verbal (4%) e agressão física (15%) (SOUZA; FREITAS; QUEIROZ, 2007).

Estudo sobre violência doméstica contra idosos realizado em 2007 com 195 profissionais do Programa Saúde da Família de Juiz de Fora/ MG apurou a perspectiva das crenças dos profissionais da Atenção Primária à Saúde e apontou a correlação da violência financeira como o parentesco de primeiro e segundo graus (filhos e netos). Associou a violência a fatores de ordem socioeconômica, explicando a “condição financeira dos idosos – às vezes, o principal provedor da família e, em alguns casos, o único - pode ser considerado um fator de risco para a ocorrência dos conflitos familiares” (LOURENÇO *et al.*, 2012, p. 431-433).

Estudo sobre a violência patrimonial com mulheres residentes no município de Viçosa/ MG apontou que elas passaram por violência doméstica. O grupo continha mulheres jovens e idosas (≥ 60 anos). Sobre as últimas, apurou: cinco revelaram casos de violência patrimonial; a maioria era casada; sua cor de pele era branca; possuíam ensino fundamental incompleto, e estavam inseridas na ocupação de “dona de casa (PEREIRA *et al.*, 2013).

O estudo apontou também que a violência patrimonial está presente na vida de mulheres idosas, mas que é um tipo de violência ainda desconhecido por diversas mulheres e está associado a outros tipos de violência, em especial a psicológica, decorrente da perda de bens de valor sentimental e material. Apuraram, ainda, que: as idosas apresentaram maior dificuldade em deixar a convivência com o agressor quando este é seu namorado, companheiro ou marido e, principalmente quando é o próprio filho, pois o sentimento de amor inibe a denúncia, fazendo com que se silenciem (PEREIRA *et al.*, 2013).

Pesquisa realizada por Andrade (2013, p. 49) em Sobral- CE, no âmbito de “estudo transversal”, baseado em notificações de violências a idosos (≥ 60 anos), relativo aos anos de 2011 e 2012, “registrados no Centro de Referência Especializado de Assistência Social - CREAS e/ou notificados na Secretaria de Saúde de Sobral” apurou que os tipos de violência foram psicológica (67,4%), financeira (27%), física

(21,9%), abandono (4,7%) e autonegligência (4,2%), e que em 35,8% dos casos a vítima sofreu mais de um tipo de violência (ANDRADE, 2013, p. 65).

Essas agressões, tanto com idosos quanto com idosas, partiram na maior parte dos casos, de familiares das vítimas, sendo mais evidentes: filhos agressores, seguidos de netos; a maioria destes residia com a vítima; e a minoria destes era responsável pelo idoso (ANDRADE, 2013).

Estudo realizado na Índia em 2011 (*Abuse against elderly in India: the role of education*), através de entrevista com 9.852 idosos (≥ 60 anos) residentes de 8.329 domicílios, revelou que 11% destes sofreram algum tipo de abuso, sendo: abuso verbal (10,2%), desrespeito (6%), abuso econômico (5,4%), abuso físico (5,3%) e negligência (5,2%) (tradução nossa) (SHIRBEK; JAMES, 2014).

O agressor era na maior parte dos casos, um filho e a maior parte dos abusos ocorreu dentro de casa, sendo as mulheres idosas mais afetadas, exceto para o caso da violência física. Os indianos mais velhos têm baixo nível de educação, sendo que 73,0% deles eram analfabetos. A educação formal dos idosos apresentou forte relação negativa com o abuso contra eles. O abuso econômico era maior em idosos menos alfabetizados (tradução nossa) (SHIRBEK; JAMES, 2014).

O resultado encontrado pode ser explicado pelo retorno obtido na pesquisa de que idosos com mais de 8 anos de estudo sofreram menos violência financeira; 2% dos idosos com mais de 8 anos de estudo sofreram abuso econômico, em comparação com 7,1% dos idosos analfabetos, seguidos de 5,8% para idosos com 1 a 4 anos de estudo e 4,3% para idosos com 5 a 7 anos de estudo. Isso sugere que o progresso da expansão da educação para além do básico é na Índia um movimento que poderá reduzir a incidência de abusos (tradução nossa) (SHIRBEK; JAMES, 2014).

Depreende-se que a educação potencializa a capacidade dos idosos de responder de forma eficaz a situações em que possam ocorrer maus-tratos, em razão de aumentar o respeito dos outros para com eles. Ressalta-se que na Índia a cobertura previdenciária é baixa, fator que aumenta a dependência desses idosos aos

cuidados dos filhos, podendo significar um fardo em relação às finanças dos filhos (tradução nossa) (SHIRBEK; JAMES, 2014).

Estudo realizado em 2012 com 15 idosas cadastradas numa unidade de Saúde da Família do sudoeste da Bahia apurou, em relação à “exploração financeira”, que os idosos temem sofrer “apropriação indevida de seus bens”, pois já se sujeitam à violência do tipo psicológica, havendo relatos que temem ser institucionalizados (asilos) para se que se apropriem de seus bens (REIS *et al.*, 2014, p. 437).

Estudo documental relativo a maus-tratos contra idosos em Porto Alegre teve como base a análise de boletins de ocorrência (BO) da Delegacia de Proteção ao Idoso. O período de análise foi de abril a maio de 2011, contemplando 224 casos. Apurou que 78,1% deles eram provenientes de denúncias de maus-tratos (IRIGARAY, 2016).

Os maus-tratos mais frequentes foram: psicológico (47,4%), abuso financeiro ou material (17,7%), físico (14,3%), múltiplo (14,3%) e negligência (6,3%). A análise dos maus-tratos múltiplos constatou que as combinações eram: psicológico e físico (28,0%), psicológico e financeiro (24,0%), psicológico, financeiro e físico (16,0%), psicológico, financeiro e negligência (12,0%), financeiro e físico (8,0%) e financeiro e negligência (8,0%). A menor incidência verificou-se em maus-tratos físicos e abuso sexual (4,0%). Na maior parte dos casos, os maus-tratos ocorreram na residência da vítima (84,6%), seguidos de casos em estabelecimentos comerciais (9,6%), clínicas/hospitais (2,9%) e via pública (2,9%) (IRIGARAY, 2016).

Neste estudo, o perfil da vítima de maus-tratos foi: mulheres (78,9%), com idade média de 70 anos, sem companheiro (54,2%) (viúva, solteira ou separada) e com baixa escolaridade (78,3%), pois 42,3% tinham o ensino fundamental, 27,4% o ensino médio e 8,0% o ensino superior (IRIGARAY, 2016).

A análise do perfil do agressor apresentou as seguintes características: “adulto do sexo masculino (68,6%), com idade média de 46 anos, familiar da vítima (62,8%)”. O familiar era, na maior parte, composta por filhos (66,4%), seguindo-se por companheiro (22,7%) e demais familiares (10,9%) (IRIGARAY, 2016, p. 547).

Bolsoni *et al.* (2016, p. 672-673), com base em um estudo “transversal populacional de base domiciliar” realizado na zona urbana de Florianópolis, com idosos (≥ 60 anos), avaliou as condições de saúde, no período de 2009 a 2010, com base no sorteio de 1.911 domicílios, realizado por meio de 1.705 entrevistas. Observou que os idosos residentes com filhos e netos são mais violentados; prevalece a violência psicológica, seguida da violência financeira; a maior parte desses idosos estudou até o quarto ano.

Em “análise multivariável”, as mulheres idosas apresentaram duas vezes mais chances de sofrer violência do que os homens; os idosos “solteiros(as) ou divorciados(as)” tiveram 66% mais chances de sofrer violência; os idosos mais escolarizados passaram por menor quantidade de violência do que os menos escolarizados; os idosos, solteiros ou viúvos, com baixa escolaridade foram mais propensos à violência (BOLSONI *et al.*, 2016, p. 675-677).

Pesquisa documental realizada em 2014 na cidade de Natal-RN estudou os “casos acompanhados pelo Ministério Público do Estado do Rio Grande do Norte (MPRN)” relativos a denúncias de maus-tratos. Foram avaliadas 220 denúncias, sendo o maior número de casos com idosas (157 casos) (CACHINA, 2016, p. 72). Evidenciou-se que as pessoas idosas eram orientadas e apresentavam “autonomia” para realizar suas “atividades da vida diária” (CACHINA, 2016, p. 93). A violência mais evidente foi a física (29%), seguida da violência psicológica (28%) e da violência financeira (20%). Os agressores eram na maior parte dos casos, os filhos (35%) e filhas (24%). Em relação à violência financeira, as denúncias nem sempre eram legítimas, pois “muitas pessoas idosas contribuem financeiramente com algum membro da família por vontade, desejo, escolha” (CACHINA, 2016, p. 113).

Estudo realizado no município de Vitória da Conquista/BA utilizou dados secundários dos boletins de ocorrência e dos bancos de dados dos casos de violência (negligência, abandono, violência física e sexual e outras violências) em indivíduos com mais de 60 anos, no período 2012-2015, registrados no Sistema de Informação de Agravos de Notificação (SINAN) e do Sistema de Vigilância de Violências e Acidentes (VIVA). Obtiveram-se resultados que colaboram com a evidência da

feminização da violência patrimonial e da baixa escolaridade da vítima (SAMPAIO *et al.*, 2017).

O resultado apontou, também, que no município prevaleceu a violência financeira e que 100% das vítimas sofreram também algum outro tipo de violência. Neste caso, predominou a violência psicológica (100%) e a física (47,8%); as idosas possuíam idade média de 65 anos, baixo grau de escolaridade e eram casadas (SAMPAIO *et al.*, 2017).

O exame dos principais locais de encaminhamento das vítimas permitiu identificar que a maior parcela dessas idosas foi direcionada para a Delegacia da Mulher e que ocorreu também a reincidência das violências, sendo notificados em 100% dos casos. A probabilidade da ocorrência de violência aumenta quando a vítima se sente “frágil e submissa ao agressor”. Com isso, as agressões tornam-se um “vício e esses atos são repetidos diversas vezes” (SAMPAIO *et al.*, 2017, p. 372).

Estudo transversal realizado na cidade de Recife com idosos (≥ 60 anos) assistidos pelas unidades de Estratégia de Saúde da Família (ESF) da microrregião 4.1 (bairros de Iputinga, Cordeiro, Zumbi, Torre, Madalena, Prado e Ilha do Retiro) acusou a negligência como a violência mais frequente (58,5%), seguida da psicológica (21,5%) e da financeira (16,6%) (BARROS, 2017).

Nesta mesma pesquisa, em análise dos casos de violência financeira, observou-se que “64,3% tiveram seu dinheiro manejado de forma diferente das suas instruções no último ano, com frequência de pelo menos uma vez ao mês e que 46,4% tiveram seu dinheiro roubado com a mesma frequência” (BARROS, 2017, p. 46). Percebeu-se também, que o risco de ocorrer violência é maior para os indivíduos “idosos que declararam sua saúde como regular/ruim” (BARROS, 2017, p. 51).

Estudo descritivo realizado em Minas Gerais com “abrangência estadual” relativo aos anos de 2011 e 2012 baseou-se nas denúncias e notificações apuradas pelo “Disque 100” e pelo “Sistema de Informação de Agravos de Notificação versão net (SINAN NET)”. Apurou-se que as violências “psicológicas/moral” prevalecem (27,9% dos casos), seguidas da “negligência/abandono” (25,6% dos casos), “financeira/

econômica” (22,7% dos casos), física (20% dos casos), sexual (0,7% dos casos) e outra (2,8% dos casos). Além disso, as idosas foram mais vitimadas por familiares ou conhecidos, enquanto os idosos foram mais vitimados por pessoas desconhecidas (ROCHA *et al.*, 2018, p. 84).

Este estudo revelou que a pessoa idosa do sexo masculino tende a ser menos atingida pela violência do tipo financeira e que os indivíduos “na faixa de 60-69 anos” são menos vulneráveis que os com mais do que esta idade. Além disso, apontou a maior frequência de violação financeira por parte dos filhos, com possibilidade de reincidência (ROCHA *et al.*, 2018, p. 88).

A análise das condições de vida dos idosos mostrou que eles são majoritariamente “chefes do domicílio” (88,7%) e que os homens representam a maior parte destes idosos (80%). As mulheres idosas representam lares, como chefes, na faixa de idade de “80 anos ou mais”, fato que revela “maior viuvez feminina” (ROCHA *et al.*, 2018, p. 90).

A renda dos indivíduos idosos é similar à dos não idosos, mas a agregação de seus benefícios previdenciários à renda de outras atividades de trabalho faz com que os idosos tenham “renda média superior” à dos indivíduos mais jovens. Apesar desta condição, a pessoa idosa passa por violações de direitos e, “por medo de perder o vínculo afetivo” não faz denúncia quando seu agressor é uma pessoa da família (ROCHA *et al.*, 2018, p. 90).

Estudo documental realizado em Umuarama-PR analisou a violência financeira sofrida por indivíduos idosos em 2015 e 2016 com base nos prontuários de atendimento do Centro de Referência Especializado de Assistência Social (CREAS) e do Centro de Referência de Atendimento à Mulher (CRAM). Apurou-se que a violência financeira se manifesta como a segunda mais incidente, ficando abaixo somente da negligência (SILVA, 2018).

Silva (2018, p. 86) apurou que as idosas sofrem mais violência do tipo financeira do que os idosos, “22,6%” e “9,69%” respectivamente, e que os tipos de violações financeiras foram:

[...] manipulação/coação – 50%; retenção/subtração do cartão de aposentadoria – 44,44%; retenção/privação de alimentos – 38,89%; apropriação de bens/residência – 22,22%; controle financeiro – 22,22%; extorsão – 27,78%; empréstimo consignado – 11,01%; realização de compras no nome da pessoa idosa – 16,67% (SILVA, 2018, p. 86).

Ressalta Silva (2018, p. 75) que em comparação com a quantidade de casos de violência de 2015 e 2016, o primeiro ano apresentou maior número de denúncias de violência financeira do que o segundo, fato que pode ser atribuído à “campanha publicitária” realizada pelo município, em que foram divulgados os “serviços e programas da política de assistência social”.

Estudo transversal relativo à violência econômico-financeira e patrimonial, realizado com base na análise de 555 Boletins de Ocorrência (BO) e inquéritos policiais registrados em Delegacia de Segurança e Proteção ao Idoso (DSPI) no período de janeiro de 2009 a dezembro de 2013 sobre idosos residentes em Teresina/ PI, apurou: a vítima tinha idade entre 60 a 99 anos; a maior parte era de pessoas do sexo masculino (70,4%), mais velhas (80 anos ou mais), solteiras (75%) e com ensino superior incompleto (78,6%); a violência ocorreu predominantemente em área urbana (59%) e a maior incidência foi em local público (92%); a violência financeira era acompanhada da incidência de outros tipos de violência (61,8%), prevalecendo a violência do tipo psicológica (11%) (SANTOS *et al.*, 2019).

Este estudo apontou como perfil mais observado do agressor: é mulher (73,5%), tem idade entre 16 e 69 anos, viúvas (64%) e que o agressor não apresentou registro de suspeita de álcool (66,4%) ou drogas (60%), não sendo este familiar (86,5%). “Os valores relativos aos agressores diferem do total de idosos vitimados, visto que em muitos casos inexistiam informações dos agressores, principalmente nos registros relativos a violência financeira” (SANTOS *et al.*, 2019, p. 3).

Pesquisa realizada em Porto Nacional-TO que objetivou analisar e categorizar os processos judiciais de violência financeira revelou que as vítimas são, na maior parte, homens (81,0%); permanecem como chefes da família, cujos proventos custeiam as despesas da casa; e que as instituições financeiras são, na maior parte dos casos, os sujeitos das ações (65,0%) (LIMA, 2019).

As denúncias de violência financeira incidem mais em idosos cuja idade está entre 60 e 69 anos (62,0%). Observou-se que, quanto mais avançada a idade, menor é a quantidade de denúncias, sendo menor também a participação do idoso na administração de seu patrimônio, em que outros agem em seu nome, como se o idoso fosse “incapaz de executar tal tarefa” (LIMA, 2019, p. 66).

Considerando-se que a violência financeira está relacionada à vida financeira do agressor e do agredido e que alguns estudos apontam que a vítima tem baixo nível de escolaridade e que este é um fator gerador de mais vulnerabilidade, debate-se, a seguir, para melhor entendimento deste contexto, o tema “educação e educação financeira”.

3.3 A importância da educação financeira

Pesquisas apontam que os idosos brasileiros têm baixa escolaridade, pois 89% não passaram do ensino fundamental e 49% são analfabetos funcionais (VENTURI; BOKANY, 2009; JESUS *et al.*, 2017; SAMPAIO *et al.*, 2017). A educação é reconhecida durante toda a vida como um instrumento considerado fundamental, que determinará uma “velhice bem-sucedida” (DOLL, 2009, p.110). Assim questiona-se: Indivíduos com mais escolaridade serão menos vulneráveis?

Conforme Minayo (2013, p. 258), são vários os motivos associados à violência e é “bastante temeroso” utilizar apenas a educação para analisar a violência. Mas há possibilidade de se pensar na educação como:

[...] uma forma de diminuir a violência social e a criminalidade no médio e longo prazo, pois os indivíduos melhores preparados e com maiores qualificações conseguem se inserir melhor no mercado de trabalho tem mais oportunidades, melhores salários, tem mais noção de cidadania e de seus direitos e deveres, o que os torna menos propensos a se inserirem em grupos criminosos.

Resultados encontrados por Becker (2013, p. 37) apontam que há muitas evidências de que a educação pode contribuir para a redução da criminalidade e que há evidências de que a atuação pública no âmbito educacional pode ser uma forma de “política de prevenção do crime”. As evidências apontadas por Becker (2013, p. 37) são:

- a) há relação positiva de 1,3 entre a taxa de analfabetismo e as taxas de homicídios (FAJNZLBER; ARAÚJO Jr., 2001);
- b) utilizando como medida de educação, o número médio de anos de estudo para população a partir dos 25 anos, observou uma elasticidade negativa em relação à taxa de crimes letais entre 0,6 e 0,8, dependendo do modelo utilizado (KUME, 2004);
- c) utilizando a escolaridade média, em anos de estudo, dos homens entre 15 e 30 anos de idade, foi observado uma elasticidade negativa entre 1,5 e 1,7 (SANTOS, 2009);
- d) utilizando como medida de educação, o número de adolescentes entre 15 e 17 anos na escola, observaram uma relação negativa de 2,0 com a taxa de homicídios (RESENDE, 2007);
- e) utilizando a taxa de matrículas e crimes não pecuniários, observaram que há relação negativa de 1,7 (SCORZAFAVE; SOARES, 2009);
- f) avaliando o abandono escolar dos alunos do primeiro ano do ensino médio e as taxas de homicídio, mostrou elasticidade de 0,51 (TEIXEIRA, 2011);
- g) baseando-se em informações de prisioneiros, observaram que quanto maior a escolaridade, menor a probabilidade de o indivíduo cometer homicídio (CARNEIRO *et al.*, 2005).

Na sociedade contemporânea, informatizada e tecnológica, os indivíduos precisam ter habilidades para utilizar os sistemas, tanto no âmbito financeiro quanto no fiscal. Tal necessidade se traduz em operações corriqueiras ou mais elaboradas (transação de transferência bancária, investimentos, declaração do imposto de renda, empréstimos, financiamentos e outros). Mesmo os indivíduos que sentem dificuldade para compreender conceitos no âmbito financeiro, têm, em sua maioria mensalmente a necessidade de fazer algum tipo de planejamento financeiro (HOJI, 2014).

Para realizar essas transações e administrar seus recursos financeiros, é necessário que os indivíduos dominem um amplo conjunto “de propriedades formais que proporcione uma compreensão lógica e sem falhas das forças que influenciam o ambiente e suas relações com os demais”. É por meio da educação financeira que se adquire parte dessas propriedades, pois permite que o indivíduo domine habilidades para tomar decisões com fundamento e segurança, propiciando melhor administração de sua vida financeira, tornando-se mais integrado à sociedade. Pode então realizar maior atuação no meio financeiro, fator esse que propicia a ampliação de seu “bem estar” (SAVOIA; SAITO; SANTANA, 2007, p. 1122).

Há pessoas que se aposentam “oficialmente”, mas não estão “efetivamente” aposentadas, pois continuam trabalhando para suprir as necessidades da família, tendo em vista que o valor da aposentadoria não é suficiente para suprir todas as

suas necessidades e manter seu padrão de vida. Assim, é necessário que o planejem suas finanças com pensamento no longo prazo (HOJI, 2014, p. 14).

O conhecimento financeiro oferece maiores possibilidades para a tomada de decisão: quando comprar ou vender um imóvel, realizar financiamentos, investimentos e executar outras decisões financeiras (HOJI, 2014). A educação financeira é “um processo de transmissão de conhecimento”. É por meio dela que se conquistam habilidades, propiciando o imprescindível desenvolvimento para que o indivíduo decida de forma segura sobre sua vida financeira. Quanto mais capacitado o indivíduo, mais integrado ele estará na sociedade (SAVOIA; SAITO; SANTANA, 2007, p. 1122).

Há no ambiente familiar sempre um “gestor financeiro”, pois cabe a algum membro da família a função de tomar decisões, sejam elas de curto, médio ou longo prazo (HOJI, 2014, p. 19). No mundo das finanças, as famílias podem tomar decisões equivocadas de investimento e, neste caso, gerar impacto negativo, devido às perdas sofridas. Tal situação pode ser amenizada por meio da educação financeira, sendo aplicada, inclusive, nas escolas (COSTA, 2009).

Salienta-se também que a educação financeira e a experiência em lidar com o mercado financeiro não são suficientes para prevenir os riscos existentes, mas alguns indivíduos que não dispõem de educação financeira e não tem experiência no âmbito financeiro costumam errar mais “para proveito dos outros” (COSTA, 2009, p. 34). Além disto, não é possível mudança substancial na situação financeira do indivíduo com investimentos em poupança, nem ficará rico apenas com o recebimento de salário. Conforme Costa (2009, p. 19), a classe média é “empurrada nesta direção”, vive de salário e investe na poupança, fato proveniente de “condicionamento social” e de educação.

Só há uma forma de sair da pobreza: submeter-se a riscos especulativos. Isso poderá até gerar perdas, ao invés de ganhos, mas é preciso tentar. E se não der certo, tentar de novo (COSTA, 2009). Mas como impulsionar para que isso ocorra diante do baixo conhecimento dos indivíduos sobre finanças? Sugere-se que isto só ocorrerá com investimento em educação, com enfoque na educação financeira.

O que se percebe, porém, é que nas últimas décadas três forças geraram mudanças das relações econômicas e sociopolíticas mundiais nos países desenvolvidos: “a globalização, o desenvolvimento tecnológico e alterações regulatórias e institucionais de caráter neoliberal”. Estes fatores levaram à redução do destino e do volume de investimento em programas de seguridade social, rompendo o paternalismo estatal. O Brasil, na década de 1990, acompanhou este movimento (SAVOIA; SAITO; SANTANA, 2007, p. 1.123).

Com a redução da inflação, o indivíduo, que antes pensava no curto prazo, passou a tomar decisões financeiras no longo prazo. Com inflação alta, o caminho era o consumo imediato, sem ações de poupança no longo prazo. Já a partir da estabilização da moeda, verificou-se a necessidade de poupar e de planejar a aposentadoria, que não será mais “provida integralmente pelo Estado”. Ele deverá, então, rever suas decisões sobre aquisição de imóvel próprio e de bens duráveis e, também, entender as modalidades de crédito, dominando também os recursos tecnológicos que permitem realizar operações financeiras (SAVOIA; SAITO; SANTANA, 2007, p. 1.124).

Com a progressão da velhice e a redução dos benefícios previdenciários, tornou-se necessário poupar, pensando na vida toda (LEMONS, 2009). Mais uma vez, ficou nítida a necessidade de tomar decisão no âmbito financeiro, abrindo espaço para demandas voltadas a investimentos de longo prazo. Mas como realizar isso sem educação financeira?

Surgiu daí a necessidade de investir em educação financeira. No Brasil, a função de capacitar a população para a tomada de decisão no âmbito financeiro não é exercida adequadamente pelas autoridades. Existe um trabalho, realizado por instituições privadas, como a Bovespa², empresas e bancos cujas práticas voltam-se para a orientação aos clientes e usuários de seus produtos. Porém este trabalho não é suficiente para mudar o contexto (SAVOIA; SAITO; SANTANA, 2007).

² Bolsa de Valores de São Paulo (BOVESPA)

Devido a seu baixo grau de instrução, os idosos brasileiros têm dificuldade para avaliar as condições de crédito e apurar suas próprias condições de pagamento, gerando, assim, endividamento e, como consequência, retração do consumo. Pode-se afirmar que não é com base no consumo familiar que os investimentos serão impulsionados, mas o governo, por meio de políticas de crédito voltadas principalmente ao público de baixa renda, estimula o consumo e facilita o crédito, gerando maior endividamento das famílias (SAVOIA; SAITO; SANTANA, 2007).

A mídia, por meio da televisão, do rádio, dos jornais e revistas e da *internet*, amplia o acesso à informação e facilita a inserção do conteúdo, funcionando “como instrumento ou dispositivo” por meio do qual é possível “criar linguagem, formatar e veicular produtos”. É também, um local para consulta e circulação de informações. A mídia funciona como um espaço de convivência, similar “à praça” e outros locais de encontro (FRANÇA, 2012, p. 13).

A mídia invade a vida do indivíduo, mas também facilita sua interpretação sobre os mais variados acontecimentos, pois reúne milhares de fontes que divulgam e comentam acontecimentos. Assim, pode-se dizer que ela conferiu poder à sociedade (FRANÇA, 2012). Pensando no ambiente social, a mídia atua “como um novo sujeito”, e França (2012, p. 16) a vê como parte da sociedade, funcionando da mesma maneira que órgãos públicos (postos de saúde, defensorias etc.). Assim, não se pode afirmar que a mídia só faz o bem, mas ela transmite informação e alerta as pessoas. Não é possível afirmar que o indivíduo está preparado para absorver essas informações.

Existe uma correlação positiva entre escolaridade e desempenho funcional dos idosos. Idosos com nível mais baixo de escolaridade apresentam cinco vezes mais chances de ter dependência para atividades diárias. Aqueles com maior nível de escolaridade apresentam menor comprometimento funcional (JESUS *et al.*, 2017). Alguns fatores devem ser considerados. Por exemplo a maior parte dos brasileiros não tem acesso a seus direitos e garantias fundamentais, gerando exclusão social, sendo a educação garantidora de dignidade humana e cidadania (ARANÃO, 2013).

A educação de qualidade não é oferecida a toda a população, gerando evasão escolar, repetência e formação de alunos com baixo nível de aprendizado (SILVA, 2016, p. 216). O consumo e o empréstimo consignado impactam a vida em sociedade. É preciso, portanto, que o indivíduo possua acesso a informações que lhe permitam entender e, assim, lidar com as mais variadas informações sobre dinheiro, investimento, empréstimos, juros, lucros. Ele necessita conhecer os símbolos que representam custos e oportunidades. Reforça-se, então, a necessidade de implementar medidas educativas no âmbito financeiro e de efetivá-las para os idosos de classes populares, que têm pouca ou nenhuma escolaridade (BUAES, 2015).

Lima (2019, p. 85) compartilha a necessidade de mudar a forma de pensar, tratar e agir “da sociedade e dos administradores” com relação aos idosos. A legislação sozinha não é capaz de resolver os “paradigmas e comportamentos”. Ele vê na educação a chave para a conscientização cultural e social, na medida em que propiciará, “até para o idoso”, conhecimento que lhe fará exigir o respeito que ele merece.

A partir dos elementos obtidos pela literatura, seleciona-se a seguir e caracteriza-se a violência financeira nos moldes do modelo de Dahlberg e Krug (2006).

3.4 Modelo Sistêmico para caracterizar a violência financeira

Para melhor compreender a violência acometida aos idosos, no âmbito financeiro, descrevem-se aqui os fatores contributivos nas esferas do modelo (indivíduo, relações, comunidade e sociedade).

3.4.1 Violência financeira e o indivíduo

Alguns fatores podem explicar a maior predisposição de idosos a situações de violência financeira no contexto individual:

O indivíduo idoso apresenta algumas características que os expõem mais: o medo de ficar sozinho (KLONTZ, 2011), pela possibilidade de serem encaminhados, pelos

familiares, a lares de idosos, fato que os deixará longe da família (JACKSON; HAFEMEISTER, 2011; LIMA, 2019); e medo de sofrer retaliações por parte dos agressores (SAMPAIO *et al.*, 2017), submetendo o idoso a vários tipos de violência (física, psicológica, financeira e outras), razão pela qual ele não denuncia seu agressor, continuando a ser explorado.

Tais fatos são confirmados por Lima (2019, p. 66), quando afirma que a pessoa idosa apresenta “medo” de ser abandonada ou de ser encaminhada a um “asilo”, pois ficará sozinha, motivo que a impede de denunciar seu agressor.

A passividade do indivíduo idoso, principalmente em situações onde o agressor é filho (a), por temer a perda dos laços afetivos com a família (PEREIRA *et al.*, 2013), gera negação, silenciando-os nos casos de violência (SIQUEIRA, 2007), pois eles tem vergonha de se expor. Evitando a denúncia, protege o agressor, que, em muitos dos casos, é um parente (LOURENÇO *et al.*, 2012).

A gratidão esconde a exploração financeira. Há casos de idosos que, apesar de saberem que estão sendo explorados, não delatam, pois acreditam que o agressor, geralmente alguém que cuida dele, possui algum tipo de direito a seus recursos, na medida em que ele lhes oferece cuidado, afeto e atenção (DINIZ, 2018).

O indivíduo é um ser único. A associação de fatores proporcionará atitudes diferentes para cada idoso. Traços da personalidade revelam características individuais, natas do indivíduo, podendo este ter personalidade submissa, agressiva ou temerosa. Tais fatores mostram o que a pessoa é, distinguindo os indivíduos (HALL; LINDZEY; CAPBELL, 2000). Ou seja, há indivíduos que são mais propensos a casos de violência do que outros, com base em sua personalidade, que poderá ser ou não facilitadora ao caso de abuso financeiro.

Questões relativas ao contexto de vida, como educação dada pelos pais, escola em que estudou e cultura do lugar em que viveu, são fatores que, associados, moldam o indivíduo e influenciam sua maneira de viver e de conduzir variados aspectos da vida, pois “o desenvolvimento humano deve ser avaliado desde as unidades biológicas até as estruturas sociais” (DESSEN, 2005, p. 18). Nas sociedades

contemporâneas, os principais “ambientes de desenvolvimento humano” são os da vida em família e no ambiente escolar (DESSEN; POLONIA, 2007, p. 21).

A baixa escolaridade de indivíduos idosos aumenta a possibilidade de situações de violência financeira, que poderá estar associada a outras violências (GUTIERREZ-ROBLEDO; AVILA-FUNES, 2012; IRIGARAY *et al.*, 2016; SAMPAIO *et al.*, 2017), tendo em vista estes idosos podem apresentar problemas de saúde mental, condições crônicas de saúde, exclusão social, menor acesso às informações e condições socioeconômicas desfavoráveis, pois há evidências de que o nível de escolaridade afeta a saúde. Já os idosos mais escolarizados são mais protegidos contra casos de doenças (JESUS *et al.*, 2017). Assim, pode-se dizer que indivíduos saudáveis, estarão mais integrados à vida em sociedade e terão mais acesso a informação, podendo prover melhor de seus direitos.

Indivíduos menos a escolarizados têm menos capacidade para cuidar de suas finanças, precisam do apoio de terceiros (amigos, familiares e outros) e ficam mais sujeitos a situações de violência financeira (IRIGARAY *et al.*, 2016). Quanto mais alto o grau de escolaridade, maior a independência, pois indivíduos mais preparados tomam decisões fundamentadas e mais seguras e cuidam de suas finanças, fato gerador de mais bem estar (SAVOIA; SAITO; SANTANA, 2007; BUAES, 2015).

3.4.2 Violência financeira e as relações

As relações interpessoais possibilitam a violência financeira. Alguns fatores de ordem socioeconômica contribuem para a incidência de violência financeira:

Há Idosos que são os principais provedores da família ou, até mesmo, os únicos, situação que propicia aumento de “conflitos familiares e violência financeira” (LOURENÇO *et al.*, 2012, p. 431).

“Novas estruturas familiares”, com filhos e netos residindo com os pais (idosos), devido à separação dos casais e/ou perda de renda, impõem aumento do custo de vida dos idosos (MEDEIROS *et al.*, 2015, p. 6). Por isso, eles são explorados financeiramente pelos próprios parentes (filhos e netos), pois a renda da pessoa

idosa fica comprometida pelo aumento dos gastos da casa (luz, água, alimentação etc.), havendo exploração financeira até para outros gastos, como, saúde, vestuário e educação de netos e, até mesmo, dos filhos que, já adultos, retomam aos estudos (CAMARANO, 2009).

A coabitação com filhos já adultos, que, mesmo trabalhando, permanecem residindo na casa dos pais e exploram o patrimônio destes faz com que eles tenham menos liquidez financeira para uso próprio. Esta situação pode ser explicada por meio de questões financeiras (custo da moradia e perda de renda), psicológicas (filhos que não querem crescer e comodismo) e sociodemográficas (casamento mais tardio, separações e divórcios) (COBO; SABOIA, 2010).

A dependência financeira de filhos de meia idade, que podem também apresentar dificuldade com álcool, ou drogas, ou problemas mentais, faz com que o idoso esteja mais sujeito a situações de violência do tipo financeira, pois estes utilizam o recurso financeiro do idoso(a), de forma consentida ou não (PASINATO; CAMARANO; MACHADO, 2006).

A relação cotidiana dos indivíduos aproxima a pessoa idosa de seu agressor, facilitando a ocorrência de violências, inclusive a violência financeira, pois nas relações pessoais ocorrem apropriações totais ou parciais de bens, valores, documentos, direitos e recursos econômicos sobre os quais o indivíduo tenha propriedade (DAHLBERG; KRUG, 2006; PEREIRA *et al.*, 2013). Estes casos ocorrem mais no âmbito familiar, pela facilidade do uso de recursos da vítima (cartões, pedidos de empréstimos, cheques pré-datados etc.), podendo ser consentido ou não, motivo que pode ser explicado pelo fato de o idoso, em sua maioria, estar fora do ambiente de trabalho, pois, caso ainda esteja trabalhando, também poderá ser assediado para operações no âmbito financeiro (empréstimos, aval etc.) (DAHLBERG; KRUG, 2006). Conforme Silva (2018, p. 105), “nas relações sociais contemporâneas a violência financeira é “fruto” da “cultura capitalista”.

A transição da juventude para a vida adulta se processa de forma diferente do que ocorria no passado, devido a fatores como: necessidade de mais tempo de estudo para ingresso, estabilidade e crescimento profissional; frequência escolar por tempo

integral; desemprego e estabilidade de um trabalho; baixa remuneração para os jovens etc. (NASCIMENTO; 2008). Além disso, as idosas nascidas nas décadas de 1940 a 1950 (geração *baby boom*) apresentam maior frequência de filhos e pais coabitando com elas, fato que pode ser explicado pela fertilidade tardia delas e pela longevidade dos pais (WIEMERS; BIANCHI, 2015). Esta transição mantém os filhos e também avós por mais tempo sob o apoio financeiro da família, impactando mais custo e fazendo com que idosos precisem, às vezes, manter-se trabalhando para suprir as necessidades financeiras de familiares já adultos.

3.4.3 Violência financeira e a comunidade

A violência financeira ocorre em todas as comunidades, pois faz parte da vida em sociedade (MINAYO, 1994).

Indivíduos com baixo nível de instrução tendem a apresentar situação financeira mais desfavorável, por ser mais difícil construir patrimônio ao longo da vida, fato explicado pelas piores oportunidades de trabalho e pela incapacidade de planejar uma velhice próspera (SAVOIA; SAITO; SANTANA, 2007; HOJI, 2014). Esses fatores propiciam que esta pessoa, já idosa, resida em locais de maior vulnerabilidade, estando assim mais sujeitas a situações de violência financeira. Ou seja, os idosos que residem em comunidades pobres estão mais sujeitos a situações de violência financeira, pois o agressor sente-se em situação favorável diante da vulnerabilidade do idoso.

Conflitos de valores vividos na comunidade propiciam maior risco da incidência de violências, pois a desigualdade social, a pobreza e a miséria, devido ao crescimento desordenado das cidades, agregadas à ampliação das aspirações de consumo e da incapacidade de pagamento (VELHO; 2000) e à vulnerabilidade social dos idosos (JESUS *et al.*, 2017), são fatores que propiciam à pessoa idosa estar mais suscetível a situações de violência financeira.

A impotência econômica do agressor, agregada a suas aspirações de consumo e à sensação de que não compensa agir conforme a lei, gera confiança e o impulsiona ao delito. Neste caso, o idoso é a vítima provável (KLONTZ; KLONTZ, 2001). Mas

será que em comunidades com maior potencial financeiro (mais ricas) não ocorre violência financeira? Será que o idoso rico está protegido da violência financeira? Considerando que o agressor, seja ele uma empresa ou um indivíduo, seja ele um parente ou um terceiro, estão interessados no patrimônio do indivíduo, pode-se considerar que os indivíduos ricos também estão sujeitos a casos de violência financeira. Mas pode-se sugerir também que idosos mais abastados têm melhores possibilidades de se defenderem do que os idosos mais pobres, pois têm mais acesso à informação.

3.4.4 Violência financeira e a sociedade

O ambiente permeado pela instabilidade econômica e pelo alto nível de desemprego potencializa que o idoso se envolva em situações de violência financeira, devido à possibilidade de necessitar de dinheiro e, neste caso, de recorrer a empréstimos com altas taxas de juros, pois em momentos de instabilidade econômica aumentam o risco de crédito e a consequente elevação das taxas de juros (ASSIS, 2019).

As instituições financeiras e as operadoras de cartões de crédito, devidamente credenciadas a atuarem no mercado de crédito e munidas de artefatos como legislação, marketing, promoções e acesso a banco de dados, conseguem explorar as finanças do indivíduo por meio da venda de produtos e serviços. Após atingirem sessenta anos, mesmo os idosos mais escolarizados apresentam déficit cognitivo, com declínio na alfabetização financeira. Mesmo assim, sentem-se confiantes em sua capacidade global de tomada de decisão (FINKE; HOWE; HUSTON, 2016), ficando mais expostos ao mercado financeiro (MEDEIROS *et al.*, 2015) quando realizam operações com vista no lucro (MINAYO, 2013).

O aumento abusivo nos planos de saúde é também considerado caso de violência econômica e financeira (MINAYO, 2005).

Direitos não respeitados decorrentes da recusa dos planos de saúde para o pagamento de tratamentos de alta complexidade e medicamentos caros fazem com que o indivíduo contraia empréstimos, venda algum bem, ou busque ajuda de

amigos e familiares para pagar o tratamento até que a justiça dê seu parecer, constituindo, assim, uma violência financeira (SHEFFER, 2006).

A concessão demorada de benefícios, traduzida na morosidade do Instituto Nacional de Seguridade Social (INSS) para o pagamento do benefício em casos de doença compromete o orçamento da família (SILVA; PESSOA; VELOSO, 2018).

O Estado impõe mudanças na legislação previdenciária, exigindo mais tempo de contribuição, o que afeta o plano de aposentadoria. Isso faz com que o indivíduo tenha que alongar o tempo de contribuição em um momento da vida em que não está com a mesma capacidade física para o trabalho ou que o mercado de trabalho não está disposto a absorver sua mão de obra por não ter a qualificação requerida pelas atuais demandas do mercado (COUTRIM, 2006). Estas situações geram redução ou interrupção na contribuição para a previdência, prejudicando a aposentadoria, seja em tempo, seja em valor do benefício.

A forma de correção do benefício previdenciário impacta as finanças das pessoas idosas, que contam com aquele recurso para se manterem financeiramente (MINAYO, 2005; LEMOS, 2009). Ao longo do tempo, as regras são alteradas para atender a novas realidades sociais. Dessa forma, o indivíduo, já idoso, principalmente aquele que não constituiu reserva ao longo da vida, tem problema para se manter financeiramente.

A crise econômica impacta o desemprego, acarretando o retorno de filhos e netos para a casa dos pais (idosos), fato que onera seu orçamento, devido à elevação dos custos com a manutenção da casa, reduzindo sua qualidade de vida, pois, devido à relação parental, ele se sente responsável por prover os familiares, já que eles não conseguem suprir sozinhos. Isso gera violência financeira no idoso (COUTRIM, 2006), que pode necessitar de empréstimos para suprir a necessidade financeira da família (MEDEIROS *et. al.*, 2015).

O Estado é negligente, pois não divulga os direitos dos idosos. Assim, a população idosa, principalmente a mais pobre e com menor grau de instrução, fica desprotegida, por desconhecer os direitos a ela assegurados (SIQUEIRA, 2009).

Negócios comerciais (compra e venda de imóveis) são estabelecidos, principalmente, pelos indivíduos mais abastados, fazendo com que estes, por realizarem mais negócios, estejam mais sujeitos a situações de violência patrimonial, devido ao descumprimento de contratos. Neste caso, a violência financeira segue a riqueza, e não a pobreza (ADORNO, 2007).

Os indivíduos de baixa renda estão mais propensos a se envolverem em operações de crédito, que são propulsoras do aumento da vulnerabilidade, o que, aliado à falta de educação financeira, tem como consequências o endividamento e a inadimplência (MINAYO, 2013; ROCHA, 2015).

A escolaridade do idoso impacta toda sua vida em sociedade, pois o indivíduo com baixa ou nenhuma escolaridade tem menos chance de se desenvolver no mercado de trabalho, reduzindo seu potencial de crescimento no âmbito financeiro, o que potencializa sua exposição a situações de exploração financeira em operações de crédito (MINAYO, 2013) que são propulsoras do aumento da vulnerabilidade, o que, aliado à falta de educação financeira, tem como consequências o endividamento e a inadimplência (ROCHA, 2015). Já o indivíduo idoso que teve acesso à educação possui mais qualificações e mais facilidade de inserção no mercado de trabalho, melhor renda e mais conhecimento de seus direitos e deveres (MINAYO, 2013). Estes fatores possibilitam uma velhice mais confortável e sua independência financeira.

Pode-se, então, inferir que a educação potencializa a qualidade na tomada de decisões de ordem econômica (KIM *et al.*, 2018), sendo uma forma de reduzir a violência social (MINAYO, 2013). Assim a desigualdade de acesso à educação é uma forma de violência financeira.

A criminalidade ocorre de variadas maneiras. O idoso está sujeito a casos de estelionatos e variadas formas de “abuso financeiro”, que são efetuados por “criminosos”, aproveitando-se da “vulnerabilidade física e econômica” dos idosos quando estão em estabelecimentos comerciais, nas instituições financeiras, no trajeto pelas ruas, utilizando transporte público, etc. (MINAYO, 2013, p. 28).

Observa-se que os contextos individual, das relações, da comunidade e da sociedade estão interligados, sendo complexo analisá-los individualmente, pois um fator potencializa o outro, e vice-versa. Minayo (2006, p. 8), parafraseando Pascal, afirma que a violência manifesta-se “causada por outros processos e também causadora destes processos”. Ou seja, ela é causa e efeito.

4 METODOLOGIA

Esta seção, em que se descrevem os aspectos metodológicos que orientaram a pesquisa, compõe-se das seguintes subseções: Unidade de análise e sujeitos de pesquisa; Tipo, abordagem e método de pesquisa; Coleta de dados; e Análise de dados.

4.1 Unidade de análise e sujeitos de pesquisa

Conforme Collis e Hussey (2005, p. 73), unidade de análise “é um tipo de caso aos quais as variáveis ou fenômenos sendo estudados se referem e sobre o qual se coletam e analisam os dados”. Neste contexto, visando estabelecer limites à pesquisa e estudar apenas o que realmente contribui para o alcance do objetivo proposto (GODOY, 2006), definiu-se como unidade de análise desta pesquisa a violência financeira contra a pessoa idosa.

Vergara (2010, p. 47) explica que os “sujeitos da pesquisa são os que fornecerão os dados necessários”. Assim, os sujeitos da pesquisa foram os idosos, respeitando o Estatuto do Idoso, com idade a partir de 60 anos, residentes na região metropolitana de Belo Horizonte e associados ao Centro de Apoio e Convivência (CAC), localizado no bairro Calafate, município de Belo Horizonte (BH), Minas Gerais.

O CAC é uma entidade sem fins lucrativos, gerida e mantida pelos próprios idosos. Sua infraestrutura está voltada para oferta de atividades direcionadas ao público idoso, que promove sua sustentação e usufrui dos bens e serviços que são ali ofertados. Sua finalidade principal é promover a socialização, mediante a oferta de espaço e a prestação de serviços nas áreas social, cultural, esportiva, de lazer, de turismo, de geração de renda e de estética. O objetivo principal destas atividades é melhorar a qualidade de vida das pessoas idosas.

O CAC oferece as seguintes atividades aos associados: hidroginástica, hidroterapia, alongamento, yoga, acupuntura, fisioterapia, massagem terapêutica, limpeza de pele, nutricionista, podologia, psicologia, natação, coral, tarde dançante, dança de

salão, pilates, informática básica e academia. O associado contribui com uma taxa anual, mantendo-se sócio e matricula-se nas atividades que lhe convém, com valor de contribuição individual (Apêndice A).

4.2 Tipo, abordagem e método de pesquisa

Esta pesquisa se classifica como descritiva, que, conforme Collis e Hussey (2005, p. 24), “descreve o comportamento dos fenômenos”, sendo utilizada para identificação e obtenção de “informações sobre as características de determinado problema ou questão”. Quanto à abordagem, utilizou-se a qualitativa, contemplando um exame e uma reflexão sobre as percepções dos idosos no que se refere à violência financeira, manifestadas nas esferas do modelo, de forma a obter um maior entendimento sobre o tema (COLLIS; HUSSEY, 2005).

A pesquisa qualitativa é fundamentada essencialmente na observação e descrição de um fenômeno objeto da pesquisa. Segundo Godoy (2006), são aspectos que a caracterizam, dentre outros:

- a) O estudo e a análise empírica do fenômeno observado, assumindo o pesquisador papel fundamental no processo de observação, seleção, análise e interpretação dos dados coletados.
- b) O caráter descritivo da pesquisa, desde a obtenção dos dados até a análise dos resultados, objetivando captar uma visão ampla do fenômeno em estudo e esclarecer os fenômenos a partir da perspectiva dos participantes, ficando assegurado, no entanto, a precisão com que o pesquisador capturou o ponto de vista dos participantes, para validação da pesquisa, e também, para possíveis confrontações com outras pesquisas.
- c) Enfoque indutivo na análise de seus dados, em que as abstrações são construídas a partir dos dados coletados.

No tocante ao método de pesquisa, optou-se por um estudo de caso com os idosos vinculados ao Centro de Apoio e Convivência. Para Gil (2002), o estudo de caso deve ser considerado como profundo e exaustivo, permitindo detalhar e ampliar o

conhecimento. Tem caráter de profundidade e detalhamento, mostrando-se uma metodologia focada apenas em um cenário.

O estudo de caso é um método de pesquisa “comum na psicologia, sociologia, ciência política, antropologia, assistência social, administração, educação, enfermagem e planejamento comunitário”, sendo também utilizado na “economia” (YIN, 2015, p. 4). Seu foco é no entendimento de fenômenos sociais complexos, permitindo que

[...] os investigadores foquem um ‘caso’ e retenham uma perspectiva holística e do mundo real – como no estudo dos ciclos individuais da vida, o comportamento dos pequenos grupos, os processos organizacionais e administrativos, a mudança de vizinhança, o desempenho escolar, as relações internacionais e as maturações das indústrias (YIN, 2015, p. 4).

4.3 Coleta de dados

Para a coleta de dados, empregou-se a entrevista semiestruturada, cujo objetivo é “compreender os significados que os entrevistados atribuem às questões e situações relativas ao tema de interesse” (GODOY, 2006, p. 134). Iniciou-se com um roteiro semiestruturado (apêndice B) contendo 42 questões norteadoras para a realização das entrevistas. Segundo Duarte (2009), esta técnica é um recurso que busca, com base em teorias e pressupostos definidos pelo investigador, recolher respostas a partir da experiência subjetiva de uma fonte, selecionada por deter informações que se deseja conhecer. Para realização das entrevistas, obedeceu-se ao seguinte roteiro:

- a) Obter autorização da diretoria do CAC para abordar os sujeitos de pesquisa (idosos).
- b) Entrevistar os sujeitos, com base na acessibilidade. Conforme Vergara (2010, p. 47) “acessibilidade é quando os elementos são selecionados pela facilidade de acesso a eles.
- c) Assegurar-se de que os sujeitos de pesquisa tivessem idade igual ou superior a 60 anos.
- d) Entregar, ler e explicar o Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (TCLE) para os participantes.

- e) Aplicar um questionário socioeconômico e realizar a entrevista, com gravação em áudio.
- f) Realizar a entrevista por tópicos. Assegurar a interação entre o pesquisador e entrevistado, de forma a aprofundar no objeto de pesquisa.
- g) Analisar o áudio após a realização da entrevista, antes da transcrição, e excluir da análise as entrevistas que não apresentaram relato de alguma ocorrência de violência financeira.
- h) Transcrever e tabular os dados, para realização da análise de dados.

Alguns idosos não consentiram em conceder entrevista. Os que consentiram agendaram o horário e dia para sua realização, a qual foi realizada, em sua maioria, no próprio local (CAC). Apenas uma foi realizada na residência da idosa.

Os idosos, apesar de aposentados mostraram-se apressados, alguns têm atividades profissionais e outras atividades domésticas. Esses foram elementos que dificultaram a realização da pesquisa. Foi necessário convencê-los sobre a relevante contribuição que dariam e do sigilo das informações, diante do tema *violência e finanças*, gerador de desconfiança e medo.

Foi possível entrevistar 24 idosos, de forma a atingir um resultado equilibrado de respondentes com algum relato de violência financeira, distribuídos proporcionalmente entre 12 homens e 12 mulheres, cuja seleção ocorreu por acessibilidade. Eles foram apresentados ao pesquisador por integrantes da equipe administrativa e pelos professores que integram a equipe do CAC e conhecem o público que frequenta a associação. Foram direcionados ao pesquisador indivíduos idosos (60 anos ou mais) com capacidade para responder com clareza às questões da pesquisa. Tal escolha foi feita obedecendo aos seguintes critérios: estar na vida ativa, ser capaz de se locomover sozinho e estar apto para tomar decisões.

As entrevistas foram realizadas no período de 12 a 19/06/2019. Das 24 entrevistas realizadas, 18 apresentaram relatos de violência financeira, sendo, por isso, utilizadas pela pesquisadora. As gravações totalizaram 10 horas e 46 minutos de áudio.

As entrevistas foram realizadas em um espaço amplo e aberto, pois não havia um ambiente disponível fechado, ficando sujeitas ao som externo. Apesar disso, não houve comprometimento das gravações.

Na fase de tabulação de dados, ocorreram lacunas sobre a violência financeira na comunidade e o modo como as práticas dos agentes financeiros podem configurar uma relação de violência com o idoso. Para buscar os elementos capazes de responder a estas questões, aplicou-se um questionário com questões fechadas (apêndice C), desenvolvido pela pesquisadora. Segundo Hair Jr. *et al.* (2005), o questionário é um conjunto predeterminado de perguntas criadas para coletar dados dos respondentes, desenvolvido cientificamente para medir características importantes de indivíduos, empresas, eventos e outros fenômenos. Para isso, deve ser claro e limitado em extensão e estar acompanhado de notas que expliquem a natureza da pesquisa (BEUREN, 2008).

Esta segunda etapa ocorreu entre 7 e 9/08/2019, no Centro de Apoio e Convivência. Foram aplicados 15 questionários, pois dos 18 idosos selecionados 16 foram abordados, 1 não pôde responder à pesquisa e 2 não foram localizados.

4.4 Análise de dados

Os dados foram analisados conforme as etapas previstas na análise de conteúdo proposta por Bardin (2004, p. 42): consiste no tratamento das comunicações obtidas na coleta de dados por métodos “sistemáticos e objetivos de descrição de conteúdo de mensagens”. Sua estrutura comporta as etapas de pré-análise; exploração, ou análise e inferência e interpretação dos dados, com o objetivo de colher, indicadores, quantitativos ou não, que “permitam a inferência de conhecimentos relativos às condições de produção/recepção das mensagens”.

A análise contemplou as seguintes etapas: pré-análise; exploração do material; e tratamento dos resultados (inferência e a interpretação) (BARDIN, 2004). Em cada uma destas etapas, os dados foram sistematicamente trabalhados.

Na primeira etapa, organizaram-se o material coletado e as falas dos entrevistados, com vista à operacionalização e organização das principais ideias.

Na segunda etapa, considerando as categorias de análise definidas para o estudo, os dados, ainda brutos, foram trabalhados, visando transformá-los em dados válidos e significativos para a pesquisa. Com base em Bardin (2004), os dados foram tratados, quantitativamente e qualitativamente.

Neste estudo, procedeu-se à tabulação quantitativa e qualitativa das entrevistas, identificando as respostas dos entrevistados e agrupando-as de acordo com o tema da pergunta, com a posterior construção de tabelas. A tabulação qualitativa ocorreu mediante a análise temática, com fundamentação em Minayo (2012), considerando a definição dos temas relacionados ao objetivo da pesquisa, tais como: violência financeira, relações pessoais, educação, o governo, crédito e finanças pessoais. Para tal, construiu-se uma tabela no *Excel*, com uma pasta para cada pergunta, tendo como foco identificar os pontos principais de cada tema pesquisado, na perspectiva dos entrevistados. Todas as informações relevantes ao estudo foram agrupadas, indiferente de sua frequência.

Na terceira etapa, segundo Dellagnello e Silva (2005, p. 113), o pesquisador usa a “intuição com embasamento nos materiais empíricos e nos referenciais teóricos disponíveis, buscando estabelecer relações, verificar contradições e compreender os fenômenos” que ele se propõe a estudar. Este é o momento para refletir sobre os dados trabalhados e agrupados nas categorias propostas pelo estudo, prevendo-se uma conversa entre os dados e os autores referenciados na pesquisa. Com base nas categorias estabelecidas, as partes da apresentação dos resultados foram compatibilizadas com os temas centrais e os subtemas, ficando distribuídas em tabelas da tabulação quantitativa, para ilustrar as análises feitas.

5 APRESENTAÇÃO, ANÁLISE E DISCUSSÃO DOS DADOS

Esta seção procede-se à apresentação, análise e discussão dos dados. Inicia-se com a descrição da etapa de coleta de dados, seguindo-se da apresentação dos dados sociodemográficos dos indivíduos entrevistados e da análise e discussão dos dados da pesquisa.

Esta pesquisa dividiu-se em duas etapas, conforme detalhado na metodologia, a primeira com questões abertas e a segunda etapa com questões fechadas.

A primeira etapa, compreendendo uma entrevista semiestruturada (roteiro no apêndice B) com os idosos participantes do Centro de Apoio e Convivência, teve por objetivo analisar como a violência financeira se manifesta neles, tendo como base o Modelo Ecológico de Dahlberg e Krug, assim como identificar as manifestações de violências financeiras vivenciadas pelos idosos, analisar como a violência financeira se configura em suas relações sociais, analisar como as práticas dos agentes financeiros podem configurar uma relação de violência com o idoso, analisar como os idosos percebem a participação do governo e da sociedade em relação à violência financeira e analisar como a educação financeira influencia a dinâmica do Modelo Ecológico de Dahlberg e Krug.

A segunda etapa, realizada por meio da aplicação de questionário (apêndice C), teve por objetivo complementar os dados da primeira etapa, pois, após a transcrição e tabulação das entrevistas, não havia os elementos suficientes para responder a todas as questões sobre a violência financeira na comunidade e sobre como as práticas dos agentes financeiros podem configurar uma relação de violência com o idoso.

A seguir, apresentam-se os dados sociodemográficos dos idosos, que serão úteis para esclarecer o contexto de suas vidas.

5.1 Dados sociodemográficos dos idosos

Para o melhor entendimento sobre os sujeitos pesquisados, o Quadro 1 discrimina a característica de cada idoso(a) entrevistado(a).

Quadro 1 – Dados sociodemográficos dos idosos

Identificação	Gênero	Idade	Escolaridade	Classe Social	Estado civil
E1	Masculino	69	Segundo grau	C	Casado
E2	Feminino	75	Superior Incompleto	E	Casada
E3	Masculino	63	Superior	B	Casado
E4	Feminino	75	Pós graduado	D	Viúva
E5	Masculino	63	Pós graduado	C	Casado
E6	Feminino	61	Pós graduado	D	Solteira
E7	Feminino	70	Superior	D	Solteira
E8	Feminino	73	Superior Incompleto	E	Divorciada
E9	Masculino	77	Segundo grau	C	Viúvo
E10	Masculino	66	Primário	C	Casado
E11	Feminino	78	Primário	E	Viúva
E12	Masculino	62	Segundo grau	C	Casado
E13	Masculino	72	Segundo grau	C	Casado
E14	Feminino	66	Superior	C	União estável
E15	Masculino	72	Superior	B	Casado
E16	Feminino	62	Segundo grau	E	Divorciada
E17	Feminino	81	Primário	E	Viúva
E18	Feminino	68	Segundo grau	D	Divorciada

Fonte: Dados da pesquisa, 2019.

A entrevista dos 24 idosos propostos, 12 homens e 12 mulheres, revelou que 8 homens ou 66,7% e 10 mulheres, ou 83,3% apresentaram relatos de violência financeira. As mulheres idosas vitimadas correspondem a 55,6% dos idosos vitimados. Este resultado está bem abaixo daquele encontrado por Sampaio *et al.* (2017, p. 367), em que 100% das vítimas de violência financeira era composto por mulheres, e confirma o que foi apurado em pesquisa internacional que aponta que as mulheres idosas estão mais sujeitas à violência do tipo financeira do que os homens idosos (SHIRBEK; JAMES, 2014), fato também observado em pesquisa nacional (SAMPAIO *et al.*, 2017).

A TAB. 1 mostra a idade média dos indivíduos entrevistados, distinguindo entre mulheres e homens idosos.

Tabela 1 - Idade média dos idosos (as) entrevistados (as)

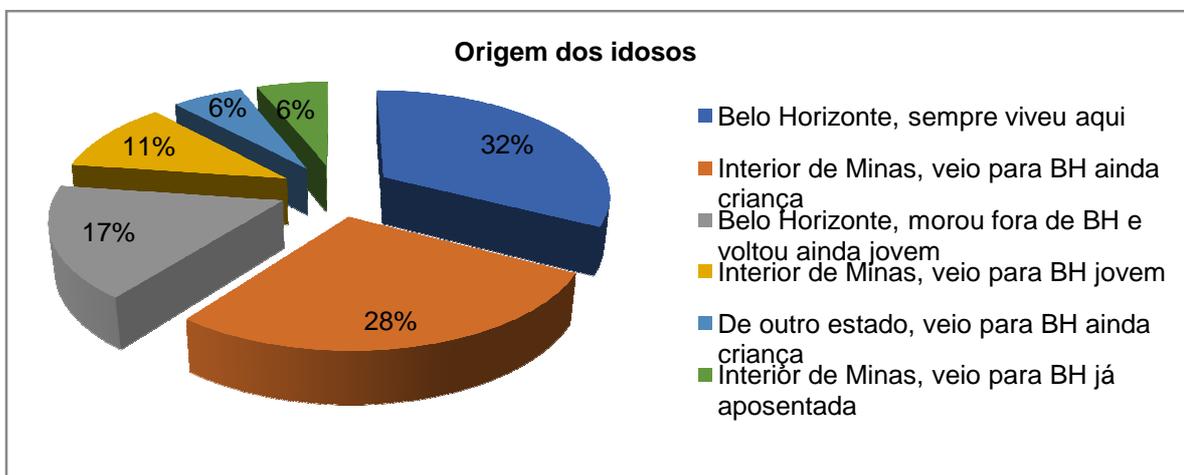
Idosas	Idade	Idosos	Idade
E6	61	E12	62
E16	62	E3	63
E14	66	E5	63
E18	68	E10	66
E7	70	E1	69
E8	73	E13	72
E2	75	E15	72
E4	75	E9	77
E11	78		
E17	81		
Média da idade (anos)	70,9	Média da idade (anos)	68,0
Média Geral da idade dos idosos (as)		69,6	(anos)

Fonte: Dados da pesquisa, 2019.

A idade média geral encontrada foi de 69,6 anos, sendo 68,0 a média de idade dos homens idosos e de 70,9 anos das mulheres idosas. O idoso mais novo tem 62 anos contra 77 anos do idoso mais velho. A idosa mais jovem tem 61 anos, contra 81 anos da mais velha. Ocorre um equilíbrio entre a idade dos homens e a das mulheres idosas participantes desta pesquisa, eles nasceram no final das décadas 1930, 1940 e 1950.

O GRAF. 1 retrata o local onde os idosos nasceram e foram criados.

Gráfico 1 – Origem dos idosos



Fonte: Dados da pesquisa, 2019.

Observa-se que a maioria dos idosos pesquisados é natural de Minas Gerais. Apenas uma idosa nasceu em outro estado, mas veio para Belo Horizonte com sua família aos dois anos de idade. Desses indivíduos, 66,0% passaram a infância em BH e 28,0% vieram para BH ainda jovens. No grupo, há apenas uma idosa que veio para Belo Horizonte, já mais velha, casada e com filhos. Esta informação colabora com a pesquisa ao mostrar que estes idosos vivenciaram as mesmas estruturas sociais, pois a maioria passou a maior parte de sua vida em Belo Horizonte.

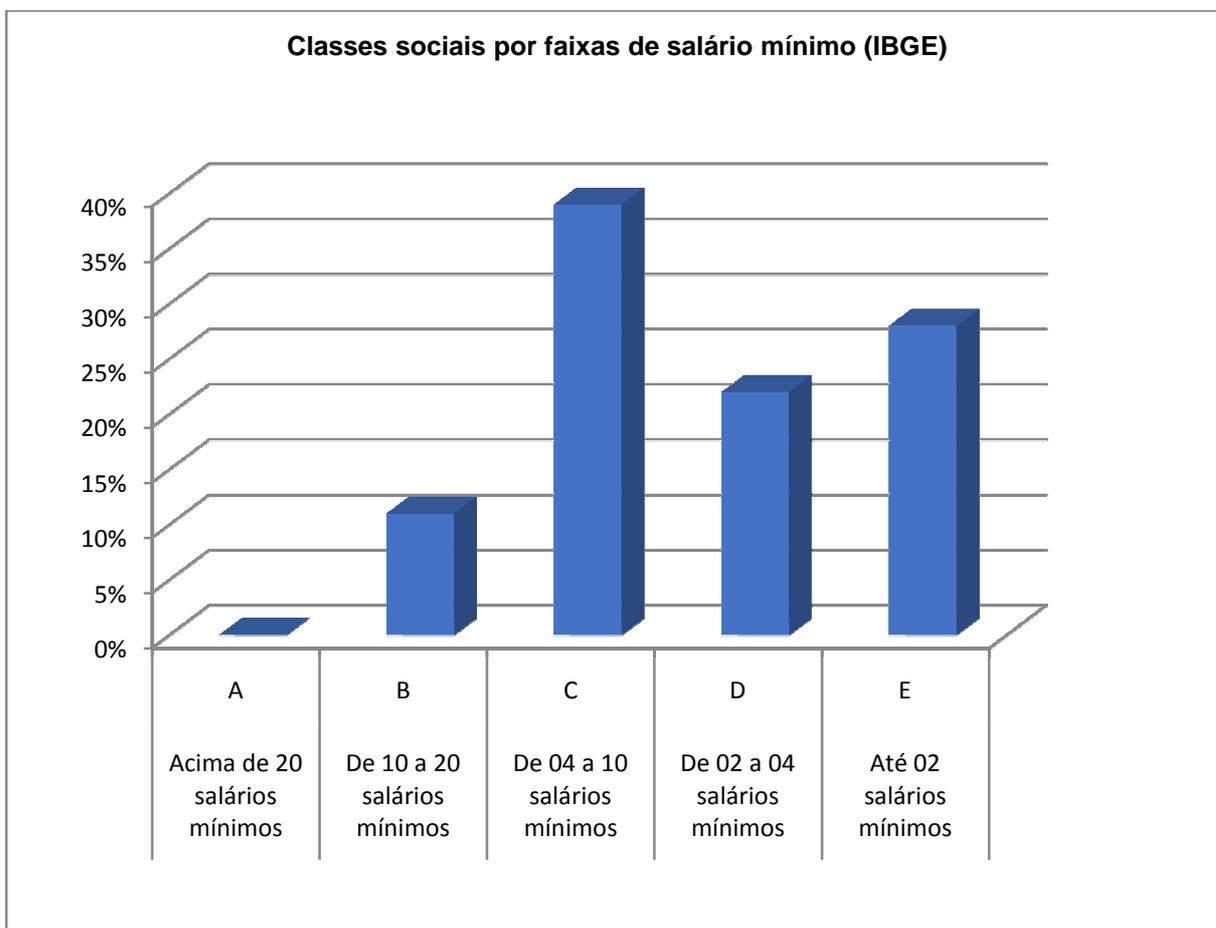
Apurou-se que 39% deste grupo de idosos vieram do interior de Minas Gerais, em um contexto de vida caracterizado por forte êxodo rural 1947 e 1964 (BAHIA, 2005, p. 196). Bahia (2005, p. 192-193) aponta que Belo Horizonte, na década de 1940, era pautada por obras de modernização, com a ampliação dos serviços de abastecimento de água, luz e telefone “[...] período em que a cidade de Belo Horizonte, foi considerada ‘centro urbano-industrial’, com instalação de siderúrgicas como Manesmann e Mafesa”. Mas, devido a essa urbanização acelerada, com “ausência de uma política social coerente”, gerou-se um desordenado e acelerado “crescimento demográfico”, tendo como consequência o surgimento acelerado de favelas, período em que Belo Horizonte foi palco de condições sociais desfavoráveis, devido ao crescimento da capital mineira fora do planejamento original.

Esse movimento é relatado pelo idoso E10, quando conta que quando tinha dez anos, seu pai trabalhava na Mafesa e depois foi para a Manesmann. Pagavam aluguel. Quando ele soube de uma invasão de área, perto da Av. Amazonas, a contragosto do pai, invadiu um pedaço.

Depois, nós conseguimos invadir um pedaço. Quando fundou a Cabana, aí nós fomos para lá [...] pegava lá da Nova Cintra até a Avenida Amazonas [...] aí, eu peguei um pedaço. Eu tenho ele até hoje [...].

Para contextualizar a situação de vida desses idosos, analisou-se sua renda, dado que foi utilizado para avaliar a classe social. Para tal, utilizou-se o índice Classe Social por faixas de salário mínimo, do IBGE (GRAF. 2).

Gráfico 2 – Classes sociais por faixas de salário mínimo (IBGE)

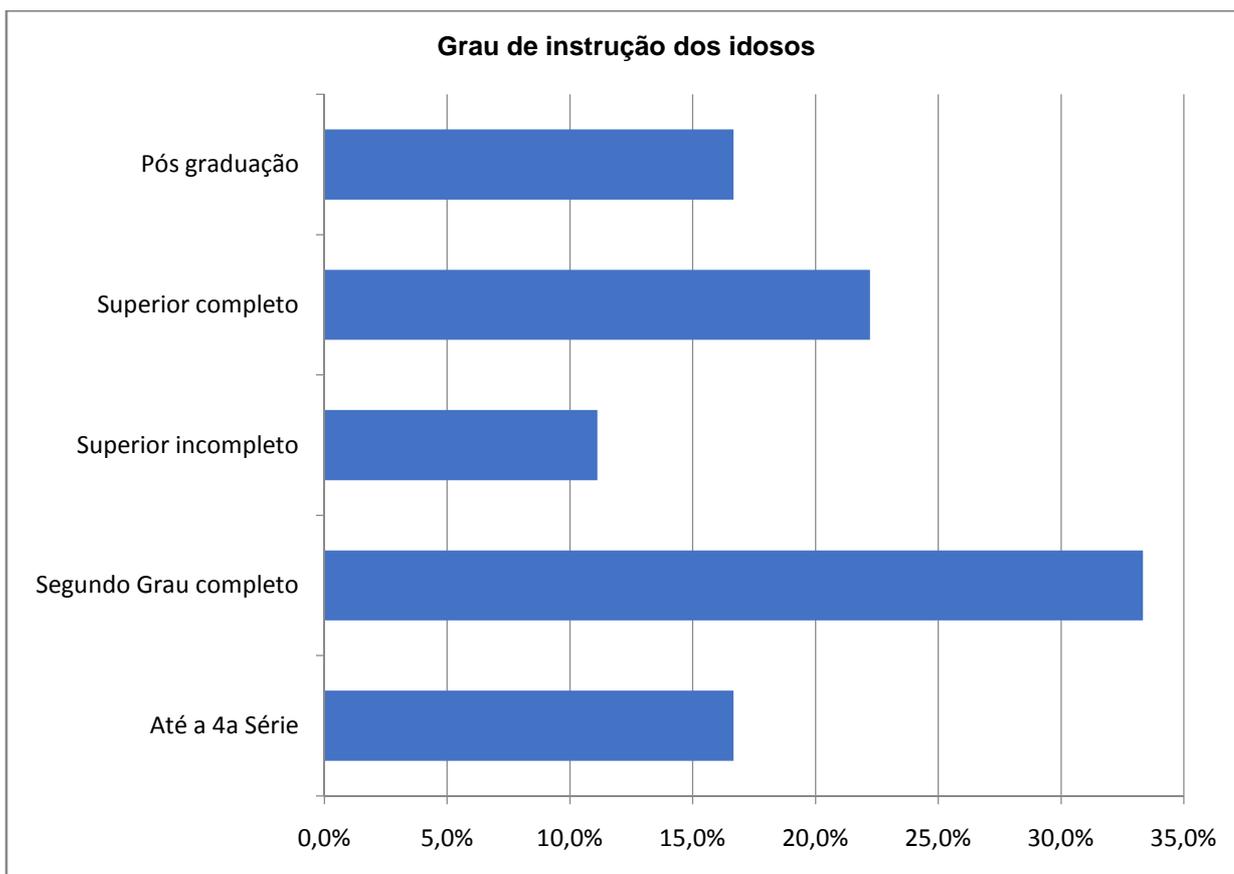


Fonte: Elaborado pela pesquisadora, com base em dados coletados da pesquisa, adaptado do índice Classes Sociais por faixas de salário mínimo (IBGE-2016) (CARNEIRO, 2018).

Os idosos participantes compõem as classes B, C, D e E. Não foi encontrado no grupo idoso(a) pertencente à classe A. O público feminino idoso compõe majoritariamente as classes D e E (Quadro 1). Os homens representam majoritariamente as classes B e C (Quadro 1). Os idosos estão em maior frequência na classe C, seguida da E e da classe D. Além disso, dos idosos aqui estudados 88,9% possuem residência própria e 11,1% moram de aluguel.

No GRAF. 3 tem-se a escolaridade dos entrevistados. Pode-se verificar que o grupo apresenta alto grau de instrução.

Gráfico 3 - Grau de instrução dos idosos



Fonte: Dados coletados da pesquisa, 2019.

Dos entrevistados, 83,3% têm 11 anos ou mais de estudo. Segundo dados do IBGE (2019), em 2014 o grau de instrução da população com no mínimo 11 anos de estudo representou 42,5% da população brasileira com idade igual ou superior a 25 anos de idade. Pode-se, então, afirmar que 83,3% dos indivíduos idosos aqui estudados fazem parte de um seleto grupo de brasileiros que estudaram no mínimo 11 anos. Neste estudo, observam-se também extremos, em que 16,7% dos idosos estudaram até a pós-graduação e 16,7% só estudaram até a 4ª série.

Este resultado contrapõe o que foi apontado por Venturi, Bokany (2009), Jesus *et al.* (2017), Sampaio *et al.* (2017) quando relatam que os idosos brasileiros têm baixa escolaridade. Contrapõe também os estudos realizados por Irigaray (2009), Bolsoni *et al.* (2016) e Sampaio *et al.* (2017), cuja evidência encontrada é que o perfil da vítima é de indivíduo idoso(a) com baixa escolaridade. Assim, é facilmente observado que o grupo apresenta característica diferente das encontradas nas pesquisas anteriores.

Na próxima subseção apresentam-se, tomando como base o Modelo Ecológico de Dahlberg e Krug, as manifestações de violência financeira relatadas pelos idosos (as).

5.2 Manifestações de violência financeira, com base no Modelo Ecológico de Dahlberg e Krug

A TAB. 2 mostra as manifestações de violência financeira, tomando como base o Modelo Ecológico de Dahlberg e Krug. Considera os casos, a frequência e as classificações baseadas no Modelo Ecológico. As classificações por tipo são: Indivíduo (I), Relações (R), Comunidade (C), Sociedade (S).

Tabela 2 - Manifestações dos idosos sobre violência financeira

(Continua)		
Manifestações dos idosos sobre violência financeira	Frequência (%)	Tipo
Filhos adultos que residem com os pais	56	S
Queda no benefício previdenciário após a aposentadoria	33	S
Débito de produtos bancários sem autorização	33	S
Assalto na rua	33	C
Sente-se obrigado (a) a ajudar familiar	33	I
"Amigos" pedem dinheiro emprestado e não pagam	28	R
Alteração na política de aposentadoria em curso	22	S
Empréstimo e avais a familiares que não pagam	17	R
Netos residem com os idosos	17	S
Alto custo dos medicamentos	17	S
Bloqueio de dinheiro na época do governo Collor	11	S
Uso de dados para operações de crédito	7	S
Sequestro relâmpago	7	C
Delegou seus recursos financeiros à esposa e quebrou	6	I
Quebra de instituição financeira (Coroa-Brastel)	6	S
Economia em baixa	6	S
Lavagem de dinheiro (Copa do Mundo e Olimpíadas)	6	S
Cobrança indevida por operadoras	6	S
Alto custo dos planos de saúde	6	S
Dívida do Estado de Minas referente a férias prêmio e precatória	6	S
Empreendimento que fez na casa da irmã e derrubaram	6	R
Direitos que são cortados pelo governo	6	S
A violência do marido impulsionou abrir mão dos direitos, hoje não tem nada	6	R
Erro de cálculo no valor da aposentadoria	6	S
Dívidas do Estado a hospitais gera perda ao segurado	6	S

		(Conclusão)
Posto de Saúde nunca tem vaga para consulta	6	S
Fez negócio com construtora e obra parou	6	S
Todos os filhos lhe devem	6	R
Deu cartão pra nora gastar R\$200,00 e ela gastou muito mais	6	R
Perdeu dinheiro, pois indicou um amigo que não pagou e ele arcou	6	I
Pagou empréstimo da filha	6	I
Sua nora lhe roubou um imóvel	6	R
Morosidade da justiça que atrasa a efetivação dos direitos	6	S
Dentista errou o tratamento e não devolveu o dinheiro	6	S
Total	441	

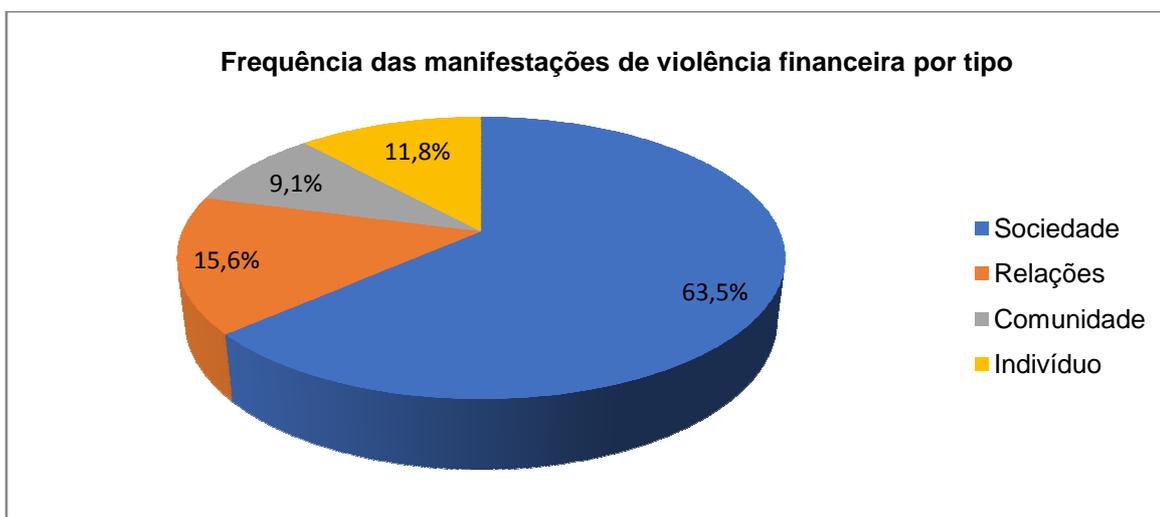
Nota: a soma foi superior a 100% por permitir que os idosos dessem mais de um tipo de resposta

Fonte: Dados da pesquisa

As principais manifestações dos idosos em relação à violência do tipo financeira encontradas foram: filhos adultos residindo com os pais, queda no benefício previdenciário após a aposentadoria, débito de produtos bancários sem autorização, assalto na rua, amigos que pedem dinheiro emprestado e não pagam alteração na política de aposentadoria em curso, empréstimo e avais a familiares que não pagam, netos residem com os idosos e alto custo dos medicamentos.

Estas manifestações de violência financeira serão trabalhadas neste tópico, logo após a visualização gráfica da frequência das manifestações de violência financeira por tipo (Sociedade, Comunidade, Relações e Indivíduo), que serão apresentados no GRAF. 4.

Gráfico 4 – Frequência das manifestações de violência financeira por tipo



Fonte: Dados agrupados da pesquisa, 2019.

Por meio da análise gráfica, é possível visualizar uma grande concentração de casos de violência financeira nas relações do indivíduo idoso com a sociedade (62,1%). Para a melhor interpretação, abordam-se na seção seguinte os principais casos evidenciados.

5.2.1 Filhos adultos residindo com os pais

A prevalência de violência financeira encontrada, com base no modelo de Dahlberg e Krug, refere-se à coabitação de filhos adultos com os pais (idosos), apresentando uma frequência de 56%. Neste caso, a violência financeira é simbólica, pois, na maior parte dos casos, não é percebida pelo idoso como sendo um caso de violência financeira, apesar de ser considerada, por elevar o custo de vida dos idosos (CAMARANO, 2009; MEDEIROS, 2015). Mas também não se pode afirmar que todos os casos indicam exploração do idoso, pois há aqueles que dependem financeiramente dos filhos. Fato, por exemplo, observado, quando a divisão da residência é uma forma de sobrevivência. A idosa E11 conta que vive de aluguel, ela e quatro filhos, e que a despesa da casa é dividida em cinco partes.

[...] lá em casa tudo é dividido. A gente paga aluguel, 1.700,00 reais, é tudo dividido entre cinco [...] só a minha parte do aluguel é 318,00, mais sacolão [...] o próprio suor dos filhos e meu [...] o esforço. Então muita gente elogia meus filhos [...] (E11).

Em outra entrevista, a idosa E10, ao ser indagada sobre filhos que residem com ela e se estes ajudavam nas despesas da casa, afirmou:

[...] Não. Pelo contrário. Eu que ajudo [...] É menina. Que coisa, porque ela é formada, mas o emprego está difícil [...] (E10).

Assim, observa-se que a idosa E10 percebe que há exploração financeira por parte da filha, mas associa a uma violência estrutural, pois neste caso a filha continua em casa por falta de oportunidade de trabalho (MINAYO, 1994).

Esses fatores relacionados são tratados por Nascimento (2008), que explica que esta situação vivida pelos idosos, em que filhos já adultos permanecem ou retornam à casa dos pais, ocorre como reflexo dos seguintes fatores: necessidade de mais

tempo de estudo para ingresso, estabilidade e crescimento profissional, frequência escolar por tempo integral, desemprego e a estabilidade de um trabalho e baixa remuneração para os jovens, entre outros.

5.2.2 Queda no benefício previdenciário após a aposentadoria

Já a violência financeira sofrida em virtude da queda de salário após a aposentadoria foi diretamente levantada pelos idosos, representando uma frequência de 33%.

E3: [...] o salário é baixo, que a política anterior deu ênfase em aumentar o salário mínimo e aumentar bem mais o salário mínimo do que o do aposentado. Então quem aposentou com dez salários mínimos está ganhando hoje três, quatro salários mínimos. Minha mãe aposentou com dois e ela ganha um salário mínimo. Por quê? Foi aumentando uma parte do salário mínimo, e a outra ficou parada. Então, quer dizer, igualou. A maioria está ganhando o mínimo.

O idoso E9 também relatou que o valor de sua aposentadoria reduziu:

Sete, achatou para três. Neste caso, o idoso iniciou com rendimentos equivalentes a sete salários mínimos e agora recebe três salários mínimos (E9).

O idoso E10 disse que, se ele dependesse da aposentadoria, hoje estaria com problemas:

[...] Desde que desregulou o aumento dos aposentados dos salários mínimos, avacalharam tudo. Por exemplo, aposentadoria caindo. Se eu fosse viver dela hoje, não dá, porque tem muita gente assim, amigos que aposentadoria foi diminuindo [...] nossa aposentadoria virou o salário mínimo [...] a pessoa pensa assim: "Ah! Vou aposentar, com dez salários mínimos. Dá para aposentar. Mas mudou. Não tem os dez mais. Vai caindo, caindo, caindo [...]" (E10).

Para o entrevistado E10, o reajuste da aposentadoria não acompanhou a inflação, reduziram o valor real da aposentadoria:

[...] o último reajuste foi de 3% [...] é, acho que de longe da inflação [...] a cada ano que passa. (E10).

As falas dos idosos confirmam o que traz a literatura: o valor da aposentadoria é insuficiente para suprir todas as necessidades e manter o padrão de vida. E que necessita haver planejamento para o longo prazo (HOJI, 2014).

5.2.3 Débito de produtos bancários sem autorização

Os idosos, durante as entrevistas, não relataram casos de violência financeira por parte das instituições financeiras. Todavia no questionário fechado, aplicado posteriormente, este tema foi abordado. Dos idosos entrevistados, 33% alegaram ter passado por essa situação de violência financeira, por meio do débito de produtos sem a devida autorização. Estes casos foram quantificados, mas, por se tratar de um questionário fechado, não foi possível registrar os casos. Portanto, não há relatos por parte dos idosos que possam ilustrar esta pesquisa.

O Banco Central do Brasil divulga o ranking de instituições bancárias e financeiras com as reclamações mais frequentes por assunto, sendo estas reguladas e procedentes. No segundo trimestre de 2019, a cobrança irregular de tarifas por serviços não contratados representou a sétima posição no Ranking de Instituições por Índice de Reclamações, com 543 ocorrências consideradas válidas de um total de 12.417 reclamações. Este resultado sinaliza que 4,27% do total de denúncias referem-se à cobrança irregular de tarifas por serviços não contratados (BRASIL, 2019).

O resultado encontrado pelo BACEN, se comparado ao resultado desta pesquisa, sugere que o número de denúncias é inferior ao número real de ocorrências e também pode sugerir que os idosos são mais vulneráveis que a população mais jovem pela dificuldade enfrentada nesta fase da vida, onde a tecnologia existente torna-se um obstáculo ao idoso (MINAYO, 2003; MEDEIROS *et al.*, 2015; JESUS *et al.*, 2017).

Os idosos que sofreram este tipo de violência foram: E1, E3, E9, E15, E18. Dentre estes, 4 são homens e 1 é mulher. Pode-se aqui sugerir também que o idoso está mais vulnerável a este tipo de violência do que a idosa. Não menos relevante é observar que os idosos E3 e E15 pertencem à classe (B), sendo os únicos do grupo

pertencentes a esta classe. Já os idosos E1 e E9 pertencem à classe (C) e a idosa E18, à classe (D), neste caso observa-se que independente da classe social, há incidência de violação do tipo financeira ocasionada por parte das instituições financeiras.

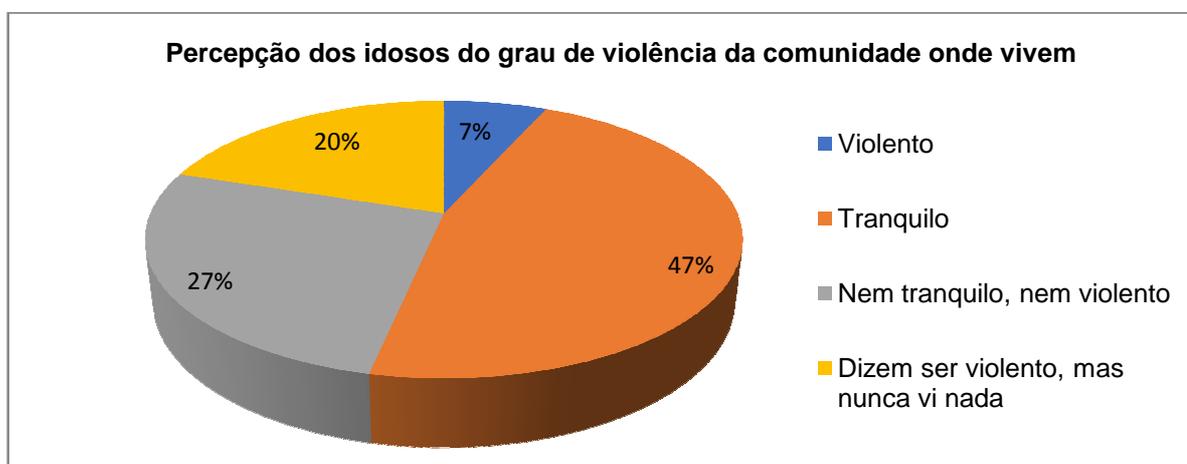
O resultado desta violação financeira por parte das instituições financeiras, sobre os idosos mais abastados do grupo pesquisado, corrobora a sugestão realizada no Modelo Sistêmico para caracterizar a violência financeira de que idosos mais ricos são mais vitimados a situações de violência do tipo financeira do que os idosos mais pobres (ADORNO, 2007).

5.2.4 Assalto na rua

Com base na aplicação do questionário, evidenciou-se que a violência financeira por assaltos na rua ocorreu, com incidência de 33%. Os casos relatados ocorreram fora do bairro onde o idoso vive.

Tentando associar a violência financeira à esfera da comunidade onde os idosos residem, revela-se através do GRAF. 5 a percepção dos idosos sobre a violência no bairro onde vivem:

Gráfico 5 – Percepção dos idosos do grau de violência da comunidade onde vivem



Fonte: Dados agrupados da pesquisa, 2019.

Dos idosos entrevistados, 47% consideram a comunidade em que vivem tranquila, Porém 27% têm alguma percepção de violência, 7% consideram que o local onde moram é violento e 20% nunca viu nada, mas outras pessoas comentam que o bairro é violento.

Esses idosos, por residirem em comunidades cuja expressão de violência é baixa, estão menos propensos a situações de assalto na rua, salvo em situações em que o indivíduo idoso está em outra comunidade, sendo esta mais violenta do que aquela em que ele vive. É de conhecimento público e também já é tratado na literatura por Minayo (2013, p. 28) que o indivíduo idoso está sujeito a casos de violência financeira quando este se desloca pelas ruas, seja ao realizar operações comerciais (loja, restaurante, farmácia e outros), seja em operações bancárias, como nas mais variadas situações onde o idoso fica fora do ambiente doméstico.

5.2.5 Sente-se obrigado (a) a ajudar um familiar

O sentimento de obrigação de ajudar algum familiar incide em 33% dos idosos entrevistados, pois, de alguma forma, precisam ajudar um familiar, e sentem-se obrigados a isso:

E2: Aí, o problema maior agora, depois de aposentada, é pra ajudar os filhos.

E4: Olha, a minha filha, nessa crise, ela teve que ir lá pra casa. Então eu tenho que acertar as coisas dela também [...].

E5: [...] às vezes ligam assim: “Ah! Você pode ajudar eu a comprar um telefone celular, porque o meu quebrou” [...] Eu detesto isso. Quer me procurar só nessa hora [...] aí, vem com mil desculpas e tal [...] me dá vontade de falar muita coisa pra ele, e tal, mas eu vejo que o cara está acuado, eu ajudo [...] eu só vou ganhar indulgência [...].

E6: [...] uma violência financeira. Por exemplo, esse meu irmão que não faz nada, nós temos que sustentar ele [...].

Este tipo de violência tem a ver com o sentimento do agredido, pois, apesar de não ser obrigado a realizar tal ação, “ajudar o familiar” este o faz, mesmo sabendo que está sendo explorado. Este comportamento pode ser explicado pelas características individuais, pois o indivíduo é um ser único, com características próprias, e é

impulsionado a realizar a ação que não é realizada por todos os indivíduos da mesma família, pois cada indivíduo tem uma personalidade (HALL; LINDZEY; CAPBELL, 2000). Além disso, o indivíduo é também moldado pelo contexto de vida, pela educação dada pelos pais e pela cultura recebida pelo ambiente em que viveu (DESSEN, 2005).

5.2.6 Amigos pedem dinheiro emprestado e não pagam

A violência financeira aparece nas relações com amigos, em que a proximidade facilitada pelo convívio gera confiança. No caso deste estudo, ficou evidente em 28% dos idosos entrevistados, o que pode ser observado pela fala de alguns dos idosos:

E4: [...] Eu tinha 15 mil na poupança. Uma amiga me pediu emprestado [...]. “Aí, eu te pago três por cento” [...] “O telhado da minha casa tá chovendo muito” [...] emprestei [...] Cadê? Não recebi [...].

E9: [...] alguns amigos de infância passaram por lá e eles pediram dinheiro emprestado. Desaparecia! [...] Comprava e falava que ia pagar dentro de um mês, dois meses. Desaparecia! [...].

E9 continuou à frente de seu negócio, mesmo depois de aposentado, e diz que os “amigos”, quando precisavam de dinheiro ou de comprar algo de alto valor, davam prejuízo.

E14 declarou que não empresta mais o cartão a terceiros, pois passou aperto financeiro por causa disso:

[...] fiquei apertada por causa disso, mas depois a pessoa pagou, mais tarde. [...] a pessoa era bem conhecida da família [...] comadre [...] agora hoje em dia não empresto mais [...] (E14).

Os casos de violência financeira cometidos por conhecidos ocorreram com 4 dos idosos entrevistados (E4, E9, E14, E17). Deles, 3 (75%) são mulheres idosas, sendo que apenas 1 (25%) apresenta baixo grau de instrução. O idoso E9 tem 2º grau completo, foi empresário, mas seus amigos tomavam empréstimo ou anotavam compras em seu estabelecimento comercial, e não pagavam.

Estes resultados confirmam dados da literatura: quando a violência financeira ocorre por parte de amigos e familiares, a vítima é, na maior parte dos casos, mulher idosa. Como relatam, entre outros, Irigaray (2006), Sampaio *et al.* (2017) e Rocha *et al.* (2018). Todavia contrariam os resultados apontados pelos autores, haja vista que apenas 25% das vítimas possuem baixa escolaridade.

Pelo fato de os idosos estarem fora do ambiente de trabalho e conviverem mais com familiares, amigos e conhecidos, são geralmente estes os sujeitos que cometem a violência do tipo financeira (DAHLBERG; KRUG, 2006). Este resultado aqui apontado é significativo para confirmar o argumento destes autores, pois só para o caso de violência financeira por parte de amigos houve a já informada incidência de 28% dos relatos dos idosos, que pode ser considerada alta.

5.2.7 Alteração da política de aposentadoria em curso

Para 22% dos aposentados, a alteração na política da aposentadoria, em curso, é uma situação de violência financeira.

Para o entrevistado E9, quando o governo ameaça alterar a regra de aposentadoria, força o contribuinte, e ele, com medo, antecipa sua aposentadoria, fato gerador de perda financeira, pois aposenta por tempo de contribuição:

[...] com tempo de contribuição, e foi por causa do Collor, porque eu já tinha tempo de contribuição, mas não tinha idade, e o Collor ameaçou [...] aposentar com 65 anos [...] então, aposentei com 49 anos, sem pagar no máximo [...] foi uma ameaça (E9).

O idoso E13 teve a mesma atitude de E9, antecipou sua aposentadoria. Aposentou-se aos 50 anos. A lei era para o homem aposentar com 30 anos de contribuição e ia mudar para 35, ele teve redução de 20% sobre o valor do benefício, pois antecipou a aposentadoria:

(E13) Ia mudar a lei [...] amigo meu do INSS me aconselhou [...] aposentei com 80% [...] era mais ou menos isto [...].

E13 complementa dizendo que errou, pois já teve emprego com plano de previdência complementar e ele não fez.

E13: Erro meu, por que quando eu estava bem empregado, na White (Martins), tinha um plano de previdência bom e eu falei não!

A idosa E16 tem 62 anos, está trabalhando como autônoma e paga o INSS, pois não tem o tempo mínimo de 15 anos para aposentar-se. Para ela, a mudança prevista para a aposentadoria (2019) retardará sua aposentadoria.

E16: [...] aumentar a idade eles se preocupam (o Governo) [...] tirar do aposentado lá de cima ninguém tira um centavo [...] vale terno, vale avião, vale não sei o quê [...] a gente não tem direito a nada [...] a gente fica chateada de tirar o direito [...] eles puxam o tapete [...].

Os casos citados pelos idosos mostram que ao longo da vida o indivíduo faz uma programação, organiza sua vida, se prepara para, ao atingir a idade mínima ou o tempo mínimo de contribuição, realizar sua aposentadoria. Mas mudanças estruturais afetam sua programação, em um momento em que o indivíduo não possui as mesmas capacidades físicas requeridas pelos empregadores (COUTRIM, 2006).

5.2.8 Empréstimos e avais a familiares que não pagam

Nas relações familiares, há incidência de violência financeira em 17% dos relatos dos idosos entrevistados, fator que pode ser observado nos relatos dos idosos.

O idoso E10 afirmou que não aceita mais ser avalista de ninguém, pois já teve prejuízo com isso, avalizou o aluguel de uma “sobrinha”, e ela não pagou. Ele fala “não de cara”. Neste caso, o idoso, por ter passado por experiência negativa, aprendeu, e atualmente nega pedidos de aval.

E10: [...] era parente [...] sobrinha [...] não empresto [...]. Nunca mais na minha vida [...] falo não, de cara.

E14 diz que se endividou para emprestar ao filho que ela chama de doação. Neste caso, ela emprestou já sabendo que não iria receber.

E14: Meu filho pediu emprestado [...] foi empréstimo [...] foi doação. Na hora eu fui para não receber [...] ele organizou para pagar [...].

A violência financeira cometida por familiares é a mais retratada na literatura, pois a proximidade quase diária do agredido (idoso) com o agressor (familiar) aumenta a chance de pedidos de empréstimo (DAHLBERG; KRUG, 2006). Algumas pesquisas confirmam que os familiares são, na maior parte dos casos, os agressores. Entre elas, citam-se Andrade (2013), Shirbek e James (2014) e Irigaray (2016).

Apesar da incidência de 17% de a violência financeira perpetrada por familiares que tomam dinheiro emprestado ou que pedem aval, esta representação é baixa se comparada com a pesquisa realizada por Andrade (2013, p. 63), cujo resultado de violência financeira por parte de familiares foi de 68,6%. Já o resultado encontrado por Santos *et al.* (2019, p. 3) aponta que 13,5% dos casos de violência financeira ocorreram tendo como agressores os familiares da vítima, sendo similar ao resultado encontrado nesta pesquisa (17%).

O resultado encontrado pode ser explicado pela alta escolaridade desses idosos, pois 83,3% deles atingiram 11 anos ou mais de estudo, e nas pesquisas anteriormente citadas, os idosos tinham baixa escolaridade. A educação potencializa o respeito. Assim, idosos escolarizados estão menos sujeitos a incidência de violência (SHIRBEK; JAMES; 2014).

Conforme Rocha *et al.* (2018, p. 88), as idosas são mais vitimadas por familiares, fator também observado nesta pesquisa, em que os empréstimos e avais a familiares foram realizados em 66,7% dos casos por idosas.

5.2.9 Netos residem com os idosos

Este estudo apontou que há coabitação de netos com os idosos, com incidência de 17%. Apresentam-se aqui alguns relatos dos idosos:

A idosa E4 recebeu em sua casa a filha, o genro e a neta. Posteriormente a filha se separou. Hoje a filha e a neta residem com ela. Assim, suas finanças ficaram destinadas para as despesas da casa:

[...] então, agora que ela tá normalizando a vida dela. Mas eu sabe se fosse eu, não gastaria quase nada. Eu gasto o mínimo de água [...]. O banho não precisa ser muito longo [...] agora, não a menina (neta) tem um cabelo aqui nas costas. Então entra no banheiro, esquece [...] o chuveiro, até no calor é no inverno, chuveiro quente [...] (E4).

A idosa E17 declarou ter uma neta que mora com ela e que depende dela financeiramente. E17, devido ao fato do filho trabalhar fora de BH.

[...] ela tem a mãe e o pai, mas ela não combina com a mãe. Ela mora comigo lá no lote [...] (E17).

O que ocorre nesses dois casos já é tratado pela literatura. Segundo Medeiros *et al.* (2015, p. 6), existem “novas estruturas familiares”, com coabitação de filhos e netos na residência dos pais (idosos), devido à separação dos casais e/ou a perda de renda, fatores que geram aumento do custo de vida dos idosos. Além disto, os idosos tendem a ser explorados financeiramente pelos próprios parentes (filhos e netos) (CAMARANO, 2009).

5.3 Como a violência financeira se configura nas relações sociais dos idosos

As manifestações da violência financeira ocorrem em 63,5% na esfera da sociedade e 15,6% na esfera das relações (consultar Tabela 2). No primeiro caso, os relatos dos idosos revelam que eles estão à margem da sociedade, sendo impactados pelas alterações nas políticas econômicas e sociais vigentes, pelo baixo investimento em saúde e pela falta de controle governamental relativo à efetivação de políticas públicas (justiça, saúde e benefícios previdenciários).

A TAB. 3 mostra as principais manifestações de violência financeira, retratadas como oriundas da sociedade em que os idosos vivem e da relação pessoal com amigos, conhecidos e parentes:

Tabela 3 – Incidência de violência financeira nas relações pessoais

Manifestações de violência financeira	Frequência (%)
Filhos adultos que residem com os pais	56
Queda no benefício previdenciário após a aposentadoria	33
Débito de produtos bancários sem autorização	33
Alteração na política de aposentadoria em curso	22
Netos residem com os idosos	17
Bloqueio de dinheiro na época do governo Collor	11
Alto custo dos medicamentos	17
“Amigos” pedem emprestado e não pagam	28
Empréstimo e avais a familiares que não pagam	17
Empreendimento que fez na casa da irmã e derrubaram	6

Fonte: Dados da pesquisa, 2019.

A TAB. 3 mostra que questões da esfera social remontam a casos de violência financeira sofrida pelos idosos, pois eles assumem obrigações financeiras de seus filhos quando estes não conseguem bons salários e/ou estão desempregados.

Os idosos que não constituíram uma reserva financeira (aplicações financeiras, imóveis de aluguel e previdência complementar) estão vulneráveis a decisões tomadas pelo Governo, quando este altera a política de remuneração (Previdência Social) e/ou reduz os investimentos em saúde.

Os idosos também são vulneráveis nas relações com grandes empresas, detentoras do “poder econômico”, por elevar o custo dos medicamentos de que fazem uso e dos planos de saúde. Igualmente, os débitos gerados pelas instituições financeiras lesam aqueles idosos que não controlam as finanças ou que não conseguem reclamar, por incapacidade ou por não entenderem sobre os produtos e serviços bancários.

Nas relações pessoais (família e amigos), a violência financeira ocorre por conta dos pedidos de empréstimos e/ou garantias, que não são honradas. Estes relatos representam 28% para casos de amigos e 17% para casos de familiares com a mesma prática. Neste caso, há correlação entre a esfera das relações e a do indivíduo, pois o idoso permite, em seus relacionamentos pessoais, que aqueles mais próximos os prejudiquem.

Os comportamentos observados entre indivíduos idosos foram diferentes. Nem todos apresentam o comportamento permissivo. Há aqueles que conseguem livrar-se do risco de perda financeira, negando sua concessão. Assim, os indivíduos apresentam comportamentos diferentes para operações de crédito nas relações entre amigos e familiares, devido a características individuais, em que aqueles que negam não sofrem violência financeira. O comportamento de negação é o fator que os diferencia no grupo de idosos.

5.4 Como as práticas dos agentes financeiros configuram uma violência ao idoso

Para analisar como as práticas dos agentes financeiros podem configurar uma relação de violência contra o idoso, apurou-se, com base nos respondentes do questionário (segunda etapa da pesquisa), que 86,7% dos idosos já receberam oferta de empréstimo consignado, com média de oferta igual ou superior a 2,53 vezes, e que 60,0% deste grupo utilizaram o empréstimo consignado.

O empréstimo consignado foi a modalidade de crédito mais aceita por este grupo de idosos, pois eles abominam o uso do cheque especial e a possibilidade de pagar a fatura do cartão parcelada, pois há juros altos, confirmando a literatura, que aponta o empréstimo consignado como a modalidade de crédito favorita entre os brasileiros idosos (SASSE, 2013).

Tal fator pode ser constatado pelo caso da idosa E17, que usou o empréstimo consignado. Ela disse que “não gostou”, mas precisou para reformar o telhado:

[...] Não gostei [...] minha casa estava vazando água, água para todo lado [...] fui lá pegar quatro mil emprestado. Paguei quase sete [...] para comprar telha e a madeira e pagar o pedreiro [...] (E17).

Segundo ela, primeiro comprou com o cartão, depois pegou o empréstimo consignado e pagou o cartão. Esta atitude denota seu conhecimento de que o financiamento pelo cartão de crédito é mais caro e que o empréstimo consignado seria para ela a melhor opção para resolver a emergência do telhado.

Em contrapartida, o idoso E9 utiliza o crédito consignado com frequência. Quando termina de pagar, pega de novo. Ele considera que o consignado o favorece.

E9: Eu busco na Caixa [...] pegando na financeira, juro exorbitante, que não tem condição de pagar, e aí tem que fazer o consignado [...].

A idosa E11 pega por necessidade, quando precisa para suprir alguma necessidade. Sua renda é baixa. Recebe um salário mínimo:

[...] Já peguei! Muitos. No Banco do Brasil e fora (E11).

A idosa E18 disse que não dá cheque nem paga boleto atrasado, mas faz empréstimo consignado.

E18: Eu faço empréstimo consignado de 6 e 5 (mil reais), eu tô pagando [...] juros baixíssimos.

O idoso E10, quando indagado sobre uso do cheque especial, declarou:

Não! De jeito nenhum. Ainda mais o especial [...] fora [...] juros altíssimos (E10).

Já o idoso E5 utilizou o empréstimo consignado para cobrir seu cheque especial:

Foi pra cobrir cheque especial, que aí eu acabei com ele [...] foi a melhor coisa da minha vida. Acabar com o cheque especial. Eu tenho cartão de crédito, mas não tenho cheque especial (E5).

Fato semelhante aconteceu com a idosa E8, que, antes de se aposentar, usou dois cartões de crédito e descontrolou as finanças. Usou o empréstimo consignado para quitar o cartão:

Eu não me lembro o que eu comprei, só sei que chegaram duas (boletas) [...] que eu não podia (pagar) [...] eu aposentei e fiz empréstimo (consignado). Então vai pagando a vida inteira [...] (E8).

Percebe-se que nem sempre a solicitação de empréstimo consignado é para uso do próprio idoso, pois este é também assediado por familiares, que, sabendo da

acessibilidade de crédito por parte do idoso, procuram-no e pedem ajuda, como se pode observar pela fala da idosa E4.

A idosa E4 explicou que foi procurada por sua irmã, que solicitou que ela tomasse o crédito consignado. Ela se surpreendeu, pois sua irmã tem bom salário, patrimônio, é casada com homem graduado, que também tem boa renda.

E4: [...] eu estou acreditando nuns mil reais, que ela passou aperto assim de repente [...] e ela tirou dez. Aí eu quase caí pra trás. Falei: "Gente, vocês tão ficando doidos! Gente, vocês estão querendo que eu tire dez mil reais? Gente, até quando vocês vão pagar isso? Misericórdia! Mas, aí, o que ta feito [...] Estão pagando, sim.

As respostas do questionário fechado permitiram apurar que os agentes financeiros ligam oferecendo ao idoso a renegociação de dívida. Ou seja, que o idoso renove seu empréstimo, quando ele já pagou uma parte, ou que alongue o contrato, dividindo em mais parcelas, pois, à medida que as parcelas são pagas, há aumento da margem consignável. A margem consignável prevê que o valor da parcela não pode superar 30% do valor da renda do aposentado/pensionista (SASSE, 2013). Esta oferta de renegociação de dívida ocorreu com incidência de 40% dentre os idosos pesquisados. Nesse caso, o idoso paga mais juros, pois está alongando sua dívida, e há também incidência de impostos (SASSE, 2013).

Apesar do assédio, observa-se que os idosos são conscientes de que a operação de crédito consignado gera pagamento de juros, com impacto negativo em suas finanças, e diminui o fluxo de dinheiro durante a vigência do contrato. Entretanto, utilizam quando precisam para alguma emergência, por ser esta a opção mais barata. Já o cartão de crédito é utilizado pelos idosos como estratégia de postergar o gasto quando este não cabe no orçamento ou para acumular pontos que podem ser trocados por prêmios, sendo a fatura paga no vencimento ou, até mesmo, antes do vencimento. Além disso, eles compram de forma que o valor da fatura seguinte fique dentro do orçamento mensal, para não extrapolar. O cheque especial não é utilizado pelos idosos, devido ao alto impacto gerado pelas taxas de juros. Este resultado confirma que idosos mais escolarizados têm menos chance de se envolver em situações de violência social (MINAYO, 2013).

5.5 Percepção dos idosos sobre a violência financeira, governo e sociedade

Para analisar como os idosos percebem a participação do governo e da sociedade em relação à violência financeira, citam-se aqui alguns casos.

A idosa E6 é aposentada pelo estado de Minas Gerais. Seu salário acompanha o salário dos professores da ativa, mas ela reclama que se aposentou e que o governo não lhe pagou todos os direitos:

Eu acho que prejudica, porque, por exemplo, eu te falei que estão me devendo férias prêmio [...] (E6).

O idoso E5 não se sente amparado pelo governo. Acha que há poucos benefícios.

E5: [...] acho que (o governo) tapa o sol com a peneira [...].

A idosa E2 sente que é necessário melhorar o atendimento judicial:

[...] está precário. Muita coisa. Por exemplo, quer ver, é assistência judicial. A gente precisa muito, porque tem muita gente que é esperta mesmo. Então se você precisa do advogado de uma coisa assim, é muito (caro), você tem que pagar, tem que pagar. É difícil [...] gratuita (a justiça), mais forte [...] (E2).

Ou seja, a idosa E2 acha que a população, em geral, não tem condição financeira de pagar os custos de advogados e que há muito problema na sociedade. Uma justiça gratuita “mais forte” melhoraria a situação da população.

Para E9, foi necessário pagar um advogado para recalcular o valor de sua aposentadoria:

Não contaram três anos que trabalhei na indústria [...] e, depois, o INSS, através da Justiça, foi obrigado a contar esse tempo. Aumentou um pouquinho a minha renda e pagou os atrasados [...] (E9).

Este idoso teve acesso a advogado, tem esclarecimento e pode pagar pelos serviços advocatícios. Mas, conforme a fala da idosa E2, nem todos os idosos tem nesta mesma condição.

Houve muitos relatos dos idosos entrevistados sobre a queda do valor da aposentadoria, não sendo justo o valor que recebem:

E5: [...] o que eles estão fazendo agora eu acho bom, nivelar a aposentadoria, [...] eu acho assim: se você pagou um tanto para ser aposentado, você tem que receber relativo àquilo que você pagou, e não agora os que não pagam nada e recebem muito mais, os políticos [...].

O idoso E9 aposentou recebendo mais, e agora recebe menos da metade e o idoso E10 acha que o governo dificultou a vida dos aposentados:

[...] o governo desde que desregulou o aumento dos aposentados dos salários mínimos avacalharam tudo. Por exemplo: aposentadoria foi caindo e caindo, se eu fosse viver dela hoje não daria [...] tem muita gente assim, amigos que a aposentadoria foi diminuindo [...] estava onze salários mínimo, principalmente pelo governo [...] está três agora para o aposentado [...] nossa aposentadoria virou o salário mínimo (E10).

Para E12 o reajuste não é suficiente para cobrir a defasagem a inflação. Segundo ele:

[...] o reajuste deve ser bem maior para acompanhar (a inflação) [...] o último reajuste foi de 3% [...] acho que de longe da inflação, não está acompanhando a o custo da mercadoria, a cada ano que passa, logicamente você tem uma perda de renda (E12).

Houve também por parte deles observações relativas ao custo da saúde e do atendimento ofertado pelo estado:

Falta mais atenção na saúde, porque os planos de saúde são caros. Muito idoso não tem plano de saúde e quem tinha tá abandonando por causa do custo (E3).

A idosa E11 afirmou que só vai ao posto para pegar um remédio, mas a maior parte dos medicamentos que toma não tem no posto de saúde e que gasta R\$600,00 com medicamentos.

E11: [...] meus remédios não existem nem na Secretaria de Saúde. Tudo comprado mesmo! [...] A aposentadoria é um salário mínimo. Então se não fossem os filhos, estaria passando necessidade [...].

A idosa E16 ainda não se aposentou, pois, apesar da idade, não tem o tempo de contribuição necessário. Já desistiu de tentar pegar algum medicamento no Posto de Saúde, pois, segundo ela, “nunca tem”.

A idosa E14, aposentada pelo Instituto de Previdência dos Servidores de Minas Gerais (IPSEMG), declarou que usa pouco o posto e que é “péssimo”. Além disso, ela explicou o que está acontecendo com a saúde para os servidores do estado:

Como o governo não está repassando, vários hospitais, cortaram atendimento [...] (E14).

Estes idosos apresentaram uma visão negativa do governo e da sociedade, relacionada à gradativa redução do valor da aposentadoria, à pequena cobertura de medicamentos ofertados pelo Posto de Saúde, ao alto custo de medicamentos e do alto custo dos planos de saúde. E não menos importante, tem-se o relato da necessidade de maior amparo pela justiça gratuita. No grupo de idosos entrevistados, 83% têm plano de saúde e 11% deles sentem-se amparados pelo governo.

As falas dos indivíduos idosos revelam que eles têm perda financeira ao longo da aposentadoria e que não confiam na assistência de saúde pública, tendo em vista que a maioria paga plano de saúde. Esta situação vivida pelos idosos desta pesquisa confirma o estudo de Camarano (2002, p. 23), que apontou que o sistema previdenciário e a distribuição de renda impactam a renda e as condições de vida das famílias.

5.6 A influência da educação financeira na dinâmica do Modelo Ecológico

Analisa-se aqui como a educação financeira influencia a dinâmica do Modelo Ecológico de Dahlberg e Krug. Para atingir este objetivo, explica-se com base no histórico da educação formal e informal (educação gerada pelos pais) e no contexto de vida, como foi construída a educação financeira dos idosos aqui pesquisados.

Inicia-se com três casos de idosos que estudaram até a 4ª série, sendo um idoso (E10) e duas idosas (E11 e E17):

5.6.1 Idosos com baixa escolaridade

O idoso E10 relatou que era muito difícil estudar, que ele desejava estudar, mas que quando concluiu a 4ª série, havia um processo de admissão à ingresso na 5ª série, porém fechou. Para continuar os estudos, teria de estudar longe de casa, mas sua família não possuía recursos para custear seu deslocamento:

Eu tinha essa preocupação [...] eu estava fazendo admissão, aí fechou admissão. Aí, ficou longe da minha casa [...] não tinha dinheiro para pagar a passagem (E10).

Nesta época, ele já trabalhava, pois aos nove anos engraxava sapatos e ajudava os pais, comprando mantimentos. Com seu primeiro rendimento, ele se sentiu aliviado:

Foi um alívio! Passei no Mercado Central, fiz uma baita de uma feira. Cheguei lá em casa, minha mãe foi à loucura [...] levei fruta, porque minha mãe era doida com fruta (E10).

Apesar de o idoso E10 não ter avançado nos estudos, ele conseguiu emprego na empresa em que seu pai trabalhava. Prosperou. Depois, montou um negócio próprio. Teve dificuldades iniciais, mas hoje está muito bem financeiramente:

E10: [...] bem demais. Eu tinha medo da velhice. Foi assim, nossa. Meu INPS. Nunca deixei de pagar. Eu tenho muito medo da velhice. Está difícil. Se eu ficar velho, INPS uma renda sem nada, sem nada, então eu investi. Só imóvel e aluguel. Ficava doido mesmo para ter uma renda na velhice.

A idosa E11 relata que tinha interesse em estudar, mas que precisou trabalhar cedo, pois quando estava com cinco anos de idade seus pais vieram para Belo Horizonte, com seis filhos, morar na casa da avó materna, pois o pai estava desempregado. Eles residiam no interior de Minas, onde um tio se apropriou da herança, deixada por seu avô paterno. Quando se casou, o marido bebia. Para conseguir cuidar da família, ela trabalhava muito.

E11: [...] comecei a trabalhar muito cedo [...] dez anos e meio. Onze anos. Praticamente de babá [...] Na drogaria, fiquei até casar. Eu comecei com quinze anos [...] E infelizmente, ele bebia muito [...] eu trabalhei muito tempo. Pegava nove horas da manhã chegava onze horas da noite.

E11 contou que seu esposo não se preocupou em comprar imóvel e que o dinheiro dela não era suficiente para contribuir para a “Previdência”. Hoje, ela mora de aluguel, com a pensão do esposo, tendo este se aposentado proporcional após trinta anos de contribuição. A renda dela é baixa, fato gerador de restrições.

Diferente da situação vivida pelo idoso E10, a idosa E11 tem baixa renda, mora de aluguel e depende dos filhos, que pagam seu plano de saúde e ajudam nos medicamentos. Os filhos ainda residem com ela e partilham as despesas da casa.

Os dois idosos aqui apresentados possuem o mesmo grau de escolaridade, mas perfil de renda e estrutura de vida bem distintos: a idosa E11 tem baixa renda e trabalha com artesanato. Já o idoso E10 está bem financeiramente e além da aposentadoria, tem rendimentos de aluguel e do seu negócio, que permanece ativo.

Além destes dois casos ilustrados anteriormente, a idosa E17 também não foi além da 4ª série, pois na cidade onde morava (interior de Minas Gerais) o estudo estava limitado ao quarto ano do ensino primário. Aos 16 anos, mudou-se para Belo Horizonte. Na ocasião, já era casada. Além disso, nunca trabalhou fora. Seu marido, apesar dos apertos financeiros, conseguiu comprar um lote e construiu uma casa na frente e um barracão no fundo:

[...] tinha que comprar remédio para ele. Depois, compra para comida [...] eu não sabia nem quanto que ele ganhava, quanto que ele gastava. Tudo escondido [...] (E17).

A idosa E17 era totalmente dependente do marido. Não tinha controle sobre suas finanças. Mas seu marido deixou o imóvel em que ela reside. Deixou a pensão, que é baixa, mas ela alega que consegue se manter:

Arroz acabou, vou buscar. O óleo acabou, vou buscar o óleo [...] não devo ninguém [...] a pessoa tem que guardar um pouco. Há vai que no outro dia, não tem. Você não precisa depender [...] se sobra quinhentos, eu guardo; se sobra cem, eu guardo; se não sobra, eu não guardo (E17).

E17 fez só o primário. Não trabalhou “fora de casa”. Durante a vida, não teve experiência na administração do dinheiro. Mas, para ela, esta sabedoria de guardar o máximo e gastar o mínimo foi “da vida”.

Cada um deles apresentou uma história de vida diferente. Dois demonstraram a importância de controlar gastos e de guardar dinheiro, sendo que E10 preocupava-se com a velhice. Guardou desde cedo. Assim, constituiu patrimônio. Já E17 não guardou dinheiro, pois nunca trabalhou. O marido lhe passava o dinheiro para as compras da semana. Mas não paga aluguel, pois seu marido deixou moradia própria. Mesmo com baixa renda, consegue manter-se, por ser controlada, gasta menos do que ganha. Nestes dois casos, percebe-se a relevância do orçamento, do controle e poupança (HOJI, 2014).

O caso da idosa (E11) revela que ela teve experiência com administração de seus recursos, pois sempre trabalhou, mas não conseguiu adquirir imóvel próprio. Nunca guardou dinheiro nem se aposentou. Vive da pensão de seu esposo e do apoio de familiares. Relatou que o dinheiro era pouco, que trabalhava como autônoma:

[...] nas casas dos outros, limpeza [...] salgadinho para festas. Antigamente, usava fazer coxinha [...] e vender para o salão, mercearia [...] (E11).

Os três casos se assemelham pelo baixo nível educacional. Dois deles (E10 e E17) se assemelham pela vontade de preservar, de guardar dinheiro, de controlar os gastos, com pensamento em momentos de necessidade. Já o comportamento da idosa (E11) em relação ao dinheiro mostra que ela se diferencia dos outros idosos (E10 e E17). Ela (E11) contou que:

Antigamente eu dava muito valor (ao dinheiro), mas, devido às dificuldades, então, eu passei a não encarar o dinheiro com coisa assim extrema [...] isso são provações de Deus [...] o dinheiro não é tudo [...] a melhor coisa é a tranquilidade e a felicidade [...] então, aí, eu não dei muito valor [...] Deus dá jeito [...] (E11).

Pôde-se observar que os indivíduos idosos menos escolarizados apresentaram mais dificuldade para construir patrimônio. Apenas um deles (E10) conseguiu prosperar por meio de um negócio próprio. Mas ele, além de ter recebido apoio do pai e de amigos, sempre teve a preocupação com o futuro. e procurou adquirir imóveis de aluguel e poupar. Antes disso, endividou-se para construir sua casa, em área invadida. Para pagar, começou a trabalhar dobrado:

Eu comecei a fazer bicos [...] eu tinha uns amigos. Aí, eu largava serviço [...] pegava no [...] aí, fui mantendo e controlando minha vida (E10).

Os relatos desses idosos confirmam que a escolaridade impacta a vida em sociedade e que a baixa, ou nenhuma, escolaridade reduz o potencial de desenvolvimento no mercado de trabalho e diminui o potencial de desenvolvimento financeiro (MINAYO, 2013).

Para concluir e observar se há diferença de comportamento entre os idosos com baixa escolaridade e os idosos mais graduados, descreve-se a seguir, a trajetória dos idosos com pós-graduação.

5.6.2 Idosos com pós-graduação

É relevante entender o comportamento e o contexto de vida dos idosos que se especializaram mais, e atingiram o nível de pós-graduação, com base nos relatos dos entrevistados E4, E5 e E6:

A idosa E4 nasceu em Belo Horizonte, mas foi criada no interior. Para ela, estudar foi fácil. Não houve incentivo por parte da família, mas ela gostava de estudar:

[...] Toda vida gostei de estudar. Acho que eu nasci mesmo pra isso" (E4).

Sua família tinha ótima condição financeira. Seu pai era funcionário público e sua mãe cuidava da casa. Ela sempre guardou dinheiro:

[...] Olha que ele (o pai) me dava dinheiro pro lanche e eu comprava minhas roupas com o dinheiro de lanche que ele me dava [...] Ah! Toda vida eu fui supereconômica [...] nasci assim [...] com dez anos eu fazia sapatinho de tricô pra ganhar dinheiro, sem precisar sabe [...] eu gostava [...] de ser independente. Toda vida eu gostei (E4).

E4 considera-se "controlada". Começou a trabalhar aos dezenove anos. Já casada, percebeu que seu esposo dependia do pai. O dinheiro dela era destinado a suprir as despesas da casa. Por isto neste período, o dinheiro não era suficiente para guardar:

[...] eu casei muito nova [...] ainda não tinha dezenove anos [...] eu verifiquei que o marido era muito dependente de meu sogro [...] ele era meio descansado [...] então eu detestava isso [...] então logo eu comecei a trabalhar [...] não sobrava nesta época (dinheiro) [...]. Era pra casa mesmo, pra ajudar (E4).

E4 não relaciona o dinheiro à felicidade, mas tem como princípio manter algum valor para uma emergência. Muito organizada. Ela controla tudo.

(E4): Eu sempre tenho um dinheirinho lá (poupança) [...], por exemplo: eu quebrei aqui um pedacinho do dente. Tinha que pagar 120. Então [...] eu sempre tenho um pouquinho lá [...]. Então, eu tenho minha agenda [...]. Se eu compro um lápis, minha filha, eu vou lá e ponho.

E4 não planejou sua aposentadoria, mas aposentou proporcional quando trabalhava como professora, seu patrimônio provém de herança deixada pelo pai. Ela não recebeu renda nem patrimônio dos dois casamentos, pois se divorciou do primeiro casamento e no segundo casamento ficou viúva, mas não teve direito a herança, na época assinou que não queria nada.

E5 veio para BH na época do vestibular. Trabalhou aos onze anos. Na época, ajudou os pais, mas não repassava o dinheiro para eles. Usava para suas despesas pessoais. Quando chegou a Belo Horizonte, começou a trabalhar em uma multinacional. Foi pressionado pela empresa sobre a retomada aos estudos. Tinha um trabalho estável, gastava tudo e se endividava. Quando concluiu sua graduação, já era casado. Sua esposa sempre foi controlada, e antes de se casarem, compraram um imóvel financiado:

Gostava de passear. Farrear [...]. Às vezes eu pegava (dinheiro) com agiota nesta época não, mas pegava com colega de trabalho [...] financeira [...] meu pai às vezes me emprestava [...]. A [...] (esposa) sempre muito controlada financeiramente (E5).

Mesmo com o controle financeiro da esposa, E5 retrata que houve momentos de endividamento familiar:

(E5) O que gerava endividamento é que, assim também, a gente passeava muito. Não tava nem aí [...] veio filho, veio escola [...].

E5 resolveu fazer pós-graduação, pois tinha um projeto de trabalho que demandava mais titulação. Hoje, este idoso tem um negócio próprio e aposentadoria. Sua esposa também está aposentada e participa das finanças domésticas. Ele não guarda dinheiro; a esposa, sim. Ele retrata que não se preocupou com a Previdência, pois seu objetivo é trabalhar, que é desapegado:

E5: [...] Eu tenho comigo um conceito que só vou parar de trabalhar o dia que não der mais. Não sou apegado. Eu acho que eu não vou levar nada, entendeu [...].

A idosa E6 nasceu e foi criada em BH. Seu pai era funcionário público. Tinham um padrão de vida muito alto. Quando começou a trabalhar, seu pai foi contra. Ele fez de tudo para que ela parasse de trabalhar:

(E6) [...] eu arrumei um emprego [...] contra a vontade do meu pai. Trabalhei seis meses. Aí ele me ofereceu o salário dobrado pra que eu largasse meu emprego.

Assim que E6 concluiu seu curso, fez pós-graduação. Começou a trabalhar. Aposentou-se como concursada pelo estado, mas nunca se preocupou com aposentadoria, com fazer poupança:

Não, não me criaram pra isso. Eu, por exemplo, podia ter comprado um apartamento muito antes de sair de casa, porque eu não tinha despesa nenhuma de casa. Meu dinheiro era só pra eu viajar, comprar roupa e sair. Só [...] Tenho um arrependimento muito grande, mas, graças a Deus, quando eu precisei sair, tinha um carro zero. Vendi e paguei a metade do meu apartamento (E6).

Percebe-se que a idosa (E4), além de gostar de estudar, sempre foi educada financeiramente e que os idosos E5 e E6 se educaram financeiramente já adultos, pois E5 passou a controlar as finanças depois da aposentadoria. E6 percebeu ser necessário o controle financeiro quando casou (2005). Nesse caso, já estava com mais de 45 anos.

Em relação ao controle financeiro pessoal, E5 declarou que nem sempre foi controlado, mas agora é.

(E5): [...] eu tenho dois filhos que trabalham no banco [...] nós criamos outro controle financeiro pra ficar mais fácil [...] compramos um sistema pronto

que você lança tudo e já solta relatório para você [...] é uma coisa mais organizada [...] relevante para mim agora que eu estou enxergando que isso vai controlar muito melhor [...] minhas finanças. [...] isso é uma coisa que muita gente precisa [...] as pessoas não caem a ficha enquanto alguém não te dá um toque. Por exemplo: esse cara que me ajudou. Eu fui e participei de uma palestra com ele [...] assim, minha menina me ajudou [...]: “não pai, vamos controlar tudo aqui, você está gastando muito mal”. Isto tudo vai te ajudando a abrir a cabeça pra poder criar mais controle [...].

Para o idoso E6:

[...] depois que eu casei, eu comecei a ter medo do dinheiro. Assim, respeito. Eu achava que eu tinha que ter um dinheiro guardado [...] (E6).

Pode-se aqui inferir que estes três idosos (E4, E5 e E6) tiveram mais facilidade para estudar do que os idosos menos escolarizados, mas que não foi por conta da escola que eles obtiveram os ensinamentos necessários para a boa administração de sua vida financeira. E4 teve uma vida abastada “até demais”, mas sempre gostou de trabalhar e sempre guardou um pouco. Foi “toda vida” controlada. Partiu dela. Não houve orientação. E5 pôde estudar. Seguiu sem interrupção até o segundo grau. Começou a trabalhar. Podia continuar estudando, mas deu enfoque em “curtir a vida”, mas conseguiu concluir, por ter sido estimulado pela empresa. Já a idosa E6 estudou e teve o incentivo do pai, mas não visualizava ser importante guardar dinheiro. Gastava demais. Seu pai lhe dava dinheiro até para convencê-la a parar de trabalhar.

Estes dados confirmam que o indivíduo é um ser único, cuja associação de fatores gera atitudes diferentes (HALL; LINDZEY; CAPBELL, 2000), e que o indivíduo é moldado por questões relativas ao contexto de vida (DESSEN, 2005).

5.6.3 Comportamento financeiro dos idosos

O GRAF. 6 ilustra o comportamento financeiro dos idosos quanto a compras e controle financeiro.

Gráfico 6 – Como o idoso(a) organiza suas finanças



Fonte: Dados da pesquisa, 2019.

Os idosos revelaram possuir as habilidades necessárias para sustentar uma saúde financeira: 39% fazem anotações; 33% pagam tudo à vista; 28% usam o cartão de crédito, sem juros, dentro do orçamento; 22% pagam no cartão para se beneficiarem da pontuação; e 67% ficam dentro do orçamento mensal. Assim, este grupo de idosos tem controle de suas finanças e é financeiramente educado.

Este comportamento poderá ser mais bem entendido por meio dos relatos destes idosos:

A idosa E6 opta por pagar tudo no cartão de crédito, desde que não tenha juros, pois ganha pontos e pode viajar:

[...] peguei meus pontos. Deu pra mim, minha irmã e meu outro irmão (comprar) a passagem (E6).

O idoso E3 quita seus gastos à vista. Usa o cartão de crédito para ganhar milhas:

[...] ganhar milhas e aproveitar com viagens e tudo. No dia da fatura, pago tudo à vista [...] se tiver que faltar algum, vai faltar no lazer. Aí, você dá um aperto no lazer [...] (E3).

Além disso, ele mantém controle dos gastos, tudo em planilha. Seu controle é anual. Quando vai viajar, paga praticamente toda a viagem antes:

(E3) Viver dentro do que eu ganho, que a única fonte de renda minha é o salário [...] se ficar alguma dívida, fica pouco, pra não pesar no orçamento. Eu não tenho como tirar do meu orçamento pra viagens. Então, eu junto antes de viajar.

E1 já teve problema financeiro. Nunca se preocupou com dinheiro, mas já se endividou:

Olha. Geralmente eu compro no cartão de crédito, mas o mínimo de parcelas possível [...] meu cartão de crédito é débito automático exatamente pra isso, pra não ter problema (E1).

5.6.4 Experiências com administração de recursos

Discute-se nesta seção se os idosos se preocupavam com a programação para a aposentadoria e se guardaram dinheiro para este fim. Deles, 11,0% mencionaram que tinham guardado dinheiro e que tiveram prejuízo devido a planos econômicos e 6,0% lembram-se de quebra de bancos:

E2: Eu toda vida guardei um pouquinho [...] só que depois a gente não entende muito. Teve uma época que a gente tinha uma poupança [...] companhia de seguros que deu tombo na praça, nós perdemos [...] e a poupança também [...] teve aquele [...] do Collor [...] perdi também [...] Nossa! Muita gente perdeu [...].

O idoso E13 conta como foi a perda pelo bloqueio de dinheiro realizado na época do governo Collor:

[...] a Zélia pegou meu dinheiro. Lembra daquele (Plano econômico) bloqueou tudo. É um ano, mas, depois parcelou em dez vezes [...] (E13).

O idoso E3 narrou que já passou aperto financeiro, mas nada grave, se comparado ao que passou anteriormente. Neste caso, disse que ver o sofrimento da família o impulsionou a fazer diferente, para que seus filhos não tivessem privações como ele passou com seus pais e irmãos:

[...] passamos apertos, mas nada o que eu passei anteriormente. O que tive na base que serviu de exemplo [...]. Pra não repetir com a minha família (E3).

Já a idosa E8 teve uma história de vida pautada na violência física e psicológica. Era casada e seu marido tinha posses, mas ela, com medo que ele matasse a ela e a seus filhos, optou por se separar e abriu mão de todos os direitos, fato que a persegue até hoje, pois mora de aluguel e tem baixo salário, pois não tinha orientação financeira, nunca pensou em guardar dinheiro.

E8: [...] eu levei seis meses para conseguir divorciar, porque ele era muito violento, tanto comigo quanto com os filhos [...] lá de dentro, eu já escutei um tiro e o tiro bateu na parede. Eu fui ver, no outro dia, a bala tinha caído. Meu filho especial ficou o dia inteiro com olho fechado. Acho que por causa do barulho. Então, depois desse daí, fiquei lutando [...].

A idosa alegou que nunca foi instruída a guardar dinheiro, que não se preocupava com a aposentadoria. Quando se separou, estava com dinheiro e não tinha orientação.

E8: Teve época que ganhava bem. Eu não tinha orientações financeiras. Eu achava que, ganhando ali, você vai gastando ali. Eu era muito boba. Eu não tinha ninguém que me orientasse nada. Conta de luz e água. Fiquei doidinha. Eu tinha o dinheiro para pagar, isso, porque ele que fazia.

Ou seja, mesmo tendo o dinheiro, ela não sabia como proceder. Não era costume que ela controlasse as finanças. Faltou orientação.

A idosa E7 tem formação superior, é bem orientada financeiramente, recebeu seu fundo de garantia e administrou. Disse que anota tudo, que sempre poupou:

Esse dinheiro durou quase vinte anos [...] Então eu tenho um restinho lá, mas para emergência. Igualzinho, eu vou fazer operação de catarata, vou fazer de graça, não vou pagar quinhentos [...] (E7).

Possui imóvel próprio e que aplica tudo na poupança. Não perdeu dinheiro nem no Plano Collor:

(E7) Eu não perdi dinheiro nenhum [...] eu tirei todo dinheiro antes [...] não pego dinheiro emprestado a ninguém [...] tenho aquela cadernetinha que marco tudo.

A idosa lembra que recebia mesada, gastava tudo e as finanças na casa dos pais, passou por altos e baixos. Isto ocorreu pela situação econômica do País:

E7: [...] foi a vida difícil do Brasil [...] a dificuldade [...] em sessenta e um, sessenta e dois [...] queria comprar um sapato e não podia, tinha que esperar [...].

Ela afirmou que descobriu que havia dificuldades entre 1961 e 1962. Sua fala revela que é precavida, que controla suas finanças e que tem reserva financeira. Mas ela mantém seu dinheiro aplicado na poupança. Se esta idosa tivesse educação financeira, estaria com seu recurso aplicado em outras modalidades de investimento mais rentáveis e com risco similar. Esta tendência foi relatada por Costa (2009, p. 19), quando concluiu que a classe média vive de salário e investe na poupança.

No caso da idosa E7, pode-se supor que, se ela tivesse acesso à educação financeira, estaria melhor financeiramente, pois teria optado por investimentos mais rentáveis que a poupança.

Isso também fica evidenciado nos relatos da idosa E2, que tem curso superior incompleto, sempre cuidou de suas finanças. Ela alegou manter seu dinheiro na poupança e que, quando precisa de algum dinheiro, não pede empréstimo. Tira da poupança.

E2: [...] por que tenho está na poupança.

Evidencia-se pela fala de E2 que ela abomina tomar dinheiro emprestado, devido ao custo financeiro. Mas ao mesmo tempo, não tem orientações para investir melhor seu dinheiro, mantendo sempre na poupança. Segundo ela, mantém tudo anotado:

(E2) Tenho tudo (anotadinho), porque a contabilidade da casa sou eu que faço [...] Ele passa o dinheiro para mim (o marido). Tem que, controlar [...].

A idosa E4 também mantém seus investimentos na poupança. É muito controlada, antecipa o pagamento da fatura do cartão de crédito e não se endivida. Mas recebeu um pedido de empréstimo de uma conhecida, que dizia ser amiga, e emprestou R\$15 mil, recebendo um cheque como garantia.

E4: Não. Eles me deram um cheque, mas eu ouvi dizer que o cheque, vai passando tanto tempo, ele perdía coisa, e eu rasguei o cheque.

Para o idoso E3 a educação financeira ocorreu por meio do exemplo. Quando pequeno, seu pai esbanjava dinheiro e sua mãe guardava, e ele sempre teve disciplina.

E3: Ah! Eu colocava a metade, mais ou menos. Sempre foi [...] disciplina, Puxei a minha mãe [...] ela guardava, escondidinho, enrolava dentro de uma meia, dentro das máquinas [...].

E3 observou que em sua casa as contas atrasavam:

Atrasava aluguel, cortava luz [...], pegava emprestado. Com agiota, não, mas pegava empréstimo no banco, ajuda de alguém, pessoas amigas [...] (E3).

O idoso E3, além de ter percebido, quando criança, que sua mãe tinha um comportamento financeiro mais positivo do que seu pai, declarou que sempre pensou, no futuro, em comprar um apartamento. Quando cassasse, não desejava pagar aluguel. Ele guarda de 10 a 20% de seus rendimentos, além de ajudar sua mãe. Ele é tão bem educado financeiramente que, quando vai viajar, paga praticamente toda viagem antes.

E3: [...] todas as viagens são programadas [...] se ficar alguma dívida, fica pouco, pra não pesar no orçamento [...] eu junto antes de viajar.

Retrata uma experiência negativa com o uso do cheque especial e diz que não usa mais. E3:

[...] ai eu vi como é, como os juros corrompem as finanças, Aí depois disso, nunca mais. Tenho o cheque especial, mas não uso (E3).

E3 já emprestou e já pegou muito dinheiro emprestado com amigos. Segundo ele, quando empresta, o valor da parcela precisa estar dentro de seu orçamento, para não comprometer o seu patrimônio. mas diz:

[...] já tive algumas decepções [...] mas hoje em dia estou mais calejado [...] Um parente queria que eu fosse fiador de crédito educativo, aí eu falei “não”. [...] E as pessoas nunca entendem. Porque aquilo ali é um

financiamento altíssimo. E se o filho, depois de formado, que nem conhece a gente direito, não pagar? (E3).

O idoso (E3) teve o exemplo dos pais. Soube escolher o melhor caminho a seguir e, aliado a isso, ele tem curso superior em Contabilidade.

Outro caso chama a atenção: o aprendizado de um idoso que teve uma péssima experiência ao delegar suas finanças a sua esposa. Na época, ele já estava aposentado e machucou a perna. Nesse período, sua esposa gerou dívidas.

E1: Eu não sei o que ela fez. Só sei que ela me quebrou. Sabe uma pessoa quebrada? Isso que se você me pedisse 100,00 eu não tinha [...] fiquei devendo cartão, devendo IPTU. Aí meu IPTU foi pra dívida ativa, dois cartões de crédito, cheque especial. Não me pergunta o que foi feito, que eu não sei.

O idoso, E1 afirmou que isto foi para ele um aprendizado:

E1: [...] tem coisas que, independente da pessoa, a gente mesmo que tem que resolver independente de qualquer coisa [...] porque você pergunta: "Como está a situação?" E a pessoa: "Está tranquilo. Tudo ótimo!". Aí, você acredita.

Neste caso, o idoso aprendeu com a vida, pela experiência, que não deve delegar o controle de suas finanças para ninguém.

Além dessa situação vivida, E1 declarou que o comportamento financeiro do pai serviu para ele como referência.

E1: Meu pai, se ele tinha dinheiro, ele comprava; se não, não. Ele não fazia dívida nenhuma [...] eu faço a mesma coisa. Se eu tenho, eu compro; se não, não.

Idoso E15 tem pós-graduação. Era professor na área de exatas. Sempre trabalhou para ajudar em casa. Conseguiu estudar em escolas boas, pois era muito esforçado nos estudos e trabalhava na própria escola. Assim, não pagava. Desde pequeno, teve foco em guardar dinheiro.

E15: Sempre uma reservazinha [...] guardava nas gavetas, debaixo das meias [...] não gastava aleatoriamente. Toda reserva minha eu comprava imóvel [...].

Apesar desse conhecimento, visão e empreendimentos realizados por E15, ele já perdeu dinheiro, emprestando para filhos e confiando o cartão de crédito a sua nora. A maior perda foi com empreendimento imobiliário realizado com uma construtora, cuja obra foi interrompida e ele precisou procurar a justiça. Devido à morosidade da justiça, ainda não recebeu o valor da indenização. O idoso E15 tem uma filosofia (honra) que lhe fez perder dinheiro, mesmo sabendo que não tinha obrigação de pagar:

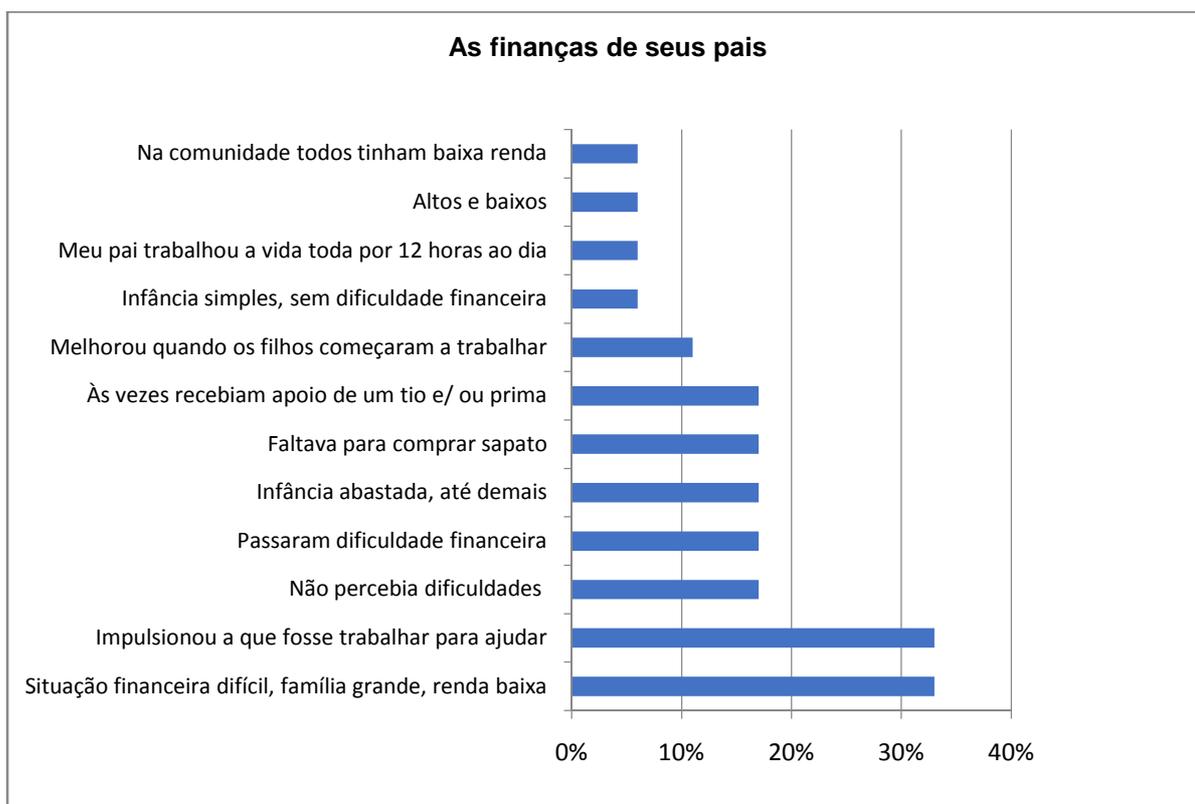
(E15): [...] eu não emprestei para ele, só apresentei uma pessoa, ele precisava de dinheiro, apresentei para ele, e eu fiquei com aquela responsabilidade.

Neste caso, E15 assumiu a responsabilidade de pagar uma dívida no valor de R\$500 mil, mesmo sem ser o fiador, sentiu-se responsável, pois foi ele quem apresentou o devedor ao credor.

Pelo que se observa do caso de E15, ele a tem educação financeira como algo natural, nato dele, pois já tem a conduta de guardar desde pequeno. Além disso, seu conhecimento na área financeira lhe proporcionou a capacidade de investir em imóveis, e não na poupança, como foi relatado por outros idosos. Mas, devido a seu patrimônio ser mais alto que o dos demais idosos entrevistados, E15 está sujeito a maiores riscos, pois se envolve em negócios de alto valor.

Já os idosos com baixa renda sofrem todo tipo de violência financeira, sendo as mais graves a incapacidade de gerir bem suas finanças e maior dificuldade de crescimento profissional. Observa-se pelos relatos dos idosos que na infância e na adolescência a maior parte deles vivenciou dificuldades na vida dos pais, fato melhor ilustrado pelo GRÁF. 7:

Gráfico 7 – As finanças de seus pais



Nota: A soma foi superior a 100% por permitir que os entrevistados dessem mais de uma resposta.

Fonte: Dados da pesquisa, 2019.

Essa demonstração gráfica revela que as famílias destes idosos, no geral, possuíam dificuldades financeiras, pois 33% delas tinham baixa renda, 17% passaram dificuldade financeira e 17% também contavam com o apoio de familiares.

Nota-se que estes indivíduos são hoje educados financeiramente, mas nem sempre foi assim, pois já utilizaram crédito a juros altos. No geral, os pais não compartilhavam com os filhos a situação vivida e os filhos repassavam aos pais o fruto de seu trabalho, para ajudar nas finanças da casa, não adquirindo experiência com o dinheiro. Mas, por trabalharem desde pequenos, sentiram a dificuldade que é para conseguir dinheiro.

Os maiores ensinamentos que estes idosos tiveram que influenciam seus comportamentos financeiros foram a experiência adquirida, o ensinamento dos pais e as características individuais. A educação financeira se mostrou aqui como um processo, com base no qual, mesmo indivíduos com pouca educação demonstram

ter comportamento positivo para manutenção de suas finanças, evitando o descontrole e facilitando a poupança.

Até mesmo os indivíduos educados financeiramente se envolvem em situações de violência financeira, seja em suas relações, seja na comunidade e na sociedade, devido às características individuais e ao fato de estes serem mais visados. Como demonstrado pelo idoso E15.

A baixa informação sobre as operações de investimento e de empréstimo faz com que o indivíduo as analise como boas ou ruins com base na taxa, ignorando que por trás desta taxa pode haver outros custos. Tal constatação já observada por Silva (2016, p. 216) quando ressalta a necessidade do indivíduo de “conhecer os símbolos”, pois nas operações financeiras há custos e oportunidades.

As histórias contadas pelos idosos destacam a importância de um mercado econômico e financeiro sólido, pois a instabilidade econômica vivida por eles nas décadas de 80 e 90 gerou incertezas e perdas, provocando forte impacto na vida de indivíduos que, hoje idosos, poderiam estar em melhor condição de vida na aposentadoria. Alguns idosos ilustram situações de prejuízo financeiro vividas neste período. Um deles salientou a relevância de um Estado confiável, pois a corrupção compromete a segurança do indivíduo.

E12: Violência econômica é o que estamos vivendo neste momento [...] se o país vai mal, significa que o cidadão também vai mal [...] desde quando houve a Copa do Mundo no Brasil. Se a gente sabia que o Brasil não tinha condições, que seria uma lavagem de dinheiro. A gente enxergava antes de acontecer, e aconteceu [...] então, a Copa do Mundo, Olimpíadas, todos esses governos, a gente via [...] porque ali foi um antro de corrupção.

Sobre a Coroa-Brastel, E13 afirmou que muita gente vendeu imóvel para aplicar, pois a taxa de juros era “oitenta por cento ao mês”.

E13: Outra perda que eu me lembro foi na época que a inflação estava muito alta, amigos meus venderam tudo que tinham para poder ganhar oitenta por cento ao mês [...] a quebra da Coroa-Brastel [...] quebrou muita gente [...].

De acordo com o idoso E5, antes de casar ele e a noiva adquiriram um imóvel financiado pelo antigo Banco Nacional de Habitação (BNH). Este financiamento lhes

gerou dificuldade financeira, devido às altas taxas de juros vigentes. Além de ter negociado várias vezes ele diz que recorria a bancos, agiotas e refinanciava carro.

E5: [...] na época do BNH [...] você não aguentava pagar, porque estava mais caro que aluguel [...] então, a dificuldade que a gente teve foram as renegociações com o BNH [...] isto foi [...] na década de 80 [...].

A quebra da Coroa-Brastel, que ocorreu em 27 de junho de 1984, mostra que já naquela época existia uma parceria envolvendo negócios comerciais entre o governo e empresários. A intervenção ocorrida nesta corretora foi investigada. Constatou-se prática de mediações realizadas pelo governo para absorção de empresas em situação de insolvência por outra operando no mercado. Isso denominado “solução de mercado”. Neste caso, a Coroa-Brastel, segundo o empresário Assis Paim Cunha, adquiriu a Corretora Laureano. Este negócio, agregado aos diversos negócios que já possuía, culminou em dificuldade financeira e na emissão de “letras frias” (BEZERRA, 1995, p. 268-269).

Essa corrupção, presente também nos dias atuais, foi relatada pelo idoso E12 quando denota sua percepção dos investimentos realizados pelo Governo para a realização da Copa do Mundo e das Olimpíadas, o que, para ele, gerou instabilidade econômica, vivida até hoje (2019). Estudo realizado por Gehrke, Borba e Ferreira (2017, p. 165) apontou que essa visão, de um país corrupto, foi largamente difundida pela mídia nacional e internacional e que o Brasil foi destaque “nas revistas de maior circulação das quatro grandes economias ocidentais” (*Time* nos Estados Unidos da América, *Der Spiegel* na Alemanha, *The Economist* no Reino Unido e *L’Obs* na França). No Brasil, foram avaliadas as matérias de capa da revista *Veja*. Apurou-se que, apesar de o Brasil ter sido destaque, devido a sua inclusão entre os “Bricks”, esteve também em evidência por questões relativas à corrupção, que afetaram sua reputação. Segundo os autores, “a corrupção que se consegue efetivamente relatar é possivelmente muito inferior àquela que acontece”.

Os relatos dos idosos e o conhecimento advindo da literatura revelam que a educação financeira influencia todas as esferas do modelo. Seu impacto na sociedade é positivo para os casos de violência financeira, pois indivíduos mais educados possuem mais oportunidades no mercado de trabalho, fator

potencializador de ascensão profissional, gerando como consequência a possibilidade de aquisição de patrimônio, que se traduz em qualidade de vida e saúde financeira (SAVOIA; SAITO; SANTANA, 2007; HOJI; 2014). O indivíduo idoso que detém boa renda, advinda de investimentos realizados ao longo da vida, não dependerá das ações do governo, como saúde e benefício previdenciário, pois, além do benefício previdenciário terá outra(s) fonte(s) de renda e mais acesso às informações que lhe propicia lutar por seus direitos sociais (JESUS *et al.*, 2017).

A educação financeira possibilita ao indivíduo tomar decisões relativas a crédito e investimento que tendem a lhe proporcionar mais benefícios do que apenas manter o dinheiro na poupança, além de evitar que realize operações fraudulentas e/ou desfavoráveis (HOJI, 2014). Este é o caso das operações de refinanciamento de empréstimo consignado ofertadas pelas instituições financeiras e aqui consideradas como violência financeira na esfera social. Igualmente reduz as chances do indivíduo de sofrer violência financeira nas relações, pois estará mais preparado para negar uma operação de crédito e se precaver com garantias caso queira conceder o crédito.

Conforme Savoia, Saito e Santana (2007, p. 1.122), as “mudanças tecnológicas, regulatórias e econômicas elevaram a complexidade dos serviços financeiros”. Apesar disso, a educação financeira não livra o indivíduo de situações de violência financeira na comunidade, pois no Brasil a violência acometida na rua ou, até mesmo, na própria residência do indivíduo (assaltos) é corriqueira e neste caso, indivíduos mais ricos são mais visados.

Para Becker (2013, p. 37), a educação é preditora de casos de criminalidade, sendo um caminho a ser trilhado pelas instituições públicas para contribuir com a redução da criminalidade, sendo esta uma “política de prevenção ao crime” (SAVOIA; SAITO; SANTANA, 2007; BUAES, 2015).

A educação financeira é nata para alguns indivíduos. Para outros, é aprendida com os pais. Ainda para outros, surge com as experiências vividas. Há aqueles que ao fazerem faculdade na área de Finanças, colocam os ensinamentos em prática e obtêm resultado. A educação financeira molda o indivíduo. Por intermédio dela há

uma transformação, em que o indivíduo, que antes apresentava comportamento negativo com suas finanças, se transforma. Neste caso, não prejudicará a si mesmo.

Conforme Savoia, Saito e Santana (2007, p. 1.122), a educação financeira propicia mais bem estar social ao indivíduo na medida em que o capacita a administrar melhor sua vida financeira.

5.7 Suposições em torno do modelo

Procura-se nesta seção definir, com base em suposições, como as manifestações de violência financeira se enquadram nas esferas do Modelo Ecológico elaborado por Dahlberg e Krug, aqui foi explorado como Modelo Sistêmico para caracterizar a violência financeira. Apresentam-se as manifestações de violência financeira por tipo e a suposição com base no Modelo Sistêmico.

5.7.1 Violência financeira na esfera do indivíduo

As manifestações de violência financeira captadas das falas dos idosos entrevistados estão separadas em tabelas, de acordo com a esfera do modelo, e descritas caso a caso. A TAB. 4 contempla as manifestações de violência financeira na esfera individual.

Tabela 4 – Manifestações de violência financeira na esfera do indivíduo

Manifestações de violência financeira na esfera do indivíduo	Frequência (%)
Sente-se obrigado(a) a ajudar familiar	22
Delegou seus recursos financeiros à esposa e quebrou	6
Sua renda é para cuidar da mãe	6
Perdeu dinheiro, pois indicou um amigo que não pagou e ele arcou	6
Pagou empréstimo da filha	6
Obrigações de pagar plano de saúde para sua mãe	6

Fonte: Dados da pesquisa (2019).

- “Sente-se obrigado (a) a ajudar familiar”. Neste caso, trata-se de um sentimento, e não de uma obrigação imposta, sendo aqui vista como uma escolha individual, que está ligada ao modo de pensar do indivíduo idoso. Isso pode ser atribuído a sua

natureza ou sua formação (escola, ensinamento dos pais, religião e comunidade em que viveu).

- “Delegou seus recursos financeiros à esposa e quebrou”. Neste caso, ocorreu um ato de confiança, próprio do indivíduo. Estava em casa, cuidando de sua saúde, delegou suas finanças à esposa, confiou que estava tudo dentro da normalidade, mas assustou-se quando percebeu um déficit. Este indivíduo abriu mão do controle das finanças, característica individual, aqui considerada como ligada à esfera individual.
- “Sua renda é para cuidar da mãe” e “Obrigação de pagar plano de saúde para sua mãe”. Nestes casos, o indivíduo, já idoso, utiliza sua renda para custear e dar conforto ao parente, que, por motivos diversos, não constituiu reserva financeira. O filho(a) deseja suprir suas necessidades. Observa-se que estes indivíduos tem a atitude de cuidar do familiar, sendo esta uma condição individual, pois não são todos os filhos que têm esta postura.
- “Perdeu dinheiro, pois indicou um amigo que não pagou e ele arcou”. Neste caso, o idoso apresentou a conduta de pagar por uma dívida de alto valor que não lhe pertencia, mesmo sem ter sido avalista. Apenas indicou um amigo a outrem, o qual tomou empréstimo e não pagou. O idoso sentiu-se comprometido pela indicação e, por uma questão de honra, quitou o empréstimo. Configurou-se assim, uma questão de âmbito individual, pois não era obrigado a isso.
- “Pagou empréstimo da filha”. Neste caso, o empreendimento realizado pela filha deu errado e esta ficou inadimplente. A idosa utilizou recurso aplicado na poupança para evitar que sua filha permanecesse com o “nome sujo”. Caracteriza-se aqui uma situação individual, a idosa não era avalista, mas sentiu-se envolvida pela situação financeira da filha e pagou a dívida. Trata-se, portanto de uma violência na esfera individual, pois não são todos os idosos que têm este comportamento. Ela poderia deixar a filha resolver posteriormente na justiça.

5.7.2 Violência financeira na esfera das relações

A TAB. 5 mostra as manifestações de violência financeira na esfera das relações.

Tabela 5 – Manifestações de violência financeira na esfera das relações

Manifestações de violência financeira nas relações	Frequência (%)
"Amigos pedem dinheiro, e não pagam.	28
Empréstimo e avais a familiares que não pagam.	17
A violência do marido impulsionou abrir mão dos direitos. Hoje, não tem nada.	6
Todos os filhos lhe devem.	6
Deu cartão pra nora gastar R\$200,00, e ela gastou muito mais.	6
Sua nora lhe roubou um imóvel.	6

Fonte: Dados da pesquisa (2019)

- “Amigos pedem dinheiro, e não pagam”. Neste caso, nas relações pessoais, a proximidade gera confiança e dificulta negação à concessão de crédito. Configuram-se prejuízo financeiro, aqui considerado como violência financeira na esfera das relações.

- “Empréstimo e avais a familiares que não pagam”. Neste caso, a manifestação de violência financeira assemelha-se àquela praticada por amigos. Todavia é ainda mais próxima, pois trata-se de um familiar, que pede apoio financeiro ou aval em operação de crédito. Por questões também da esfera individual, para não ser mal vistos ou para manter um bom relacionamento em família, o indivíduo (idoso) concorda com o apoio e assume prejuízo de ordem financeira. Isso configura uma questão na esfera das relações.

- “A violência do marido impulsionou abrir mão dos direitos. Hoje não tem nada”. Neste caso a relação mantida com o esposo, pautada por violência física e psicológica contra ela e os filhos, por meio de agressões e, até mesmo, tiro desferido pelo marido, culminou em separação. Fez com que ela deixasse o lar e abrisse mão de todos os direitos, pois havia patrimônio, e ela não recebeu nada. Além disso, é importante salientar que esta idosa parou de trabalhar para cuidar dos filhos, situação comum em muitas famílias desta geração de idosos. Após a separação, retornou ao mercado de trabalho, mas não conseguiu constituir

patrimônio, fato gerador de violência social, pois vive de aluguel e apresenta baixa renda. O casamento, pautado por violências, gerou violência financeira na esfera das relações.

- “Todos os filhos lhe devem”. Neste caso, os filhos tomam empréstimos dos pais e, pela condição de filhos, acham que não é necessário pagar. Tal fato decorre de relações próximas, em que os(as) filhos(as) conhecem o patrimônio e as condições financeiras do indivíduo idoso. Acreditam que não serão cobrados(as) e que não há problema, pois se trata de um empréstimo tomado daquele(a) que sempre proveu tudo. Este tipo de operação é aqui considerado como violência financeira na esfera das relações.

- “Deu cartão pra nora gastar R\$200,00, e ela gastou muito mais”. Neste caso, houve demanda da nora para adquirir produtos para a festa da filha, neta do idoso. Este passou o cartão para pagamento de R\$200,00, mas o gasto superou este valor. Ela não pagou. Esta situação é vivida nas relações de convivência diária, pautadas pela confiança, que nem sempre é honrada. Constitui prejuízo financeiro ao idoso, por gastar mais do que realmente pretendia, caracterizando violência financeira na esfera das relações.

- “Sua nora lhe roubou um imóvel”. Neste caso, a idosa possuía um barracão. Seu filho mudou-se para o local. Posteriormente ele separou-se da esposa, deixando um apartamento na divisão de bens. Todavia a nora tomou posse do barracão que pertencia a sua sogra, alegando na justiça que necessitava mais do que ela. Conforme relatos da idosa, como a nora é filha de um delegado, achou por bem largar a causa. Esta situação é aqui considerada da esfera das relações, pois está ligada a questão de quebra de confiança no ambiente familiar.

5.7.3 Violência financeira na esfera da comunidade

A TAB. 6 apresenta as manifestações de violência financeira na esfera da comunidade.

Tabela 6 – Manifestações de violência financeira na esfera da comunidade

Manifestações de violência financeira na comunidade	Frequência (%)
Assalto na rua	33
Sequestro relâmpago	7

Fonte: Dados da pesquisa (2019)

- “Assalto na rua”. Neste caso, os idosos envolvem-se em situações de assalto na rua, fato que está associado à violência financeira, com perda de dinheiro, cartões, celular, documentos e objetos pessoais da vítima. Isso pode causar-lhes traumas, lesões e até, a morte. Neste estudo, evidenciou-se que os idosos que foram vítimas de violência financeira na rua não estavam em seu bairro. Trata-se de violência financeira na esfera da comunidade.
- “Sequestro relâmpago”. Neste caso, os idosos são abordados na rua, na porta de bancos e estabelecimentos comerciais, e levados, junto com os meliantes, que desejam dinheiro. Sofrem, além da violência financeira, a psicológica e física. Há perda de dinheiro, documentos pessoais e celular, além de ocorrerem saques em caixas eletrônicos. Tal tipo de violência enquadra-se na esfera da comunidade.

5.7.4 Violência financeira na esfera da sociedade

A TAB. 7 apresenta a violência financeira na esfera da sociedade.

Tabela 7 – Manifestações de violência financeira na sociedade

Manifestações de violência financeira na sociedade	Frequência (%)
Filhos adultos residem com os pais.	56
Queda no benefício após a aposentadoria.	33
Débito de produtos bancários sem autorização.	33
Alteração na política de aposentadoria em curso.	22
Netos residem com os idosos.	17
Alto custo dos medicamentos.	17
Bloqueio de dinheiro na época do governo Collor.	11
Uso de dados para operações de crédito.	7
Quebra de instituição financeira (Coroa Brastel).	6
Economia em baixa.	6

(Continua)

	(Conclusão)
Lavagem de dinheiro (Copa do Mundo e Olimpíadas).	6
Plano de saúde caríssimo.	6
Dívida do estado de Minas referente a férias prêmio e precatória.	6
Direitos que são cortados pelo governo.	6
Erro de cálculo no valor da aposentadoria.	6
Governo do estado deve hospitais e o segurado tem perda.	6
Posto de Saúde nunca tem vaga para consulta.	6
Fez negócio com construtora e obra parou.	6
Morosidade da justiça atrasa que se cumpra os direitos.	6
Empreendimento que fez na casa da irmã e derrubaram.	6
Cobrança indevida de operadoras.	6
Dentista errou o tratamento e não devolveu o \$\$\$.	6

Fonte: Dados da pesquisa (2019)

- “Filhos adultos residem com os pais”. Neste caso, verificam-se indivíduos desempregados, com subemprego ou que moram com os pais para poupar. Tais fatores geram aumento no custo de vida dos idosos, mesmo quando estes contribuem para as despesas da casa. Consideram-se como violência financeira na esfera da sociedade, pautada por problemas estruturais, entre outras: baixas perspectivas de trabalho, subemprego, alto custo do aluguel, insegurança acerca da capacidade de pagamento e necessidade de mais anos de estudo.
- “Queda do benefício após a aposentadoria”. Neste caso, o valor do benefício previdenciário caiu ao longo do tempo devido a mudanças estruturais permeadas por alterações na forma de remuneração dos aposentados e pensionistas, com diferenciação entre grupos de idosos. Esta queda, dita constante, altera o fluxo de entradas e faz com que o indivíduo necessite alterar sua programação de vida (cancelar plano de saúde, dividir moradia, necessitar de ajuda da família etc).
- “Débito de produtos bancários sem autorização”. Neste caso, isso ocorre por parte das instituições financeiras, sendo monitorado pelo BACEN. O débito ocorre na conta do cliente. Caso ele não observe, o valor será perdido. Há casos em que o indivíduo necessita ajuizar uma ação. Considera-se esta violência financeira na esfera da sociedade, pois as instituições financeiras são detentoras do “poder

econômico” e se beneficiam neste processo, pois nem todos os clientes observam o débito e nem reclamam ao BACEN.

- “Alteração na política de aposentadoria em curso”. Neste caso, o indivíduo, ao longo do tempo, programa o pagamento do INSS com base na política de aposentadoria em curso. Porém mudanças estruturais são realizadas e esta programação é alterada. Esta medida afeta indivíduos já mais velhos, que devido às exigências das empresas, tem menores possibilidades de emprego e renda. Portanto, considera-se esta manifestação como violência financeira, ligada à esfera da sociedade.

- “Netos residem com os idosos”. Neste caso, os idosos recebem netos, por causa da separação dos pais. Seus filhos, como forma de sobrevivência, retornam à casa dos pais, levando os netos, ou deixam os filhos com os idosos, para conseguir trabalhar. Esta situação é aqui considerada como violência financeira na esfera da sociedade, pois ocorre em razão da baixa estrutura social, envolvendo emprego, moradia e acesso a creches.

- “Alto custo dos medicamentos”. Neste caso, os medicamentos são caros e necessários a grande parte da população idosa. Estes idosos são fortemente impactados em sua renda quando necessitam ou utilizam permanentemente medicamentos caros. Assim, considera-se como violência financeira na esfera da sociedade.

- “Bloqueio de dinheiro na época do Collor”. Neste caso o plano econômico impetrado pelo governo Collor bloqueou recursos financeiros da população. Naquela época, alguns indivíduos, incentivados pelas altas taxas de juros, venderam imóveis e aplicaram nas instituições financeiras. O governo, objetivando conter a inflação, utilizou como medida econômica o bloqueio desses recursos, limitando os saques. Indivíduos na meia idade venderam patrimônio, investiram os recursos e perderam dinheiro, devido à execução deste plano econômico. Houve grande impacto para eles, com a consequente alteração na programação da aposentadoria. Portanto, considera-se como violência financeira na esfera da sociedade medidas econômicas desta magnitude.

- “Uso de dados para operações de crédito”. Neste caso, a sociedade é constantemente visada, em função do roubo e utilização de dados em compras nos estabelecimentos comerciais, lojas físicas e virtuais. Percebe-se a necessidade de a justiça promover mais ações para coibir este tipo de crime. Por esse motivo, considera-se como um problema estrutural da sociedade, e configurando-se como violência financeira na esfera da sociedade.
- “Quebra de instituição financeira (Coroa-Bratel)”. Neste caso, a empresa (Coroa-Bratel) foi liquidada na década de 1980. Neste período, indivíduos interessados nas altíssimas taxas de juros oferecidas pelo mercado financeiro venderam imóveis. Esta ocorrência gerou perda financeira no grupo de investidores, que reflete até hoje na vida dos idosos, haja vista que naquele período formavam poupança e não recuperaram este capital, com impacto na aposentadoria. A liquidação de empresas de grande porte, devido a falhas na fiscalização por parte dos órgãos públicos, configura-se como violência financeira na esfera da sociedade.
- “Economia em baixa”. Neste caso, esta manifestação de violência financeira é explicada pelo próprio idoso, pois “se a economia vai mal, o cidadão também vai mal”. A retração da economia, com redução no número de vagas de emprego, empresas saindo do mercado, desconfiança e incerteza, é uma violência financeira na esfera da sociedade.
- “Lavagem de dinheiro (Copa do mundo e Olimpíadas)”. Neste caso, percebe-se ao longo da história que o movimento de recursos nos períodos que antecedem a estes grandes eventos (Copa do Mundo e Olimpíadas) tem outros elementos, como, favoritismo e corrupção. A lavagem de dinheiro repercute por muitos anos e impacta a sociedade. Portanto, considera-se como uma violência financeira na esfera da sociedade.
- “Plano de saúde caríssimo”. Neste caso, a baixa atenção à saúde pública gera a necessidade de adesão aos planos de saúde, que são caros e com poucas empresas atuando no mercado. A baixa concorrência permite altos preços, e o idoso, em um momento da vida com mais necessidade de tratamentos, compromete

sua renda. No Brasil, “a saúde é um direito de todos”, mas isso não ocorre, o que configura-se em violência financeira na esfera da sociedade.

- “Dívida do estado de Minas referente a férias prêmio e precatórios”. Neste caso, envolve direitos não pagos pelo estado no momento da aposentadoria, com amparo na alegação de déficit orçamentário. O idoso deve aguardar o recebimento, que demora anos para ser pago, pois o estado não tem recursos. O idoso fica à mercê de uma instituição pública mais forte, configurando-se em violência financeira na esfera da sociedade.

- “Direitos que são cortados pelo governo”. Neste caso, o idoso surpreende-se quando ao aposentar, constatar que o Programa de Integração Social (PIS) está aquém do esperado, devido a alterações ocorridas pela política do governo. Ele fez programações, conta com valores a serem usufruídos na aposentadoria, mas o estado cria regras que impactam o trabalhador, configurando-se como violência financeira na esfera da sociedade.

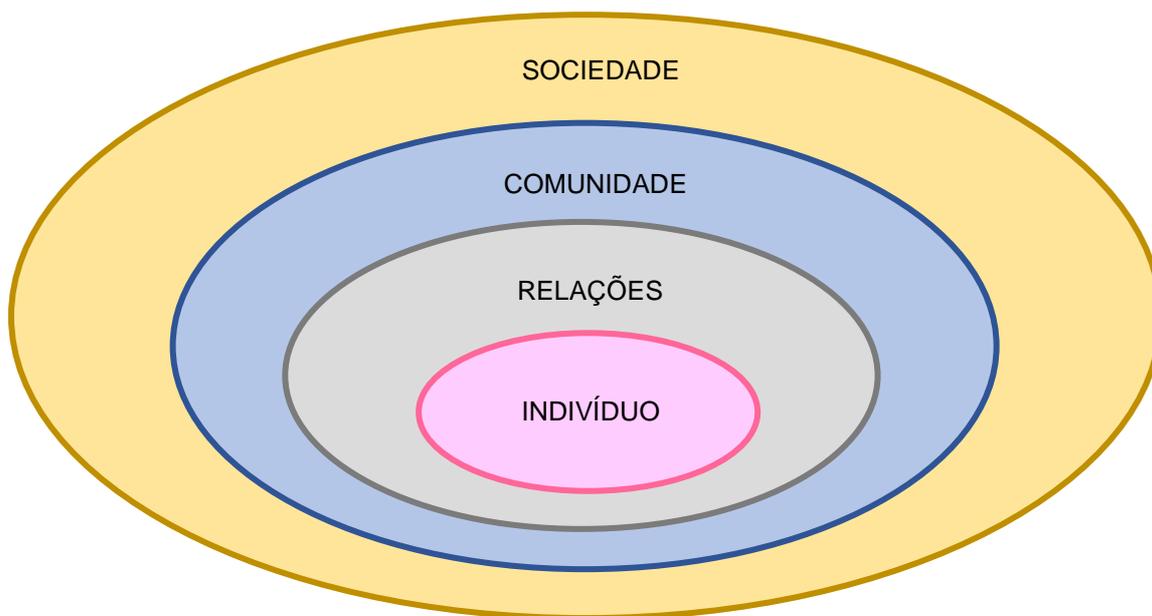
- “Erro de cálculo no valor da aposentadoria”. Neste caso, no momento da aposentadoria, o idoso não recebe o valor devido por causa de erro na contagem de tempo e, até mesmo, ausência de transferências de empresas em que trabalhou. Idosos, instruídos ou não, passam por tal situação. Precisam contratar advogados e ajuizar ações em uma justiça que é lenta. Em momento da vida em que necessitam de renda, estão fora das atividades profissionais, além de terem de suportar perdas de benefícios (ajuda alimentação, participação nos resultados da empresa, plano de saúde etc.), mais o impacto do fator previdenciário. Isso configura violência financeira na esfera da sociedade.

- “Governo do estado deve a hospitais e o segurado tem perda”. Neste caso, o estado de Minas Gerais, devido à queda de arrecadação de tributos, com baixa liquidez, deve a instituições, dentre elas hospitais. O servidor público mineiro, vinculado ao IPSEMG, necessita de assistência médica e tem dificuldade ao acesso a este serviço, tendo até mesmo, de pagar pelo serviço particular. Esta situação é aqui entendida por violência financeira na esfera da sociedade.

- “Posto de saúde nunca tem vaga para consulta”. Neste caso, no Brasil, a assistência à saúde é precária. Quando o indivíduo necessita, não tem vaga. Então, este sucumbe ou paga pelo tratamento particular. Isso configura violência financeira na esfera da sociedade.
- “Fez negócio com construtora e obra parou”. Neste caso a estagnação econômica do País retraiu as demandas por imóveis, e as construtoras tiveram perdas. Algumas faliram. Trata-se aqui de problemas estruturais, que geram perdas aos investidores. Por isso, entende-se por violência financeira na esfera da sociedade.
- “Morosidade da justiça atrasa que se cumpram os direitos”. Neste caso, a justiça brasileira é lenta. Os processos demandam anos. O idoso espera que se cumpra o estabelecido pela lei, que é morosa, devido a trâmites legais e jogadas judiciais. Constitui, portanto, violência financeira ao idoso na esfera da sociedade.
- “Cobrança indevida de operadoras”. Neste caso, operadoras de telefonia, internet, TV a cabo e outras efetuam lançamento indevido nas faturas dos clientes. Elas mantêm um aparato tecnológico que dificulta o contato (longo tempo de espera, direcionamento para atendimento eletrônico, protocolos, certificação de dados, prazos, direcionamento para áreas internas etc.). Tal situação desfavorece a pessoa idosa, que pode sucumbir ao débito. Lembre-se que se trata de grandes empresas, que têm um forte aparato a seu favor, além do desconhecimento, falta de tempo e estrutura dos indivíduos já idosos. Assim, este é um problema social, aqui elencado como violência financeira na esfera da sociedade.
- “Dentista errou tratamento e não devolveu o dinheiro”. Neste caso, em uma sociedade em que o indivíduo idoso é considerado vulnerável, há aproveitadores, os quais, cientes da morosidade do sistema judicial e da condição de passividade de alguns indivíduos idosos se aproveitam para lesar o idoso. Isso se configura violência financeira na esfera da sociedade.

Todas estas manifestações de violência financeira integram o Modelo Sistêmico para caracterizar a violência financeira, aqui adaptado ao Modelo Ecológico de Dahlberg e Krug, representado pela FIG. 2.

Figura 2 – Modelo Sistêmico para caracterizar a violência financeira



Fonte: Elaborada pela autora, adaptado de (DAHLBERG; KRUG, 2006, p. 1.172).

A FIG. 2 mostra que o indivíduo ocupa a parte central deste sistema. Conforme exposto anteriormente, a violência financeira também não pode ser avaliada separadamente entre as esferas. Devido à inter-relação que existem entre elas, características individuais são diferentemente percebidas nas relações, na comunidade e na sociedade. Aproveita-se aqui o já exposto por Dahlberg e Krug (2006, p. 1.172) que a violência resulta-se de uma “complexa interação dos fatores individuais, relacionais, sociais, culturais e ambientais”.

6 CONSIDERAÇÕES FINAIS

A violência financeira está presente na vida de muitos indivíduos, sejam idosos ou não. Envolve a exploração dos recursos financeiros e patrimoniais da vítima, podendo tratar-se de um objeto pessoal, por exemplo, uma foto, ou de perdas de ordem material, como, dinheiro e imóveis.

Este estudo teve por objetivo geral “Analisar como a violência financeira se manifesta nos idosos que participam do Centro de Apoio e Convivência”, tendo como base o Modelo Ecológico de Dahlberg e Krug, que compreende as esferas: sociedade, comunidade, relações e indivíduo. Em relação aos idosos, respeitou-se o *Estatuto dos Idosos*, que esses autores definem como homens e mulheres com idade igual ou superior a 60 anos de idade.

Estabeleceram-se cinco objetivos específicos: a) “Identificar as manifestações de violências financeiras vivenciadas pelos idosos”; b) “Analisar como a violência financeira se configura em suas relações sociais”; c) “Analisar como as práticas dos agentes financeiros podem configurar uma relação de violência com o idoso”; d) “Analisar como os idosos percebem a participação do governo e da sociedade em relação à violência financeira”; e e) “Analisar como a educação financeira influencia a dinâmica do Modelo Ecológico de Dahlberg e Krug”.

O percurso metodológico utilizado foi a pesquisa descritiva com abordagem qualitativa, com base em um estudo de caso no Centro de Apoio e Convivência. Foram utilizadas as técnicas de análise de conteúdo propostas por Bardin (2004, p. 42), sendo o tratamento e a tabulação das comunicações obtidas nas fases de coleta de dados, pré-análise, exploração dos dados, inferências e interpretações dos dados.

Identificou-se que os idosos passam por situações de violência financeira nas quatro esferas do modelo (sociedade, comunidade, relações e indivíduo) e obtiveram-se as seguintes manifestações: filhos adultos que residem com os pais; queda do benefício previdenciário após a aposentadoria; débito de produtos bancários sem

autorização; assalto na rua; sente-se obrigado(a) a ajudar familiar; “amigos” pedem empréstimo e não pagam; alteração na política de aposentadoria em curso; empréstimos e avais a familiares que não pagam; netos residem com os idosos; alto custo dos medicamentos; bloqueio de dinheiro na época do governo Collor; uso de dados para operações de crédito; sequestro-relâmpago; delegou seus recursos financeiros à esposa e quebrou; quebra de instituição financeira (Coroa-Brastel); economia em baixa; lavagem de dinheiro (Copa do Mundo e Olimpíadas); cobrança indevida por operadoras; alto custo dos plano de saúde; dívida do estado de Minas referente a férias-prêmio e precatórios; empreendimento que fez na casa da irmã e derrubaram; direitos que são cortados pelo governo; a violência do marido impulsionou abrir mão dos direitos, hoje não tem nada; erro de cálculo no valor da aposentadoria; dívidas do estado a hospitais gera perda ao segurado; posto de saúde nunca tem vaga para consulta; fez negócio com construtora e obra parou; todos os filhos lhe devem; deu cartão à nora para gastar R\$200,00, e ela gastou muito mais; perdeu dinheiro, pois indicou um amigo que não pagou e ele arcou; pagou empréstimo da filha; sua nora lhe roubou um imóvel; morosidade da justiça atrasa a efetivação dos direitos; dentista errou o tratamento e não devolveu o dinheiro.

A partir dessas manifestações de violência financeira, foi possível analisar como a violência financeira se configura nas relações sociais. Pôde-se observar que quando a violência financeira ocorre na esfera da sociedade os idosos ficam à margem: por serem impactados por alterações nas políticas econômicas e sociais vigentes; pelo baixo investimento em saúde; pela falta de controle governamental para a efetivação de direitos constituídos pela legislação (justiça, saúde e renda); e pelo poder econômico de grandes empresas.

A concessão de empréstimos a amigos e familiares gera violência financeira na esfera das relações, sendo facilitada por elementos da esfera individual. Tal fato pode ser comprovado pelas diferentes formas de comportamento, entre grupos de idosos sobre operações de empréstimo nas relações. Por exemplo, há aqueles que preferem não correr riscos e negam a concessão de empréstimos e garantias, e por isso não sofrem prejuízo, e há aqueles que se arriscam e concedem crédito a amigos e familiares, incorrendo, alguns, em prejuízo financeiro.

A violência financeira relativa à coabitação de filhos e netos com os idosos é notadamente simbólica, tendo em vista que na maior parte dos casos (56%) o sujeito não se percebe abusado ou violentado.

Os agentes financeiros realizam práticas que podem gerar violência financeira para os idosos. Por exemplo, 40% relataram que as instituições financeiras, via contato telefônico, oferecem empréstimo consignado. Outros 40% afirmaram que as instituições financeiras ligam oferecendo renegociação de dívida, operação que, se realizada, provocará o impacto de mais custos financeiros. Também, 33% mencionaram o débito de produtos bancários sem que tivessem feito a devida autorização.

Os idosos, de modo geral, apesar de sofrerem assédio por parte das instituições financeiras, conseguem reclamar quando sofrem débitos indevidos de produtos bancários, por serem esclarecidos e lúcidos. Além disso, entendem que o empréstimo consignado, apesar de ser a operação de crédito dita mais barata, deve ser evitado, por gerar custos. Entretanto, nem todos têm essa percepção. Há aqueles que sempre fazem uso deste recurso, devido ao descontrole das finanças e à baixa renda.

Os idosos apresentaram visão negativa do governo e da sociedade, em especial pela gradativa redução do valor da aposentadoria, com a conseqüente perda de poder de compra, pela reduzida cobertura de medicamentos ofertados pelo Posto de Saúde, pelos altos custos de medicamentos e planos de saúde e pela necessidade de justiça rápida e acessível a todos.

A educação financeira saudável provém da experiência de vida, das orientações passadas pelos pais e, em poucos casos, do aprendizado em cursos superiores na área de Finanças. Ela tem o potencial de moldar o indivíduo, transformando-o. Dessa forma, ao colocar os ensinamentos em prática, ele será capaz de realizar uma mudança interior, o que resultará em benefícios para ele próprio, para sua família e para sua comunidade e toda sociedade. Segundo Savoia, Saito e Santana (2007, p.1.122), por meio da educação financeira é possível melhorar o bem estar social.

Quanto às limitações da pesquisa, observou-se carência de bibliografia sobre idosos oriundos de classe média. Encontrou-se maior concentração de pesquisas do tipo análise documental e estudo transversal, sendo que esta pesquisa foi qualitativa, baseada em um estudo de caso, com entrevista semiestruturada.

O tema “Violência financeira” é difícil de ser abordado, pois gera desconfiança e medo de que as informações possam ser vazadas, comprometendo a imagem do indivíduo. Este fator também pode ser considerado como uma limitação. Todavia, pelo fato de a pesquisa ter sido realizada fora do ambiente residencial, percebeu-se, que boa parte dos idosos sentiu-se à vontade para contar os fatos, mesmo que superficialmente em alguns casos. A idosa que concedeu a entrevista em sua residência mora sozinha, apresentando-se tranquila para explicar os fatos por ela vividos.

Outro fator limitador foi o tempo que o idoso pôde disponibilizar para a entrevista. Haja vista que muitos deles estavam em horário comercial e que grande parte deles exerce suas atividades em casa, além das profissionais, pois, apesar de aposentados, ainda trabalham.

Como contribuição, este estudo gera informações relevantes aos entes públicos. Por exemplo, mostra que há necessidade de promover políticas públicas que favoreçam os indivíduos idosos, os quais necessitam de justiça rápida, haja vista que eles já não apresentam a mesma capacidade laboral de quando estavam na ativa, e carecem de mais atenção à saúde. Além disto, para a sociedade subsidia informações que gerem um maior conhecimento sobre os diversos tipos de violência financeira, e são desconhecidas por muitos indivíduos, sejam idosos ou não.

Observou-se que o grupo de idosos pesquisado, não tem conhecimento exato do que seja violência financeira e ignoram como devem reclamar. O Canal de Ouvidoria de Direitos Humanos no Brasil (Disque 100) só é do conhecimento de 11% deste grupo de idosos, constituindo-se no caminho mais rápido para denúncias a violências a grupos de vulneráveis. Sugere-se a promoção de campanhas

governamentais para maior divulgação sobre o tema e sobre o caminho para reclamações e apoio.

Houve por parte da pesquisadora grande identificação com o tema, devido a sua vivência na área financeira e empatia com indivíduos idosos. O conhecimento sobre violência financeira é do interesse de todos e explorá-lo fortalece o indivíduo, proporcionando orientações que podem evitar envolvimento em violações desta natureza.

Por fim, sugere-se que trabalhos posteriores sejam realizados com outros grupos de idosos de classe média e com idosos pertencentes a outros grupos sociais para evidenciar se as manifestações serão coincidentes, ou não, e apurar a frequência de observações, confirmando ou não os dados.

REFERÊNCIAS

- ADORNO, S. **A violência segue a rota da riqueza**. 2007. Disponível em: bibliotecadigital.fgv.br/ojs/index.php/getulio/article/viewFile/61257/59446. Acesso em: 26 jun. 2019.
- ADORNO, S. Exclusão socioeconômica e violência urbana. **Revista Sociologias**, Porto Alegre, v.4, n.8, p. 84-135, jul./dez. 2002. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/soc/n8/n8a05>. Acesso em: 16 set. 2018.
- ANDRADE, A. P. **Violência contra idosos: uma análise de casos e notificações do município de Sobral-Ceará**. 2013. 142 f. Dissertação (Mestrado em Saúde Pública) - FACULDADE DE MEDICINA, Universidade Federal do Ceará, Fortaleza. 2013.
- ARANÃO, A. Estado democrático de Direito, criminalidade e violência: o desrespeito aos direitos fundamentais e o papel da educação. **Revista do Programa de Mestrado em Ciência Jurídica da Fundinopi**, Jacarezinho, v.1, n.8, jan. 2013. Disponível em: <http://seer.uenp.edu.br/index.php/argumenta/article/view/105>. Acesso em: 29 jan. 2019.
- ARENDT, H. **Da violência**. 2004. Disponível em: <http://pavio.net/download/textos/ARENDT,%20Hannah.%20Da%20Viol%C3%Aancia.pdf>. Acesso em: 02 jul. 2019.
- ASSIS, M. V. C. **Determinante de spread bancário de crédito de recursos livres no Brasil: uma análise por produto**. 2019. 44 f. Dissertação (Mestrado em Economia e Finanças) - ESCOLA DE ECONOMIA DE SÃO PAULO, Fundação Getúlio Vargas, São Paulo. 2019.
- BAHIA, C. L. M.. Belo Horizonte: uma cidade para a modernidade mineira. **Cadernos de Arquitetura e Urbanismo**, Belo Horizonte, v. 12, n. 13, Dez. 2005, p. 185-200. Disponível em: <http://periodicos.pucminas.br/index.php/Arquiteturaeurbanismo/article/view/784/747>. Acesso em: 18 ago. 2019
- BARDIN, L. **Análise de conteúdo**. 3 ed. Lisboa: Edições 70, 2004. 223 p.
- BARROS, R. L. de M. **Violência doméstica e os fatores associados em idosos assistidos na atenção básica**. 2017. 83 f. Dissertação (Mestrado em Gerontologia) - CENTRO DE CIÊNCIAS DA SAÚDE, Universidade Federal de Pernambuco, Recife. 2017.
- BECKER, K. L. **Uma análise econômica da relação entre a educação e a violência**. 2013. 75f. v.1 Tese (professor titular) Escola Superior de Agricultura Luiz de Queiroz, Piracicaba. 2013.
- BERTALANFFY L. V. **Teoria geral dos sistemas**. Tradução de Francisco M. Guimarães. 1 ed. Petrópolis: Vozes, 1973.

BEUREN, I. M. (Org). **Como elaborar trabalhos monográficos em contabilidade**. 3 ed. São Paulo: Atlas, 2008.

BEZERRA, M. O.. **Bases sociais da prática da corrupção no Brasil, reflexões a partir da análise de dois “casos de corrupção”**. Anuário Antropológico/93. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 1995. Disponível em:
http://dan.unb.br/images/pdf/anuario_antropologico/Separatas1993/anuario93_marco_sbezerra.pdf. Acesso em: 20 ago. 2019

BOLSONI, C. C.; *et al.*. Prevalência de violência contra idosos e fatores associados, estudo de base populacional em Florianópolis, SC. **Revista Brasileira de Geriatria e Gerontologia**, v.19, n.4, jul-ago, 2016. Disponível em:
<https://www.redalyc.org/pdf/4038/403847457012.pdf>. Acesso em 23 jul. 2019.

BRASIL. Banco Central do Brasil. **Ranking de Instituições por Índice de Reclamações**. 2019. Disponível em:
<https://www.bcb.gov.br/acessoinformacao/rankingreclamacoes>. Acesso em: 19 ago. 2019.

BRASIL. **Lei n. 10.741**, de 01 de outubro de 2010. Dispõe sobre o Estatuto do Idoso e dá outras providências. Disponível em:
http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/LEIS/2003/L10.741.htm. Acesso em: 16 set. 2018.

BRASIL. Ministério da Saúde. **Estatuto do Idoso**. 3. ed. Brasília: Ministério da Saúde, 2016. 70 p.

BRASIL. Ministério da Saúde. **Guia de vigilância em saúde**. Brasília: Ministério da Saúde, 2016. 773 p.

BRASIL. Ministério da Saúde. **Instrutivo-Ficha de notificação de violência interpessoal e autoprovocada**. Brasília, 2015. Disponível em:
http://lproweb.procempa.com.br/pmpa/prefpoa/sms/usu_doc/v99_instrutivo_notificacao_de_violencia.pdf. Acesso em: 29 abr. 2019.

BRASIL. Ministério dos Direitos Humanos. **Disque 100**. Disponível em:
<http://www.mdh.gov.br/mdh/informacao-ao-cidadao/disque-100>. Acesso em: 09 set. 2018.

BRITO, T. D; OLIVEIRA, A. R; EULÁLIO, M. C. Deficiência física e envelhecimento: estudo das representações sociais de idosos sob reabilitação fisioterápica. **Avances en Psicologia Latinoamericana**, v.33, n.1. 2015. Disponível em:
<http://riberdis.cedd.net/handle/11181/4693>. Acesso em: 22 jan. 2019.

BRONFENBRENNER, U. *Toward an experimental ecology of human development*. **American Psychologist**, v.32, n.7, 1977. Disponível em:
<http://dx.doi.org/10.1037/0003-066X.32.7.513>. Acesso em: 06 jun. 2019.

BUAES, C. S. Educação Financeira com idosos em um contexto popular. **Educ. & Realidade**, Porto Alegre, v.40, n.1. jan./mar. 2015. Disponível em:

<http://www.scielo.br/pdf/edreal/v40n1/2175-6236-edreal-40-01-00105.pdf>. Acesso em: 28 jan. 2019.

BUCKLEY, W. **A sociologia e a moderna teoria dos sistemas**. Tradução de Octavio Mendes Cajado: São Paulo: Cultrix Ltda, 1967.

CACHINA, A. de M. P. **O Ministério Público na rede de proteção ao idoso na cidade de Natal-RN e os encaminhamentos das denúncias de maus-tratos**. 2016. 157 f. Dissertação (Mestrado em Psicologia) - CENTRO DE CIÊNCIAS HUMANAS, LETRAS E ARTES, Universidade Federal do Rio Grande do Norte, Natal. 2016.

CALDEIRA, T. P. R. **Cidade de muros: crime, segregação e cidadania em São Paulo**. 2 ed. São Paulo: Edusp. 2003.

CAMARANO, A. A. IPEA. **Envelhecimento da população brasileira: uma contribuição demográfica**. Texto para discussão n. 858. Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada, IPEA. Brasília, 2002, 26 p. Disponível em: http://www.ipea.gov.br/portal/images/stories/PDFs/TDs/td_1200.pdf. Acesso em: 22 abr. 2019.

CAMARANO, A. A. IPEA. **Estatuto do idoso: avanços com contradições**, Texto para discussão, n. 1840. Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada, IPEA. Brasília, 2013, 33 p. Disponível em: <https://www.econstor.eu/bitstream/10419/91154/1/75111670X.pdf>. Acesso em: 17 abr. 2019.

CARNEIRO, T. R. A. **Faixas Salariais x Classe Social – Qual a sua classe social?**. 09 jan. 2018. Disponível em: <https://rolesociologico.wordpress.com/2016/10/19/classes-sociais-19102016/>. Acesso em: 19 ago. 2019

CHURCHMAN C. W. **Introdução à teoria dos sistemas**. Tradução de Francisco M. Guimarães: 2 ed. Petrópolis: Vozes, 1972.

COBO B; SABOIA, A. L. **A “geração ganguru” no Brasil**. ABEP. Caxambú. Brasil. 2010. Disponível em: www.abep.org.br/~abeporgb/publicacoes/index.php/anais/article/viewFile/2392/2345. Acesso em: 25 jun. 2019.

COLLIS, J; HUSSEY, R. **Pesquisa em administração: um guia prático para alunos de graduação e pós-graduação**. Tradução de Lucia Simonini. 2 ed. Porto Alegre: Bookman, 2005.

COSTA, F. N. **Comportamento dos investidores: do homo economics ao homo pragmaticus**. Campinas, 2009, 37 p.

DAHLBERG, L. L.; KRUG, E. G. **Violência: um problema global de saúde pública**. **Ciência e Saúde Coletiva**. v. 11, n.1. 2006. Disponível em:

http://www.scielo.br/scielo.php?pid=S1413-81232006000500007&script=sci_abstract&tlng=pt. Acesso em: 16 set. 2018.

DEBERT, G.G. **A reinvenção da velhice**: socialização e processos de re-privatização do envelhecimento. São Paulo: EDUSP, 2012.

DELLAGNELLO, E. H. L.; SILVA, R. C. **Análise de conteúdo e sua aplicação em pesquisa na administração**. Pesquisa qualitativa em administração: teoria e prática. Rio de Janeiro: FGV, 2005.

DESSEN, M. A. A ciência do desenvolvimento humano: ajustando o foco de análise. **Paidéia**, Brasília, v.15, n.30, 2005. Disponível em: <https://www.revistas.usp.br/paideia/article/view/6207/7738>. Acesso em 17 jul. 2019.

DESSEN, M. A; POLONIA, A. C. A família e a escola como contextos de desenvolvimento humano. **Paidéia**, Brasília, v.17, n.36. 2007. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/paideia/v17n36/v17n36a03>. Acesso em: 17 jul. 2019.

DINIZ, M. **Disque 100 registra 142 mil denúncias de violações em 2017**. Agência Brasil, 2018. Disponível em: <http://agenciabrasil.ebc.com.br/direitos-humanos/noticia/2018-04/disque-100-registra-142-mil-denuncias-de-violacoes-em-2017>. Acesso em: 24 ago. 2018.

DOLL, J. Educação Cultura e Lazer: perspectivas de velhice bem-sucedida. **Idosos no Brasil**: vivências, desafios e expectativas na terceira idade. São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 2009.

DUARTE, J. Entrevista em profundidade. In BARROS, A; DUARTE, J. **Métodos e técnicas de pesquisa em comunicação**. São Paulo: Atlas, 2009.

FERREIRA, A. B. H. **Novo dicionário Aurélio da língua**. 4. ed. Curitiba: Positivo; 2009.

FINKE M. S; HOWE J. S; HUSTON S. J. **Old age the decline in financial literacy**. Management Science. Maryland, 21 jan. 2016. p. 1-18. Disponível em: <https://pubsonline.informs.org/doi/pdf/10.1287/mnsc.2015.2293>_Acesso em: 26 jun. 2019.

FRANÇA, V. O acontecimento e a mídia. **Galáxia**, v.0, n.24. 2012. Disponível em: <https://revistas.pucsp.br/galaxia/article/view/12939/9406>. Acesso em: 10 jul. 2019.

GEHRKE, G.; BORBA, J. A.; FERREIRA, D. D. M. A repercussão da corrupção brasileira na mídia: uma análise comparada das revistas DER Spiegel, L'Obs, The Economist, Time e Veja. **Revista de Administração Pública**. 51(1): 151-167, jan-fev., 2017. Disponível em: <http://bibliotecadigital.fgv.br/ojs/index.php/rap/article/view/65933/63596>. Acesso em: 20 ago. 2019.

GIL, A. P.; *et al.* Estudo sobre pessoas idosas vítimas de violência em Portugal: sociografia da ocorrência. **Cad. Saúde Pública**. v.31, n.6, jun. 2015. Disponível em:

<http://www.scielo.br/pdf/csp/v31n6/0102-311X-csp-31-6-1234.pdf>. Acesso em: 22 abr. 2019.

GIL, A.C. **Como elaborar projetos de pesquisa**. 4 ed. São Paulo: Atlas, 2002.

GODOY, A. S. Introdução à pesquisa qualitativa e suas propriedades. **Revista de Administração de Empresas**, v. 35, n. 2, p. 57-63, 2006.

GUTIERREZ-ROBLEDO, L. M.; AVILA-FUNES, J. A. How to include the social factor for determining frailty? **The Journal of Frailty & Aging**. v.1, n.1, p.13-17. 23 jan.2012. Disponível em: <http://www.jfrailtyaging.com/all-issues.html?article=39>. Acesso em: 28 abr. 2019.

HAIR, JR. *et al.* **Fundamentos de métodos de pesquisa em administração**. Porto Alegre: Bookman, 2005.

HALL C. S; LINDZEY, G; CAMPBELL J. B. **Teorias da personalidade**. 4 ed., Artmed. 2000. 228 p.

HOJI, M. **Administração financeira na prática: guia para educação financeira corporativa e gestão financeira pessoal**. 5 ed. São Paulo: Atlas S.A. 2014.

IBGE. Agência de Notícias. **Número de Idosos cresce 18% em 5 anos e ultrapassa 30 milhões em 2017**. Disponível em: <https://agenciadenoticias.ibge.gov.br/agencia-noticias/2012-agencia-de-noticias/noticias/20980-numero-de-idosos-cresce-18-em-5-anos-e-ultrapassa-30-milhoes-em-2017.html>. Acesso em: 26 ago. 2018.

IBGE. Brasil em Síntese, 2019. **Educação**. Disponível em: <https://brasilemsintese.ibge.gov.br/educacao.html>. Acesso em 10 ago. 2019

IBGE. Censo Demográfico 2010. **Educação e Deslocamento**. Disponível em: https://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/periodicos/545/cd_2010_educacao_e_deslocamento.pdf. Acesso em: 27 jul. 2019.

IRIGARAY, T.Q. *et al.* Maus-tratos contra idosos em Porto Alegre, Rio Grande do Sul: um estudo documental. **Estud. psicol**, v.33, n.3, jul./set., 2016. Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0103-166X2016000300543. Acesso em: 21 abr. 2019.

JACKSON, S. L.; HAFEMEISTER, T. L. **Financial Abuse of Elderly People vs. Other Forms of Elder Abuse: assessing their dynamics, risk factors, and society's response**. Virginia: NationalInstituteof justice, 2011. Disponível em: https://papers.ssrn.com/sol3/papers.cfm?abstract_id=2279695. Acesso em 28 jan. 2019.

JESUS, I. T. M. *et al.* Fragilidade de idosos em vulnerabilidade social.**Acta Paulista de Enfermagem**. v.30, n.6, nov./dez 2017. Disponível em: <http://dx.doi.org/10.1590/1982-0194201700088>. Acesso em: 16 ago. 2018.

KIM *et al.* The role of educations interventions in improving economic rationality. **Science** 362. 5 october, 2018. Disponível em: <http://science.sciencemag.org/content/362/6410/83/tab-pdf>. Acesso em 24 jun. 2019.

KLONTZ, B; KLONTZ, T. **A mente acima do dinheiro: o impacto das emoções em sua vida financeira**. São Paulo: Novo Século, 2011.

KUNZKER, C. M. de. **A teoria dos sistemas de Niklas Luhmann**. Estudos em Sociologia, Araraquara, 16, p. 123-136, 2004. Disponível em: <https://periodicos.fclar.unesp.br/estudos/article/view/146>. Acesso em: 13 jul. 2019.

LEGÑANI, L. **Conferência do Idoso superou todas as expectativas**. 2016. Disponível em: <https://www.gerontologia.org/portal/information/showInformation.php?idinfo=3460>. Acesso em: 16 set. 2018.

LEMOS, V. C. H. Previdência é notícia: envelhecimento da população x previdência/ aposentadoria. **Revista Kairós**, São Paulo, v.1, n.6, 2009. Disponível em: <https://revistas.pucsp.br/kairos/article/viewFile/2679/1724>. Acesso em: 11 jul. 2019.

LIMA, A. B. **O indivíduo em sociedade na análise de Durkheim**. 2017. Disponível em: <http://jus.com.br/artigos/54883/o-individuo-em-sociedade-na-analise-de-durkheim>. Acesso em 24 jun. 2019.

LIMA, J. M. **Direitos humanos e tutela jurídica do idoso: violência financeira contra a pessoa idosa na comarca de Porto Nacional-TO**. 2019. 93 f. Dissertação (Mestrado profissional e interdisciplinar em Prestação Jurisdicional e Direitos Humanos) - GRADUAÇÃO EM PRESTAÇÃO JURISDICIONAL EM DIREITOS HUMANOS, Universidade Federal do Tocantins, Palmas, 2019.

LOURENÇO, L. M.; *et al.* Crenças dos profissionais da Atenção Primária à Saúde de Juiz de Fora em relação à violência doméstica contra idosos. **Estudos de Psicologia**. v.29, n.3, 2012. Disponível em: <https://www.redalyc.org/comocitar.oa?id=395335570012>. Acesso em: 19 mar. 2019.

LUNARDI, A.; TUFANO, P. *Debt literacy, financial experiences, and overindebtedness*. **Journal of Pension Economics and Finance**, Cambridge, v. 4, n. 14, 2015, 332-368. Disponível em: <https://www.cambridge.org/core/journals/journal-of-pension-economics-and-finance/article/debt-literacy-financial-experiences-and-overindebtedness/6140546AF9CA1BAC33FAE47F35C5C178>. Acesso em: 28 ago. 2019.

MEDEIROS, S. M. de; *et al.* Endividamento financeiro na terceira idade no Brasil. *In* CONGRESSO INTERNACIONAL DE ENVELHECIMENTO HUMANO, 2015. **Anais...**v. 2, n. 1, 21-26 set. 2015. Disponível em: https://editorarealize.com.br/revistas/cieh/trabalhos/TRABALHO_EV040_MD2_SA14_ID1972_08092015224328.pdf. Acesso em: 21 abr. 2019.

MINAYO, M. C. S. **A violência contra idosos: o avesso do respeito à experiência e à sabedoria.** Brasília: Secretaria Especial dos Direitos Humanos; 2004. Disponível em: http://www.observatorionacionaldoidoso.fiocruz.br/biblioteca/_manual/4.pdf. Acesso em: 20 ago 2019.

MINAYO, M. C. S. **Violência contra idosos: o avesso do respeito à experiência e à sabedoria.** 2.ed. Brasília: Secretaria Especial dos Direitos Humanos, 2005.

MINAYO, M. C. S. **O desafio do conhecimento.** Pesquisa qualitativa em saúde. 12 ed. São Paulo: Hucitec, 2012.

MINAYO, M. C. S. Social Violence from a Public Health Perspective.br. **Caderno de Saúde Pública**, v.10, n.1, 1994. Disponível em: http://www.scielo.org/scielo.php?pid=S0102-311X1994000500002&script=sci_arttext&lng=pt. Acesso em: 16 set. 2018.

MINAYO, M. C. S. Violência contra idosos: relevância para um velho problema. **Cad. Saúde Pública**, v.19, n.3, mai-jun, 2003. Disponível em: <https://www.scielosp.org/pdf/csp/2003.v19n3/783-791/pt>. Acesso em: 12 abr. 2019.

MINAYO, M. C. S. Violência e educação: impactos e tendências. **Revista Pedagógica**, v.15, n.31, p. 249-264, jul./dez. 2013. Disponível em: <https://bell.unochapeco.edu.br/revistas/index.php/pedagogica/article/view/2338/1413>. Acesso em: 18 mar. 2019.

MINAYO, M. C. S. **Violência e saúde.** 2.ed. Rio de Janeiro: FIOCRUZ, 2006. 132 p.

MINAYO, M. C. S.; SOUZA, E. R.; PAULA, D. R., Revisão sistemática da produção acadêmica brasileira sobre causas externas e violências contra a pessoa idosa. **Ciênc. saúde colet.** v.15, n.6, set. 2010. Disponível em: https://www.scielosp.org/scielo.php?pid=S1413-81232010000600010&script=sci_arttext&lng=en. Acesso em: 11 abr. 2019.

MINAYO, M. C. S.; SOUZA, E. R. **Violência contra idosos: é possível prevenir in:** Impacto da violência na saúde dos brasileiros. Brasília: Ministério da Saúde, 2005. p. 141-165. Disponível em: http://bvsmms.saude.gov.br/bvs/publicacoes/impacto_violencia.pdf. Acesso em: 20 abr. 2019.

MINAYO, M. C. S.; COIMBRA JR., C.E. A. **Antropologia, saúde e envelhecimento.** Rio de Janeiro: Fiocruz, 2002. Disponível em: <http://books.scielo.org/id/d2frp/pdf/minayo-9788575413043.pdf>. Acesso em: 12 abr. 2019.

MINAYO, M. C. S.; *et al.* Institucionalização do tema da violência no SUS: avanços e desafios. Rio de Janeiro. **Revista Ciência & Saúde Coletiva**, 23(6), jun. 2018, p. 2007-2016. Disponível em: <https://scielosp.org/pdf/csc/2018.v23n6/2007-2016/pt>. Acesso em: 20 ago. 2018.

MUCHEMBLED, R. **História da violência**: do fim da Idade Média aos nossos dias. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2012.

NASCIMENTO A. M. Aspectos da transição para a vida adulta no Brasil, dos filhos adultos que vivem com os pais, segundo a Pesquisa sobre Padrões de Vida 1996-1997. **Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística**. 27 p.

PASINATO, M. T; CAMARANO, A. A; MACHADO, L; **Idosos vítimas de maus-tratos domésticos**: estudo exploratório das informações levantadas nos serviços de denúncias. 2006. Disponível em: https://repositorio.ipea.gov.br/bitstream/11058/2124/1/TD_1200.pdf. Acesso em: 25 jan.2019.

PEREIRA, R. C. B. R.; *et al.* O fenômeno da violência patrimonial contra mulher: percepções das vítimas. **Oikos: Família e Sociedade em Debate**, v.24, n.1, jul. 2013. Disponível em: <http://periodicos.ufv.br/ojs/oikos/article/view/3653/1929>. Acesso em 25 jan. 2019.

PERISSE, C.; MARLY, M. Caminhos para uma melhor idade. **Retratos**. n.16, p. 19-24, Fev. 2019. Disponível em: https://agenciadenoticias.ibge.gov.br/media/com_mediaibge/arquivos/d4581e6bc87ad8768073f974c0a1102b.pdf. Acesso em: 17 abr. 2019.

PETERSON, J. C.; *et al.*, Financial exploitation of older adults: a population-based prevalence study. **J GEN INTERN MED**, 2014. Disponível em: <https://doi.org/10.1007/s11606-014-2946-2>. Acesso em: 29 jul. 2019

REIS L. A.; *et al.* Expressão da violência intrafamiliar contra idosos. **Acta Paul Enferm**. v.27, n.5. Salvador, 2014. Disponível em: http://www.scielo.br/pdf/ape/v27n5/pt_1982-0194-ape-027-005-0434.pdf. Acesso em: 15 jul. 2019.

ROCHA R. C.; *et al.* Violência velada e revelada contra idosos em Minas Gerais-Brasil: análise de denúncias e notificações. **Saúde Debate**, Rio de Janeiro, v.42, n. Especial 4, dez. 2018. Disponível em: <https://www.scielo.org/pdf/sdeb/2018.v42nspe4/81-94/pt>. Acesso em: 23 jul. 2019.

ROCHA R. R. **A educação financeira na base da pirâmide**: uma análise da vulnerabilidade do consumidor de baixa renda. 2015. 82 f. Dissertação (Mestrado em Administração) - FACULDADE DE CIÊNCIAS EMPRESARIAIS, Universidade FUMEC, Belo Horizonte. 2015.

RODRIGUES, R. A. P.; *et al.* Política Nacional de Atenção ao Idoso e a contribuição da enfermagem. **Texto contexto Enferm**, v.16, n.3, jul-set 2007. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/a21v16n3.pdf>. Acesso em: 18 abr. 2019.

SACCONI, L. A. **Grande Dicionário Sacconi**: da língua portuguesa: comentado, crítico e enciclopédico. São Paulo: Nova Geração, 2010.

SALOMÃO FILHO, C; NUSDEO, F; FERRAZ JUNIOR, T. S. **Poder econômico: direito, pobreza, violência, corrupção.** São Paulo: Manole, 2009.

SAMPAIO, T. S. O.; *et al.* Violência Financeira em idosos. **C&D-Revista Eletrônica da Fainor**, v.10, n. 3, set./dez. 2017. Disponível em: <http://srv02.fainor.com.br/revista/index.php/memorias/article/viewFile/665/350>. Acesso em: 22 jan. 2019.

SANCHES, A. R. A; LEBRÃO, M. L; DUARTE, Y. A. O. Violência contra idosos: uma questão nova?. **Saúde soc.**, v.17, n.3, jul./set. São Paulo. 2008. Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_abstract&pid=S0104-12902008000300010&lng=en&nrm=iso&tlng=pt. Acesso em: 21 abr. 2019.

SANTOS, A. M. R.; *et al.* Violência econômico-financeira e patrimonial contra o idoso: estudo documental. **Rev. Esc. Enferm.** v.53, n.3, São Paulo, 2019. Disponível em: <http://www.periodicos.usp.br/reeusp/article/view/155577/151226>. Acesso em: 11 jul. 2019.

SANTOS, J. V. T. do. **A violência simbólica: o Estado e as práticas sociais.** Centro de Estudos Sociais da Universidade de Coimbra. 16 dez. 2015. Disponível em: <https://journals.openedition.org/rccs/6169>. Acesso em: 02 jul. 2019.

SASSE, C.. As armadilhas do crédito consignado, **Jornal do Senado**, Brasília, n. 443, 3 set. 2013. Disponível em: http://www2.senado.leg.br/bdsf/bitstream/handle/id/496544/130903_443.pdf?sequence=1. Acesso em: 14 ago. 2019.

SAVOIA, J. R; SAITO A. T; SANTANA F. A. Paradigmas da educação financeira no Brasil. **Rev. Adm. Pública.** v.41, n.6, nov./dez. 2007. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/rap/v41n6/06.pdf>. Acesso em: 27 ago. 2018.

SHEFFER M. **Os planos de saúde nos tribunais: uma análise das ações judiciais movidas por clientes de planos de saúde, relacionadas à negação de coberturas assistenciais no Estado de São Paulo.** 2006. 212 f. Dissertação (Mestrado em Medicina) - FACULDADE DE MEDICINA, Universidade de São Paulo, São Paulo. 2006.

SHIRBEKK, V; JAMES K. S. **Abuse against elderly in India: the role of education.** BMC Public Health. 2014, v.14, n.3. Disponível em: <https://bmcpublikealth.biomedcentral.com/articles/10.1186/1471-2458-14-336>. Acesso em: 16 jul. 2014.

SILVA, A. L. C. A educação negada: introdução ao estudo da educação brasileira contemporânea. Instrumento. **Revista de estudo e Pesquisa em Educação**, v.17, n.1, abr. 2016. Disponível em: <http://ojs2.uff.emnuvens.com.br/revistainstrumento/article/view/18934/10022>. Acesso em: 29 abr. 2019.

SILVA, C. F. S; DIAS, C. M. S. B. Violência contra Idosos na família: motivações, sentimentos e necessidades do agressor. **Psicologia: Ciência e Profissão.** v.36,

n.3, jul./set.2016. Disponível em:

<http://dialnet.unirioja.es/servlet/articulo?codigo=6122455>. Acesso em: 24 jan. 2019.

SILVA, D. K. V; PESSOA E. T.; VELOSO H. H. Dificuldades financeiras e seus impactos no tratamento de pacientes com câncer: uma realidade vivenciada no Projeto Ero. **Saúde e Ciência**, v.7, n.2, maio/ ago. 2018. Disponível em: <file:///C:/Users/123/Downloads/626-1662-1-SM.pdf>. Acesso em: 26 jun. 2019.

SILVA, S. M. O. **Violência financeira contra a pessoa idosa**: os desencontros da velhice. 2018. 113 f. Dissertação (Mestrado em Serviço Social). CENTRO DE CIÊNCIAS SOCIAIS APLICADAS, Universidade Estadual do Oeste do Paraná, Toledo-PR. 2018.

SIQUEIRA, M. E. C. **Idosos no Brasil**: vivências, desafios e expectativas na terceira idade. São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 2009.

SOARES, A. M. Construção social da violência e a negação da civilidade. **Latitude Revista**, v.8, n.1, 2014. Disponível em: <http://www.seer.ufal.br/index.php/latitude/article/view/1521/1049>. Acesso em: 16 de set. 2018.

SOARES, A. M. Violência como fenômeno intrínseco à cultura política brasileira. **Revista de Ciências Sociais**, v.2, n.18, jul./dez. 2015. Disponível em: <http://periodicos.ufes.br/sinais/article/view/13254>. Acesso em: 16 set. 2018.

SOUZA, J. A. V. de; FREITAS, M. C; QUEIROZ, T. A. Violência contra idosos: análise documental. **Rev. Bras. Enferm**: Brasília, v.60, n.3, maio-jun. 2007. Disponível em: <https://www.redalyc.org/pdf/2670/267019611004.pdf>. Acesso em: 15 jul. 2019.

TELLES, V. S. **A cidade nas fronteiras do legal e ilegal**. Belo Horizonte: Fino Traço, 2010.

THIRY-CHERQUES, H. R. Saturação em pesquisa: estimativa empírica de dimensionamento. **Revista PMKT**, v.3, n.2, p. 20-27, 2009.

VELHO, G. O desafio da violência. **Estudos Avançados**, v.14, n.39, mai/ago, 2000. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/ea/v14n39/v14a39a06.pdf>. Acesso em: 13 maio 2019.

VENTURI, G; BOKANY, V. **Idosos no Brasil**: vivências, desafios e expectativas na terceira idade. São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 2009. 331 p.

VERGARA, S. C. **Projetos e relatórios de pesquisa em administração**. 12 ed. São Paulo: Atlas, 2010. 97 p.

WIEMERS E. E; BIANCHI S. M. B. Competing demands of parents and elderly adults children in two cohorts of American woman. **Whiley Online Library**, v.41, n.1: mar. 2015. Disponível em: <https://onlinelibrary.wiley.com/doi/full/10.1111/j.1728-4457.2015.00029.x> Acesso em: 27 mar. 2019.

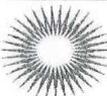
World Health Organization (WHO), **Missing voices**: views of older persons on elder abuse, Geneva; 2002. Disponível em: http://www.who.int/ageing/projects/elder_abuse/missing_voices/en. Acesso em: 13 jul. 2019.

YIN, R. K. **Estudo de caso**: planejamento e métodos. 5 ed. Porto Alegre: Bookman, 2015. 320 p.

APÊNDICES

APÊNDICE A – Atividades oferecidas pelo CAC.....	144
APÊNDICE B – Roteiro de entrevista	145
APÊNDICE C – Questionário	148

APÊNDICE A – Atividades oferecidas pelo CAC



CAC
Centro de Apoio e
Convivência

Fone: (031) 3371-4050 / 3371-1665 / 3334-1699 / 3332-1028
Rua Juscelino Barbosa, 30 - Calafate - CEP 30.411.535
Atendimento de segunda a sexta de 7:30 às 18:00 horas
www.centrodeapoioconvivencia.com.br

Grupo Fim
de Tarde

➤ **O que você precisa para se associar ao clube:**
Identidade, CPF e atestado médico (clínico ou cardiologista, especificando a atividade).
Taxa de anuidade: **R\$130,00.**

Piscinas aquecidas.

O QUE O CAC OFERECE AOS SEUS ASSOCIADOS:

ATIVIDADE	DIA	HORÁRIOS	CONTRIBUIÇÃO	OBSERVAÇÕES
HIDROGINÁSTICA	2ª (3ª aula) 3ª e 5ª 4ª e 6ª	7:00 às 17:30 7:00 às 18:30 7:00 às 17:30	Matrícula = 21,00 2x semana Mensalidade = 74,00 3x semana Mensalidade = 107,00	Matrícula na secretaria. Somente com atestado médico clínico ou cardiologista.
HIDROTERAPIA	2ª, 4ª e 6ª	7:45; 8:30 e 9:15	Mensalidade = 123,00 Matrícula = 17,00	Para casos especiais e após avaliação do fisioterapeuta.
ALONGAMENTO	3ª e 5ª	7:00 E 9:00	Matrícula = 17,00 Mensalidade = 55,00	Matrícula na secretaria. Somente com atestado médico.
YOGA	3ª e 5ª	8:00, 9:00 e 16:30	Matrícula = 17,00 Mensalidade = 73,00	Matrícula na secretaria.
ACUPUNTURA	3ª e 4ª Natália 5ª e 6ª Natália	8:00 às 11:00 13:00 às 17:00	Cada sessão = 48,00	Marcar horário na secretaria.
FISIOTERAPIA	2ª a 5ª	12:00 às 13:00	Cada sessão = 39,00	Marcar horário na secretaria
MASSAGEM TERAPÉUTICA	3ª e 5ª - Valdete	10:00 às 16:00	Cada sessão = 52,00	Marcar horário na secretaria.
LIMPEZA DE PELE	4ª e 6ª	10:00 às 16:00	Cada sessão = 53,00	Marcar horário na secretaria.
NUTRICIONISTA	3ª Anaysa	-	Consulta + 1 retorno = 131,00	Marcar horário na secretaria.
PODOLOGIA	4ª e 5ª	08:00 às 16:00	1º sessão = 69,00 Cada sessão = 63,00	Marcar horário na secretaria.
PSICOLOGIA	4ª 5ª	8:00 às 11:00	Mensalidade = 120,00	Marcar horário com Francisca.
CORAL	2ª	10:00 às 12:00	(a combinar)	-
NATAÇÃO	2ª, 4ª e 6ª 2ª e 4ª	7:00, 10:00, 10:45, 16:45 18:15	Matrícula = 17,00 Mensalidade = 99,00 Matrícula = 17,00 Mensalidade = 81,00	Matrícula na secretaria. Somente com atestado médico cardiologista.
TARDE DANÇANTE	2ª e sábado	15:00 às 19:00	GRATUITO PARA ASSOCIADO	-
DANÇA DE SALÃO	4ª	17:00	Mensalidade = 65,00	Matrícula na secretaria.
PILATES	2ª e 4ª 3ª e 5ª 4ª e 6ª	10:15 8:00/10:15 07:00	Matrícula = 17,00 Mensalidade = 64,00	Matrícula na secretaria. Somente com atestado médico
INFORMÁTICA BÁSICA	2ª e 5ª	Duração do curso: 4 meses.	Matrícula = 17,00 Mensalidade = 53,00	Verificar disponibilidade na secretaria.
ACADEMIA	2ª a 6ª 2ª, 4ª e 6ª	7:00 às 11:00 13:00 às 17:00	2x semana Mensalidade = 74,00 3x semana Mensalidade = 94,00	Matrícula na secretaria. Somente com atestado médico cardiologista.

APÊNDICE B – Roteiro de entrevista

- 1) Fale-me sobre sua infância, adolescência e vida adulta.
- 2) Como foi sua vida escolar? Estudou até que série?
- 3) Fale-me sobre sua família. Quantos irmãos? Onde vocês moravam? E seus pais, em que trabalhavam?
- 4) Passaram por algum problema financeiro? De que forma isso afetou vocês?
- 5) Lembra de momentos em que seus pais estivessem estressados por motivo de dinheiro? Alguma necessidade de mantimentos, contas atrasadas?
- 6) Você ganhava presentes? Em que ocasiões?
- 7) Com quantos anos você começou a trabalhar? Ajudada em casa? De que forma?
- 8) Você recebia mesada?
- 9) Como era sua relação com o dinheiro? Quando recebeu dinheiro pela primeira vez, como foi? Fale-me sobre isto!
- 10) O que o dinheiro representa para você?
- 11) Você acha que se tivesse mais dinheiro seria mais feliz? Sua vida seria melhor? As pessoas gostariam mais de você?
- 12) Você teve ou tem o hábito de poupar?
- 13) Como se organiza financeiramente? Paga à vista, parcela, anota em lojas, paga em dia?
- 14) Com o que você gasta seu dinheiro?
- 15) Você acha que gasta mais com você ou com outras pessoas?
- 16) Você tem o hábito de presentear? Recebe presentes da família? Quais ocasiões vocês presenteiam? Já se endividou por isto?
- 17) Você tem o hábito de presentear? E de receber presentes na família? Em que momentos vocês presenteiam? Já se endividou por isto?

- 18) Pensando na aposentadoria, houve planejamento para quando estivesse idoso ? Conseguiu comprar a casa própria? Como foi esta compra?
- 19) E os filhos, casaram, trabalham?
- 20) Como vive atualmente, só ou com alguém, com quem vive?
- 21) Está aposentado (a)? Sua renda provém da aposentadoria ou tem outra fonte de renda? Recebe ajuda financeira de parentes?
- 22) Qual a sua opinião sobre o governo, você acha que ele colabora com sua aposentadoria? Que ele ajuda aos idosos? Você sente amparo pelo governo? Quais serviços públicos você usa? Posto de saúde? Recebe medicamentos da farmácia popular?
- 23) Cuida sozinho de suas finanças ou conta com a ajuda de alguém? Quem te ajuda?
- 24) Sua renda supre suas necessidades financeiras ou alguém te ajuda?
- 25) Depois que se aposentou, passou por alguma situação financeira difícil? Se sim, conte-me como foi...
- 26) Após sua aposentadoria, precisou pegar algum tipo de empréstimo com amigos, família ou agiotas?
- 27) Alguma vez pegou empréstimo consignado? Qual foi o motivo?
- 28) Costuma usar o cartão de crédito e o cheque especial?
- 29) Você acha que pode confiar em alguém quando se refere ao dinheiro?
- 30) Quando faz compras, realiza o pagamento em dinheiro, costuma pagar com o cartão de crédito, anota em cadernetas das lojas e mercearias, parcela em carnê de loja?
- 31) Você costuma ficar dentro do orçamento mensal?
- 32) Já passou por uma situação de ficar devendo? Como foi?
- 33) Alguma vez já emprestou seu cartão de crédito ou cheque a alguém? Pra quem? Como foi?
- 34) Já ficou endividado? Como foi? Buscou ajuda? Onde ou com quem?

- 35) Já precisou pedir empréstimo para pagar uma dívida?
- 36) Já ficou estressado, ansioso ou deprimido por causa de dinheiro?
- 37) Já precisou acionar a justiça para resolver problemas financeiros?
- 38) Já recorreu ao governo ou instituições de apoio? Como foi amparado?
- 39) Atualmente, vai sozinho a bancos? Ou conta com a ajuda de alguém?
- 40) Já ouviu falar do Disque 100?
- 41) E agora, há planejamento de partilhar os seus bens?
- 42) Quando falo, Violência Econômica, Violência Financeira e Patrimonial. De que você se lembra?

APÊNDICE C – Questionário

Olá!

Bom dia!

Peço a gentileza de responder ao questionário abaixo:

- Após completar 60 anos, você já passou por alguma situação abaixo?

Se sim, marque com um (X) quantas vezes isto ocorreu e qual o agressor.

a) Já te ligaram oferecendo alguma promoção/ prêmio e você passou seus dados pessoais e teve perda de dinheiro com esta situação? () Sim () Não Número de ligações: () 01 vez () 02 vezes () 03 vezes ou mais

b) Já utilizaram seu nome sem sua autorização para comprar em lojas?

() Sim () Não

() Foi um parente () Foi um amigo () Foi um desconhecido

Número de ocorrências: () 01 vez () 02 vezes () 03 vezes ou mais

c) Já sofreu sequestro relâmpago quando saía do banco? () Sim () Não

Número de ocorrências: () 01 vez () 02 vezes () 03 vezes ou mais

d) O banco já debitou produtos sem sua autorização? () Sim () Não

Número de ocorrências: () 01 vez () 02 vezes () 03 vezes ou mais

e) Já foi assaltado na rua? () Sim () Não

Número de ocorrências: () 01 vez () 02 vezes () 03 vezes ou mais

() Foi perto de casa () Foi em outro bairro

f) Como considera o bairro onde vive?

() Violento () Tranquilo () Nem tranquilo, nem violento

() As pessoas dizem ser violento, mas nunca vi nada

g) Já te ofereceram empréstimo consignado? () Sim () Não

Número de ocorrências: () 01 vez () 02 vezes () 03 vezes ou mais

h) Já te ofereceram renegociação de dívida? () Sim () Não

i) Já te ofereceram portabilidade de dívida? () Sim () Não